

# **A ICONOGRAFIA DAS DROGAS ILÍCITAS NA IMPRENSA (1975 – 2002)**

André Reyes Novaes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mestrado em Geografia

Orientadora: Prof. Dr. Lia Osório Machado

Rio de Janeiro

2005

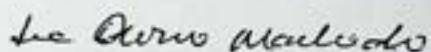
TES  
0229

# A ICONOGRAFIA DAS DROGAS ILÍCITAS NA IMPrensa (1975 – 2002)

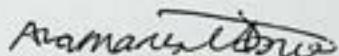
André Reyes Novaes

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

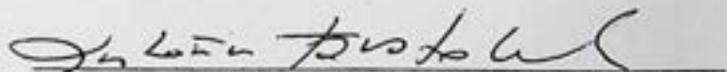
Aprovada por:



Prof. Dr. Lia Osório Machado, PPGG – UFRJ



Prof. Dr. Ana Maria Lima Daou, PPGG – UFRJ



Prof. Dr. Antônio Fausto Neto, PPGCC - UNISINOS

Rio de Janeiro  
2005

UFRJ / 12192 Programa de Pós-Graduação em Geografia Sistema de Avaliação Central	
II. Registro	Data
PGP / 12192 22/02/2005	
Assinatura D. autor	

NS: 649664  
 B: 649664-D

Novaes, André Reyes.

A Iconografia das Drogas Ilícitas na Imprensa (1975 – 2002)/ André Reyes Novaes. Rio de Janeiro: UFRJ/ CCMN/ IGEO/PPGG, 2005.

xi, 170. il.

Dissertação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IGEO.

1. Iconografia 2. Drogas Ilícitas 3. Cartografia  
 Jornalística 4. Tese (Mestr – UFRJ/ CCMN/ IGEO/PPGG).

I. Título.

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, por todo carinho e estímulo dado a cada passo desta caminhada.

À Luciana Santos, minha querida companheira, por estes anos de troca e felicidade cotidiana.

À minha orientadora, Lia Osório Machado, por quem guardo profunda admiração após seis anos de convivência e aprendizado.

À todos do grupo Retis de pesquisa, pelas trocas no trabalho e na vida.

Aos professores Roberto Lobato Corrêa, Frédéric Monié, Paulo César Gomes e Ana Maria Lima Daou, pelos estímulos e contribuições que recebi desde os tempos de graduação.

As minhas queridas irmãs e todos os amigos do Cap e da Geomata, pelo apoio, companheirismo e alegria.

## Resumo

NOVAES, André Reyes. **A Iconografia das Drogas Ilícitas na Imprensa (1975 – 2002)**. Orientadora: Lia Osório Machado. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG. 2005. Diss.

A questão das drogas ilícitas vem adquirindo visibilidade mundial nas últimas décadas. Neste contexto, a produção de imagens é uma ferramenta com alto potencial para divulgar representações específicas sobre a temática. Entre os vários tipos de imagens que servem a este propósito, aquelas veiculadas na imprensa escrita sob a forma de *mapas esquemáticos* são particularmente interessantes, na medida em que omitem certos elementos geográficos e destacam outros, sem que o público leitor tenha acesso aos critérios utilizados na seleção. Estimulada tanto pela grande visibilidade que a temática das drogas ilícitas adquire, como pelo desenvolvimento técnico que acentua a frequência dos mapas nos jornais, esta produção cartográfica peculiar cresceu muito na imprensa nacional nos últimos 30 anos. O objeto de estudo desta Dissertação é a cartografia esquemática produzida e/ou reproduzida por jornais brasileiros sobre a geografia das drogas ilícitas no período que vai de 1975 até 2002. A análise iconográfica e iconológica desta produção cartográfica permitiu estabelecer relações entre as práticas cartográficas selecionadas e os modelos explicativos disponíveis sobre a temática. Estudando as relações entre produção de imagens, manipulação dos símbolos cartográficos e o sentido de narrativas específicas, este trabalho discute como os mapas jornalísticos vem sendo utilizados para comunicar diferentes informações sobre as drogas ilícitas na imprensa.

## Abstract

NOVAES, André Reyes. **A Iconografia das Drogas Ilícitas na Imprensa (1975 – 2002)**.  
Orientadora: Lia Osório Machado. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO/PPGG. 2005. Diss.

The question of illicit drugs have been acquiring large worldwide visibility in the last decades. In this context, the images production is a strong instrument in the sense of divulging specific representations about the theme. Among all kinds of images which works in this way, those published in the news in terms of schematic maps are particular interesting, as long as they hide certain geographical elements and emphasize others, without the reader knowledge about the rule used in the choice. Stimulated as much as by the large visibility acquiring the illicit drugs, as by technical development that stress the presence of the maps in newspapers, this peculiar cartographic production have been great increase in national press in the last 30 years. The subject of this dissertation is the schematic cartography produced and/or reproduced by Brazilian newspapers about the geography of illicit drugs between 1975 and 2002. The iconographic and iconologic analysis allows the construction of relations between the cartographic practices chosen and the available explicative models about the theme. Studying the relations between the production of images, manipulation of cartographic symbols and the meaning of the specific narratives, this work discuss how journalistic maps have been used in the sense of communicating different information about illicit drugs in the press.

como ele cobra  
 - just. ficativa  
 e  
 - metodologia?

## Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>1 – A Construção do Objeto de Estudo.....</b>	<b>6</b>
1.1 – Especificidades na Representação das Drogas Ilícitas.....	6
1.2- Recortes e Questionamentos.....	11
<b>2 – O Estudo das Imagens e seus Significados.....</b>	<b>17</b>
2.1 – A Imagem Gráfica e Suas Relações com a Imagem Mental.....	18
2.2 – Iconografia e Iconologia: Aplicações em Diferentes Campos Científicos.....	25
<b>3 – A Popularização da Cartografia e o seu uso Ideológico.....</b>	<b>35</b>
3.1 – O uso Ideológico da Cartografia: O Exemplo dos Mapas Geopolíticos Alemães.....	37
3.2 – Geopolítica e Desenvolvimento da Cartografia Jornalística.....	46
<b>4 – Desenvolvimento da Cartografia Jornalística e Representação das Drogas Ilícitas: Exemplificando a Evolução da Temática nos Jornais Brasileiros.....</b>	<b>58</b>
4.1 – A Evolução Técnica da Cartografia Jornalística e os Modelos Explicativos sobre as Drogas Ilícitas.....	59
4.2 – A Representação da Circulação das Drogas Ilícitas: O Brasil como Um País de “Transito”.....	66
4.3 – A Representação da Produção das Drogas Ilícitas: O Exemplo do Polígono da Maconha.....	77
4.4 – A Representação da Comercialização das Drogas Ilícitas: O Exemplo dos Pontos de Venda na Cidade do Rio de Janeiro.....	86
<b>5 - Os Mapas Jornalísticos e suas Funções na Comunicação de Informações sobre as Drogas Ilícitas.....</b>	<b>100</b>
5.1 – As Funções Diferenciadas da Cartografia na Imprensa.....	101
5.2 – Mapas Jornalísticos Localizando um Espaço Citado na Reportagem.....	105

• proposta de estudo  
 (como surgiu...)  
 • questões  
 recortes

Técnico

estudo dele ou  
 do caso

5.3 – Mapas Jornalísticos Adicionando Informações as Reportagens.....	111
5.4 – Mapas Jornalísticos Sintetizando o Conteúdo da Reportagem.....	117
<b>6 – Representações Contraditórias sobre as Drogas Ilícitas na Imprensa Brasileira.....</b>	<b>126</b>
6.1 – Cartografia, Imprensa e a Comunicação de Diferentes Concepções sobre as Drogas Ilícitas.....	127
6.2 – Representações Contraditórias Sobre a Produção e a Circulação de Drogas Ilícitas na Escala Internacional.....	133
6.3 – Representações Contraditórias Sobre as Relações entre Drogas e Terrorismo.....	144
<b>7 – Considerações Finais.....</b>	<b>152</b>
<b>8 – Bibliografia.....</b>	<b>157</b>
<b>Anexo: Reportagens Consultadas.....</b>	<b>163</b>

## Índice de Mapas

<b>Mapa 1:</b> A Vulnerabilidade Aérea do Estado Alemão.....	42
<b>Mapa 2:</b> A Vulnerabilidade Terrestre do Estado Alemão.....	43
<b>Mapa 3:</b> Territórios Alemães e Britânicos: Uma Comparação.....	47
<b>Mapa 4:</b> As Invasões Nazistas na Europa.....	50
<b>Mapa 5:</b> A Representação da Guerra na Imprensa Brasileira.....	54
<b>Mapa 6:</b> A Circulação de Drogas Ilícitas – 1975.....	68
<b>Mapa 7:</b> A Circulação de Drogas Ilícitas – 1988.....	71
<b>Mapa 8:</b> A Circulação de Drogas Ilícitas – 1993.....	74
<b>Mapa 9:</b> A Produção de Drogas Ilícitas – 1988.....	79
<b>Mapa 10:</b> A Produção de Drogas Ilícitas – 1991.....	81
<b>Mapa 11:</b> A Produção de Drogas Ilícitas – 1998.....	83
<b>Mapa 12:</b> A Comercialização de Drogas Ilícitas – 1978.....	89
<b>Mapa 13:</b> A Comercialização de Drogas Ilícitas – 1983.....	92
<b>Mapa 14:</b> A Comercialização de Drogas Ilícitas - 2002.....	95
<b>Mapa 15:</b> Mapa de Localização – 1985.....	106
<b>Mapa 16:</b> Mapa de Localização – 1998.....	108
<b>Mapa 17:</b> Mapa Adicionando Informação – 1975.....	113
<b>Mapa 18:</b> Mapa Adicionando Informação – 1999.....	115
<b>Mapa 19:</b> Mapa Sintetizando a Reportagem – 1994.....	119
<b>Mapa 20:</b> Mapa Sintetizando a Reportagem – 1999.....	122
<b>Mapa 21:</b> Escala Internacional: Responsabilizando Países.....	135
<b>Mapa 22:</b> Escala Internacional: Mundialização das Drogas Ilícitas.....	139
<b>Mapa 23:</b> A Circulação de Drogas Sintéticas.....	142
<b>Mapa 24:</b> As Drogas e os Grupos Terroristas.....	146
<b>Mapa 25:</b> Produção de Papoula no Afeganistão.....	149

## Introdução

A questão das drogas ilícitas adquiriu visibilidade mundial nas últimas décadas. Várias razões contribuíram para esse fato, entre elas: seu papel na geopolítica norte-americana; seus – ainda pouco entendidos – efeitos sociais, econômicos e políticos em inúmeros países; e seu impacto no imaginário social contemporâneo. Nesse contexto, a produção de imagens é uma ferramenta com alto potencial para divulgar representações específicas sobre a temática, seja no sentido de combater as drogas ilícitas, seja no de alimentar a curiosidade das pessoas sobre elas. Entre os tipos de imagens utilizadas nessa escalada de interesses sobressai um dos clássicos instrumentos da geografia: os mapas.

toponímia!

A produção cartográfica desempenha um papel fundamental na comunicação e na popularização de informações com conteúdo geográfico. Entre os vários tipos de mapas que servem a esse propósito, aqueles veiculados na imprensa escrita sob a forma de *mapas esquemáticos* são particularmente interessantes, na medida em que omitem certos elementos geográficos e destacam outros, sem que o público leitor tenha acesso aos critérios utilizados na seleção. A partir dessa seleção das informações, os mapas têm também o poder de imprimir na mente do público imagens que parecem freqüentemente negar a complexidade das questões representadas.

A evolução nas técnicas de produção e de reprodução das imagens tornou-as parte integrante das reportagens jornalísticas, tanto como instrumentos de 'espetacularização' das notícias quanto como reforço à credibilidade do texto, atribuindo uma espécie de garantia de veracidade as informações (Zunzunegui, 2002). A maior freqüência no uso de imagens por parte da imprensa escrita impulsionou, nos jornais, o desenvolvimento da cartografia esquemática, responsável pela difusão de uma "quantidade significativa de informação geográfica para o público" (Kent e Sanders, 1993:95).

em destaque  
isso!

→ toponímia!

Sendo as drogas ilícitas uma temática com forte conteúdo espacial recorrentemente noticiada na imprensa, sua cobertura estimulou a construção de muitos mapas jornalísticos. A produção, circulação, comercialização e o consumo, enquanto etapas de um fenômeno social, político e econômico constantemente presente na mídia, foram progressivamente mapeadas pelos jornais nos últimos trinta anos. De fato, a comunicação de informações sobre as drogas ilícitas na imprensa se faz com o vasto uso de representações cartográficas. A despeito disso, ainda são raras as reflexões sobre a produção e a difusão dessas imagens.

O objeto de estudo desta Dissertação é a cartografia esquemática produzida e/ou reproduzida por jornais brasileiros sobre a geografia das drogas ilícitas no período que vai de 1975 até 2002. A natureza do objeto selecionado estimulou um diálogo com diferentes áreas do conhecimento, uma vez que os questionamentos propostos podem articular contribuições desenvolvidas a partir de eixos temáticos distintos. Estudos focados na imprensa, nos valores simbólicos das imagens e no desenvolvimento das técnicas de produção e reprodução dos mapas podem ser articulados em torno da análise dessa produção cartográfica peculiar.

A definição dos questionamentos do presente trabalho conduziu a diferentes níveis de aprofundamento dos eixos temáticos citados. Os estudos sobre imprensa, por exemplo, são muito relevantes para se compreender o contexto de ação no qual os mapas jornalísticos são produzidos e veiculados. No entanto, esse eixo não foi muito aprofundado ao longo do trabalho, pois priorizei aqui o estudo dos mapas esquemáticos, considerando as técnicas e os valores simbólicos que envolvem a produção destas imagens. Todavia, este recorte não significa que desconsidere o importante papel da imprensa na popularização da cartografia, pois tomei as conclusões de pesquisas feitas por estudiosos da área de comunicação social como um patamar inicial para o desenvolvimento do tema a ser estudado.

Como lembra Motta (2002), desde 1440, quando Gutemberg inventou a tipografia e permitiu a impressão em massa, a imprensa vem sendo utilizada como instrumento de luta pelo poder. A invenção da imprensa, diz o mesmo autor, coincide com a criação do Estado Moderno e com o exercício do poder a partir de formas mais sutis que a força física, como a coerção e a persuasão. De fato, o contexto de nascimento da imprensa evidencia como ela esteve freqüentemente vinculada à geopolítica dos Estados, utilizando palavras e imagens para difundir mensagens e valores específicos.

No entanto, não se pode afirmar que a imprensa esteve sempre vinculada aos interesses políticos e geopolíticos dos Estados, dado que no correr da história ela também teve papel importante de resistência política que não pode ser desconsiderado. Além disso, o desenvolvimento acelerado de novas tecnologias de transmissão de informações, processamento de dados e editoração gráfica dos jornais, têm garantido uma variação das tendências políticas da imprensa, que difunde com freqüência informações contraditórias sobre um mesmo fenômeno ou evento noticiado. Sendo um fenômeno ilegal, sobre o qual se dispõe de poucos dados confiáveis, o tráfico de drogas é freqüentemente representado a

\*  
Fazer isso!

Imprensa  
+6.

partir de informações contraditórias na imprensa, o que contribui com a difusão de modelos explicativos específicos com baixo teor factual.

Porém, além de discutir o caráter contraditório da imprensa, é necessário ainda atentar para as mudanças históricas mais recentes nesse campo. Segundo os estudiosos do tema, justamente na última década do século XX evidenciaram-se grandes transformações na imprensa brasileira, que passou a se caracterizar por uma pluralidade de estilos, ganhando definitivamente características de massa. Tendo em vista a definição do período a ser estudado, que compreende momentos com graus diferenciados de estruturação da imprensa nacional, seria impossível desconsiderar que durante a década de 1990 o número de jornais brasileiros dobrou, e que grande parte dos anteriormente existentes triplicaram sua circulação (Motta, 2002).

Nessa década, os grandes jornais brasileiros, como Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de São Paulo e o Jornal do Brasil, passaram por reformas gráficas e editoriais, adotando impressão a cores, modernizando sua aparência e conteúdo e diversificando as coberturas para atender a grupos mais variados de leitores. Esses foram os quatro jornais selecionados para a pesquisa documental, considerados por Silva (1989:10) como os mais tradicionais e prestigiados do país. Essa escolha também foi influenciada pelo trabalho de Monmonier (1989), que identificou uma frequência maior na publicação de mapas em jornais considerados “de elite”.

Considerando, portanto, que os principais jornais brasileiros aumentaram significativamente sua circulação e suas técnicas de produção e reprodução de imagens ao longo do período estudado, não é surpreendente afirmar que os mapas jornalísticos sobre as drogas ilícitas também podem ter sua recepção caracterizada de forma mais heterogênea após a década de 1990. Como Neto (1996) discute no caso dos telejornais e seus espectadores, as relações entre os mapas jornalísticos e seus leitores também estão expostas a processos de oferta, negociação e apropriação. De fato, ao se discutir a recepção de notícias – e dos mapas jornalísticos aqui estudados – não se pode prever um efeito único no vasto público que se informa diariamente através da imprensa, “conforme reza a cartilha do empiricismo” (Neto:2002).

Estimulando debates com posições profundamente antagônicas que dificilmente são apoiadas em dados confiáveis, a questão das drogas ilícitas talvez acrescente ainda mais ambivalências às percepções que o público leitor tem dos mapas jornalísticos estudados.

Afinal, trata-se da representação de um fenômeno ilegal, sobre o qual não há grande quantidade de informações seguras. No entanto, os recortes deste trabalho não chegaram a considerar o leitor e suas múltiplas interpretações sobre os mapas e sequer será possível um maior aprofundamento na discussão sobre as lógicas da imprensa no Brasil.

Dessa forma, mesmo considerando as múltiplas dimensões da problemática estudada, optei por focar o presente trabalho nas relações entre as práticas cartográficas empregadas nos mapas jornalísticos e os valores simbólicos sobre as drogas ilícitas. Para tanto, utilizei os conceitos de iconografia e iconologia, que foram trabalhados mais sistematicamente por historiadores da arte e influenciaram trabalhos de cartógrafos e geógrafos.

A análise iconográfica e iconológica da cartografia estudada permitiu estabelecer relações entre as práticas cartográficas selecionadas para representar as drogas ilícitas na imprensa e os modelos explicativos socialmente disponíveis sobre a temática. Examinando as relações entre produção de imagens, manipulação dos símbolos cartográficos e o sentido de narrativas específicas, este trabalho discute como os mapas vêm sendo utilizados para comunicar diferentes informações sobre as drogas ilícitas na imprensa.

No primeiro capítulo, apresento o processo de seleção e problematização do objeto de estudo desta dissertação. Além de discutir a condição de ilegalidade como um atributo que influencia todo o processo de transformação da informação na representação espacial das drogas ilícitas, esse capítulo também delimita os recortes temporais, espaciais e os questionamentos norteadores da pesquisa.

No segundo capítulo, em consonância aos caminhos definidos para o estudo da problemática proposta, tomo os mapas como um tipo de imagem gráfica, buscando estabelecer suas relações com imagens mentais e valores simbólicos. Considerando como os conceitos de iconografia e iconologia foram utilizados em diferentes campos científicos, procuro evidenciar como há sempre uma relação entre a seleção das práticas cartográficas dos mapas jornalísticos estudados e os valores simbólicos sobre as drogas ilícitas existentes na sociedade.

O terceiro capítulo busca situar a discussão sobre o valor simbólico das imagens no campo específico da cartografia jornalística. Além de discutir teoricamente as relações entre imagem, política e cartografia, esse capítulo também apresenta exemplos empíricos

Recorte + objeto  
Conceitos  
Substratos  
influência  
de geógrafos  
de cartógrafos  
de ao fazer  
de lugares  
"território"

O valor da digitalização do nome nos mapas  
pela representação  
em mapas  
manipulação

do uso do mapa como instrumento persuasivo da opinião pública, principalmente com a representação de eventos como a Segunda Guerra Mundial.

No quarto capítulo procurei exemplificar o desenvolvimento da cartografia sobre as drogas ilícitas nos jornais brasileiros. A observação do material levantado na pesquisa documental evidenciou um crescimento na frequência dos mapas estudados. Esse crescimento, desencadeado em meados da década de 1970, deve ser explicado com base em fatores diferenciados. Por um lado, as novas tecnologias de produção e reprodução das imagens nos jornais permitiram uma maior quantidade de mapas jornalísticos, utilizados para ilustrar reportagens variadas. Por outro, as drogas ilícitas tornaram-se uma temática com destaque crescente na imprensa, a partir da difusão de um modelo explicativo que internacionalizou o combate às drogas.

O capítulo 5 considera a evolução tecnológica da cartografia e as diferentes funções que ela pode desempenhar na comunicação de informações. Tornando-se mais frequentes, atraentes e informativos, os mapas são constantemente requisitados não apenas para responder *onde* ocorreu um evento, mas também para informar *como* ocorreu ou até *o que* ocorreu, muitas vezes sintetizando todo o conteúdo da reportagem com a construção de um esquema gráfico complexo.

A maior facilidade na produção e reprodução dos mapas esquemáticos vem permitindo que acompanhem reportagens diferenciadas, auxiliando no processo de difusão de informações contraditórias sobre as drogas ilícitas. O objetivo do sexto capítulo é indicar como, de acordo com a seleção de práticas cartográficas que omitem e destacam elementos diferenciados da questão, os jornais brasileiros podem construir mapas que difundem visões diferentes sobre a geopolítica das drogas ilícitas.

Já nas considerações finais desta dissertação, retomo as questões inicialmente propostas e, à luz dos exemplos discutidos, apresento algumas contribuições que podem auxiliar na reflexão sobre as particularidades da representação cartográfica das drogas ilícitas na imprensa. Sem nenhuma pretensão de apresentar conclusões definitivas, espero que este trabalho possa ser útil para a elaboração de novos questionamentos e futuras pesquisas.

## **1 – A Construção do Objeto de Estudo**

### **1.1 – Especificidades da Representação das Drogas Ilícitas**

A constatação de que a representação cartográfica sobre as drogas ilícitas continha atributos específicos influenciou a construção de nosso objeto de estudo. Ao trabalhar, como pesquisador de iniciação científica, com o mapeamento das rotas de cocaína e seus efeitos sobre a economia regional da Amazônia brasileira<sup>1</sup>, vivenciei um pouco das dificuldades existentes no mapeamento da produção, circulação, comercialização e do consumo de drogas ilícitas. A dificuldade na obtenção de dados confiáveis e o uso freqüente de indicadores indiretos tornavam os mapas temáticos sobre as drogas muito “questionáveis”, como se a inferência e a subjetividade não fossem características inerentes ao próprio processo cartográfico.

Ora, se todo mapa é “parte reflexo de realidades objetivas e parte elementos subjetivos” (Wright, 1942:527), sendo sempre construído por transformações sucessivas da informação, qual seria a especificidade da cartografia sobre as drogas ilícitas? A condição de ilegalidade é um dos principais atributos das iconografias cartográficas sobre esse tema. Relacionada à repressão do Estado e à sua exploração por grupos sociais específicos, a condição de ilegalidade é uma barreira para a obtenção de dados confiáveis e influencia a visão de quem faz e lê os mapas, estando presente em todas as etapas de transformação da informação.

Tomando as colocações de Robinson (1993:18), podemos identificar três transformações fundamentais por que passa a informação até originar a imagem cartográfica. A primeira transformação estaria vinculada à captação de dados do ambiente geográfico (a partir de sensos, sensoriamento remoto, compilação, etc). Essa captação é particularmente deficiente no caso do mapeamento das drogas ilícitas. As bases de dados sobre o fenômeno são escassas e freqüentemente contraditórias, mesmo quando recorremos a pesquisas das principais instituições internacionais<sup>2</sup>. A dificuldade em obter dados confiáveis é especialmente notável quando se tenta quantificar o volume de dinheiro que

<sup>1</sup> Novaes 2002: “As Redes de Tráfico e de Lavagem na Amazônia Brasileira”. Monografia de encerramento de curso vinculada ao projeto “Redes, Território e Governo Local na Amazônia”, coordenado pela prof. Lia Osório Machado.

<sup>2</sup> Caso da Organização das Nações Unidas (ONU), da INTERPOL e do Drug Enforcement Administration (DEA).

circula no mercado mundial de drogas e nos processos correlatos de lavagem, pois nunca há consenso entre as estimativas divulgadas. De fato, como afirmaram Filho e Vaz (1997:77), “há pouca informação para abastecer o processo de formulação de políticas públicas e de tomada de decisões neste campo”.

A condição de ilegalidade não influencia apenas o reconhecimento da informação geográfica sobre as drogas. A segunda transformação que a informação sofre, fruto de operações comuns à construção de qualquer mapa – como a seleção, a classificação, a simplificação, o exagero e a simbolização-, também é influenciada pela condição de ilegalidade. Qualquer mapa é construído a partir destas operações, que contêm grande carga de subjetividade e influenciam diretamente a aparência da imagem cartográfica criada. Dessa forma, as concepções e os objetivos de quem produz a cartografia sobre as drogas ilícitas influenciará seu produto final, pois “há muitos mapas possíveis para a mesma informação” (Robinson, 1993:18).

Da mesma forma, há muitas interpretações possíveis para o mesmo mapa. A terceira transformação da informação estaria relacionada às leituras, análises e interpretações que o leitor faz do produto cartográfico. Novamente a condição de ilegalidade, contribuindo com aquilo que a socióloga venezuelana Rosa Del Olmo chamou de “face oculta das drogas” (Olmo, 1990), influi na transformação da informação. A divulgação de notícias contraditórias sobre um fenômeno ilegal tem impacto sobre as imagens mentais que a população guarda sobre as drogas. Essas imagens orientam as leituras que o público faz dos mapas, fato que transforma novamente a informação a partir das habilidades, experiências e expectativas de cada um de seus usuários<sup>3</sup>.

Como é possível observar, a condição de ilegalidade é um atributo que influencia todo o processo de transformação da informação na representação espacial das drogas ilícitas. Ao mesmo tempo em que dificulta o controle sobre os critérios utilizados na representação espacial das drogas, essa condição facilita a difusão de modelos explicativos com baixo teor factual. Essas especificidades dificultam o trabalho das instituições de pesquisa que buscam produzir mapas que expressem as complexas lógicas do fenômeno.

Mas se por um lado as estimativas contraditórias sobre a dimensão da economia ilegal dificultam a produção de imagens sobre a temática no meio acadêmico – exigindo

---

<sup>3</sup> Como já foi colocado na introdução, o presente estudo não contemplará esta última transformação da informação, que consideraria a percepção dos leitores sobre os mapas jornalísticos estudados.

muita criatividade e inovação nas estratégias de pesquisa<sup>4</sup> - por outro elas também aumentam a curiosidade do cidadão por esse 'poder paralelo', que atuaria sem o controle dos estados nacionais. De fato, a ausência de dados objetivos não impediu o desenvolvimento de uma considerável produção iconográfica sobre a temática, principalmente na imprensa.

O interesse da população e a dificuldade das instituições de pesquisa em trabalhar com essa questão fizeram com que a imprensa escrita se tornasse uma das principais produtoras de mapas sobre as drogas ilícitas. Desde o século XIX os jornais adquiriram grande importância ao ampliarem sua circulação por diferentes camadas sociais e difundirem notícias diariamente. Os mapas já faziam parte dos jornais desde o século XII, mas foi apenas no século XX, principalmente após o início da segunda guerra mundial, que seu uso foi largamente difundido (Ristow, 1957:369). Ao longo de todo o século passado os jornais aprimoraram suas formas de produção e reprodução das imagens, tornando freqüente o uso de mapas para atrair a atenção do público e facilitar a compreensão de notícias com conteúdo espacial.

A evolução da cartografia jornalística não significou apenas um aumento na quantidade de mapas veiculados na imprensa. Segundo Monmonier (1989:57), mais notável do que o progressivo crescimento no uso do mapa é a grande diversidade de temas que ele passou a representar nos jornais. O autor observa que o declínio relativo do número de mapas sobre as guerras, tema que impulsionou o desenvolvimento da cartografia jornalística, é acompanhado do crescimento de uma diversidade temática dos mapas na imprensa. Viagens, obras públicas, eleições, demografia e recursos naturais são alguns dos assuntos que exemplificam a diversidade temática atual da cartografia jornalística.

As drogas ilícitas passaram a ser mais comumente representadas pelos jornais desde meados dos anos 1970, quando se acentuou o interesse pela temática a partir da posição central que esta passa a ocupar na geopolítica norte-americana. O surgimento de um modelo explicativo que internacionalizava o combate às drogas ilícitas, somado ao crescente impacto social do fenômeno, acentuou o interesse da imprensa pela temática e estimulou sua representação cartográfica nos jornais.

---

<sup>4</sup> Para observar como os pesquisadores buscam estratégias criativas para estudar a temática, ver Machado (1996, 2000), que através de indicadores inovadores estudou os impactos da lavagem de dinheiro e do tráfico de drogas na economia de regiões e cidades específicas.

Embora sem maiores compromissos com a concatenação de eventos a médio e longo prazo, os jornais diários foram pioneiros na difusão de mapas sobre determinados temas, contribuindo para “formar o conhecimento das pessoas e a sua imagem do mundo” (Gilmartin 1985:1). A menor exigência de uma representação criteriosa e a ausência de padrões rígidos fizeram com que a cartografia jornalística tivesse maior liberdade, sendo facilmente compreendida e influenciando a opinião pública. Ainda que possa ser usada para difundir leituras específicas dos fenômenos sociais, a cartografia jornalística também tem em sua liberdade a fonte principal para a construção de mapas “inovadores, únicos e esteticamente atraentes” (Green,1999:141).

Escrevendo em 1957, o geógrafo W. W. Ristow revelava grande entusiasmo com o desenvolvimento da cartografia jornalística, que tratava de temáticas pouco abordadas nos mapeamentos acadêmicos ou estatais. Segundo o autor: “Felizmente, ainda há alguns caminhos onde o cartógrafo criativo pode ter rédeas livres para suas idéias e sua caneta, o campo do jornalismo” (p.369). A evolução da cartografia jornalística fez com que pouquíssimos cartógrafos permanecessem nesse campo, mas seu propósito comunicativo, que colocou a compreensão do leitor como grande prioridade dos mapeamentos, encorajou a inovação no “design”, na simbolização e nas temáticas especializadas.

A constatação de que a imprensa escrita era a grande produtora de mapas sobre as drogas ilícitas estimulou o desenvolvimento deste trabalho. É claro que essa cartografia com frequência não resolve satisfatoriamente o problema de representar algo extremamente oculto e desconhecido, limitando-se muitas vezes a localizar as áreas de apreensão, produção, processamento ou venda de drogas. Contudo, as características próprias da cartografia jornalística permitiram que sua produção sobre a temática se desenvolvesse muito nos últimos trinta anos. Ao representarem um fenômeno extremamente complexo e desconhecido de forma simples e acessível aos leigos, os jornais acentuaram as características próprias de se representar algo sobre o qual se tem pouca informação concreta, como é o caso de qualquer fenômeno ilegal.

Partindo do pressuposto de que a condição de ilegalidade é um atributo importante para o estudo das representações das drogas ilícitas, cabe então perguntar: quais seriam as conseqüências práticas de se representar algo misterioso, desconhecido, oculto?

No sentido de construir uma análise mais profunda desses efeitos, podemos utilizar algumas colocações de E. H. Gombrich (1986, 1ª edição de 1959), historiador da arte que

definiu duas características principais dessas representações. Primeiramente, segundo o autor, a dificuldade de representar o desconhecido faz necessária a adaptação de modelos. Ou seja, copiam-se esquemas já prontos para que não se corra o risco de um grande distanciamento do que já foi produzido sobre o objeto, donde se pode concluir que “uma representação existente sempre exerce um fascínio sobre o artista” (p.72). A fim de construir rapidamente representações espaciais de fácil compreensão para o leitor, os jornais não abdicam de uma troca constante com mapeamentos de outra natureza, adaptando ou simplesmente reproduzindo mapas de fontes diversas.

A segunda característica relacionada à representação do desconhecido seria uma exigência menor quanto aos detalhes da representação. No que diz respeito diretamente ao tema deste trabalho, podemos dizer que os jornais freqüentemente simplificam em demasia as relações espaciais estabelecidas pelas redes internacionais de tráfico de drogas. Ao se representar algo desconhecido e misterioso o resultado é um rigor muito baixo no detalhamento do fenômeno. Gombrich (1986) ilustra esta última característica de representação do desconhecido com a citação de um velho tratado de arte chinês:

“Todos estão acostumados a ver cavalos e cães, uma vez que os encontram diariamente reproduzi-los é muito difícil. Por outro lado, demônios e seres espirituais não tem forma definida, e uma vez que nunca ninguém os viu, é fácil pintá-los” (retirado de Gombrich, 1986:23).

Como “demônios” de nossa sociedade contemporânea, as drogas ilícitas são facilmente representadas se não há um questionamento dos métodos de classificação e representação, como acontece no caso da cartografia jornalística. Os contornos do fenômeno são pouco definidos e, para representá-lo, basta reunir uma série de modelos já existentes e elaborar um discurso condizente com o contexto da reportagem na qual o mapa se insere.

Observamos que a condição de ilegalidade é um dos atributos principais das iconografias sobre as drogas ilícitas, tornando as informações sobre o fenômeno muito escassas e facilitando a difusão de representações simplificadas que freqüentemente seguem modelos anteriormente concebidos. Essa constatação estimulou a escolha do tema como

objeto desta dissertação e, concomitantemente, influenciou os recortes espaciais e temporais definidos. Partindo de questões específicas, foi possível um estudo mais sistemático do assunto proposto.

## **1.2 – Recortes e Questionamentos**

O presente trabalho abrange o período 1975 a 2002. Tal recorte leva em conta alguns marcos temporais importantes, associados tanto à consolidação de um modelo explicativo que considera as drogas como um fenômeno transnacional, como a evolução nas técnicas jornalísticas de produção e reprodução dos mapas.

A eleição do ano de 1975 como marco inicial é justificada pelo fato de que, a partir da segunda metade dessa década, os Estados Unidos intensificaram as iniciativas para implantar um sistema internacional de controle das drogas. Em 1971 foi realizada a convenção sobre substâncias psicotrópicas, que acrescentou algumas drogas à lista de proibições elaborada na convenção única de 1961, definindo as substâncias qualificadas como ilícitas em grande parte do mundo até a atualidade. Em 1972 foi criada a DEA, agência do governo americano que, segundo o então presidente R. Nixon, representava “a consolidação de todas as forças antidrogas sob comando único unificado” (Olmo, 1990:43). Essas medidas fortaleceram o modelo geopolítico de combate às drogas, transportando a questão para fora das fronteiras norte-americanas.

No entanto, mesmo com essas medidas sendo tomadas no início dos anos 1970, podemos afirmar que naquele momento “o tráfico de drogas ainda não era percebido como um problema social na América Latina” (Monagas, 1991:65). Conseqüentemente, os jornais não davam muita atenção à questão, pois o consumo era baixo e os impactos sociais, localizados. Segundo Olmo (1990), é a partir da segunda metade dos anos 1970, com a exportação do modelo geopolítico, que a América Latina começa a se preocupar com as drogas, “especialmente por meio do discurso dos meios de comunicação” (p.45). Dessa forma, consideramos que o ano de 1975, marcando a metade da década que consolidou um sistema internacional de controle das drogas, seria um marco ideal para observarmos o início da cobertura jornalística sobre as drogas ilícitas no Brasil.

O outro marco temporal que auxiliou na determinação da periodização aqui proposta foi o ano de 2002, que representou a consolidação da política de intervenção direta

dos Estados Unidos em países produtores, com as ações do chamado "Plano Colômbia". No entanto, o presente recorte temporal não constitui um limite fechado, podendo se estender para anos posteriores, pois o modelo geopolítico da "guerra às drogas" permanece vigente.

Há ainda, no período, outro aspecto relevante para a pesquisa: evidencia-se uma profunda evolução nas técnicas de produção dos esquemas cartográficos veiculados na imprensa escrita. No período de 27 anos que vai de 1975 até 2002, o acervo de mapas jornalísticos reunidos pela linha de pesquisa mostra diferenças que estão diretamente relacionadas às técnicas de representação cartográfica. Segundo Monmonier (1989), o desenvolvimento tecnológico talvez seja visto historicamente como o primeiro pré-requisito para o surgimento e o desenvolvimento da cartografia jornalística. Para o autor, a tendência em torno da informação gráfica experimentou marcada aceleração a partir de 1975, atribuindo ao mapa um papel cada vez mais importante nas análises jornalísticas.

Os mapas publicados durante as décadas de 1970 e 1980 ainda eram muitas vezes feitos manualmente, dependendo diretamente dos talentos artísticos de seus autores (que em muitos casos não eram funcionários dos jornais). No final dos anos 1980 e início dos 1990, os jornais brasileiros estruturaram seus departamentos de arte e investiram em tecnologia, possibilitando que os autores dos esquemas cartográficos fizessem uso de um amplo sistema de simbolização. A tecnologia computacional possibilitou a diminuição do tempo necessário para se produzir um do mapa, o que teve influência direta na acentuação da frequência da veiculação de mapas na imprensa atual, inclusive blocos-diagrama sofisticados.

Observamos, portanto, que a periodização aqui proposta se justifica tanto pelo desenvolvimento do modelo geopolítico – que dá visibilidade mundial à temática das drogas ilícitas –, como pelo desenvolvimento tecnológico da cartografia jornalística, que permitiu que os jornais representassem as características espaciais do fenômeno em maior quantidade e com melhor qualidade visual.

A difusão das técnicas digitais de produção cartográfica a partir de meados dos anos 1980 permitiu que os jornais de todo o mundo passassem a produzir seus próprios mapas, possibilitando uma cobertura cartográfica mais abundante para notícias locais. Com a difusão da tecnologia, diversos jornais puderam criar ou redesenhar os mapas publicados, definindo estilos e convenções próprias (Monmonier 1989:125). Esses fatos contribuíram

para uma maior diversidade na cartografia jornalística, que passou a representar suas temáticas em escalas diversas.

Considerando a crescente diversidade de mapas jornalísticos sobre as drogas ilícitas, um dos objetivos específicos deste trabalho é analisar se e como as narrativas e as práticas cartográficas se diferenciam segundo a escala de representação. A produção, circulação, comercialização e o consumo de drogas ilícitas são representados na imprensa em diversas escalas: global, continental, nacional, regional, até segmentos metropolitanos. A pesquisa documental evidenciou como os jornais brasileiros já apresentam um material rico e diversificado sobre a temática, permitindo que seu estudo contemple representações de diferentes espaços em escalas variadas.

Todavia, mesmo sem restringir nosso estudo à representação em escalas específicas, o fato de se trabalhar com jornais brasileiros naturalmente concentra a representação cartográfica em alguns espaços e algumas drogas. A escala continental, por exemplo, focando principalmente o papel do Brasil no tráfico de cocaína nas Américas, foi certamente uma das mais representadas.

A possibilidade de criar seus próprios mapas também fez com que os jornais brasileiros representassem mais freqüentemente os impactos regionais e locais das drogas no território nacional. Na escala regional, dominam mapas representando espaços de fronteira com os países andinos, que seriam considerados os pontos de entrada das drogas no território nacional. Já na escala local, prevalece o mapeamento de pontos de distribuição e venda de drogas no espaço metropolitano, principalmente nas grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo.

Mesmo com algumas especificidades em relação às drogas e aos espaços representados nos jornais brasileiros, os questionamentos propostos para a construção do presente trabalho não requeriam um recorte espacial preciso e sim uma análise abrangente da produção cartográfica sobre as drogas ilícitas. O estudo da representação de diferentes drogas em diferentes espaços facilita a identificação de omissões e destaques nos mapas, pois, a partir da comparação de exemplos diferenciados, podem ser identificados as drogas, os protagonistas e os espaços geográficos mais constantemente noticiados na imprensa brasileira. A identificação dessas omissões e destaques, com base na utilização de práticas cartográficas específicas, foi o método de análise mais utilizado para a discussão dos exemplos aqui apresentados.

A pesquisa documental do presente trabalho encontrou algumas dificuldades inerentes a qualquer levantamento voltado para a cobertura de uma temática específica na imprensa. Muitos jornais não têm seu arquivo digitalizado com imagens e os que têm só o fizeram a partir de 1999 (caso do jornal O Globo), dificultando o levantamento sistemático de reportagens sobre as drogas ilícitas ao longo do período estudado.

Além do material que já havia sido levantado anteriormente pelo grupo de pesquisa<sup>5</sup>, grande parte dos mapas jornalísticos aqui apresentados foi obtida em pastas temáticas dos jornais, onde as reportagens antigas são classificadas a partir de eixos específicos, como as drogas ilícitas, por exemplo. Após reunir volume significativo de mapas jornalísticos sobre as drogas ilícitas nos quatro jornais selecionados, busquei desenvolver uma metodologia qualitativa para o tratamento do material coletado.

De fato, as discussões sobre as formas de se estudar a cartografia jornalística só se intensificam na década de 1980, quando o assunto “começa a receber a atenção que merece” (Gilmartin, 1985:4). Nesse momento há o desenvolvimento de metodologias qualitativas e quantitativas para estudar essa produção cartográfica particular, que aparece como objeto de pesquisa de trabalhos com objetivos muito diferenciados.

Monmonier (1984), por exemplo, desenvolveu uma metodologia quantitativa para o estudo dos mapas do jornal americano “New York Times” entre 1869 e 1980 (Kent e Sanders, 1993). Considerando os temas e as escalas mais frequentemente representadas nos mapas jornalísticos, Monmonier (1984, 1989) classificou os mapas publicados em dez categorias temáticas e quatro escalas diferentes, chegando ao relevante resultado de que os mapas estudados se concentravam em questões geopolíticas e militares representadas na escala internacional.

Já os trabalhos de Chappell (1983), Gilmartin (1985) e Porter (1985) fazem uso de uma metodologia qualitativa para estudar os mapas jornalísticos. No intuito de analisar as características particulares da cartografia esquemática veiculada em diferentes jornais, esses autores buscaram explorar a representação espacial de certas questões geopolíticas. Discutindo respectivamente as representações da guerra das ilhas Malvinas, a derrubada de um avião Coreano por soviéticos e a guerra do Vietnã, os autores mencionados estudaram

---

<sup>5</sup> O grupo Retis de Pesquisa, do qual faço parte, já possuía muitas reportagens sobre as drogas ilícitas coletadas pela prof. Lia Osório Machado. No entanto, como a reunião desse material foi feita com objetivos distintos da atual dissertação, muitas reportagens não continham mapas e os exemplos mais antigos datavam do ano de 1988, tornando necessária uma pesquisa mais intensa nos jornais selecionados.

os mapas jornalísticos criados para representar um evento ou fenômeno específico (Gilmartin, 1985).

Ao longo da presente dissertação não buscarei comparar a produção cartográfica dos jornais selecionados, prática muito comum nos trabalhos destacados acima. No entanto, as análises qualitativas geralmente conduzem ao estudo das práticas cartográficas selecionadas para se representar determinado fenômeno, sendo uma metodologia que se aplica com mais eficácia aos propósitos deste trabalho. Buscando pensar de que forma a iconografia das drogas ilícitas na imprensa é influenciada tanto pelos modelos explicativos como pelas técnicas de produção e reprodução das imagens nos jornais, o presente trabalho não poderia abrir mão de uma análise qualitativa do material levantado na pesquisa documental.

A questão central aqui proposta aponta a influência desses dois fatores sobre as representações cartográficas no tocante à produção, circulação, comercialização e ao consumo de drogas ilícitas. Buscaremos, assim, identificar *como certos aspectos técnicos da representação cartográfica dos jornais podem potencializar o uso do mapa como instrumento de difusão de modelos explicativos sobre as drogas ilícitas.*

A partir da definição da questão central, selecionei três sub-questões específicas que para trabalhar ao longo da dissertação:

- Quais as práticas cartográficas mais freqüentemente utilizadas pelos mapas jornalísticos brasileiros para representar a produção, a circulação, a comercialização e o consumo de drogas ilícitas ao longo do período estudado?
- Como as mudanças existentes nas técnicas de produção e reprodução dos mapas jornalísticos influenciam a aparência, os conteúdos e as funções exercidas pela cartografia na imprensa?
- Quais informações sobre as drogas ilícitas são destacadas e quais são omitidas na elaboração dos mapas jornalísticos? A que narrativas essas omissões e destaques estão vinculados?

A apresentação dessas questões evidencia como buscarei estabelecer uma relação entre três eixos específicos: as práticas cartográficas utilizadas para representar as drogas ilícitas, os modelos explicativos existentes sobre a temática e as técnicas de produção e

reprodução das imagens nos jornais brasileiros. São questões que requerem uma análise qualitativa do material levantado na pesquisa documental, estudando a articulação entre a construção dos exemplos apresentados e os valores simbólicos existentes sobre as drogas ilícitas na sociedade.

A relação entre práticas cartográficas e discursos políticos foi um dos grandes estímulos deste trabalho, pois, ao analisar a cartografia temática sobre as drogas ilícitas, ficou clara a existência de conteúdos ideológicos estimulando sua produção. As relações entre esses aspectos retóricos dos mapas e suas técnicas de produção e reprodução nortearam a problematização de nosso objeto de pesquisa. A abrangência das questões propostas na construção do trabalho conduziu-nos a um levantamento bibliográfico com eixos distintos, mais ou menos relacionados com os aspectos retóricos ou técnicos dos mapas.

No capítulo posterior busco dar início à discussão sobre o significado simbólico das imagens. Considerando sempre as relações entre imagens, política e cartografia, pretendo introduzir as bases teóricas para o desenvolvimento de uma visão abrangente da produção de mapas esquemáticos sobre as drogas ilícitas na imprensa. Dessa forma, poderemos responder ao menos parcialmente aos questionamentos aqui propostos, no intuito de que surjam novas questões, objetivo fundamental para o desenvolvimento de qualquer dissertação.

## **2 – O Estudo das Imagens e seus Significados**

Este capítulo vincula-se a um campo temático amplo que busca compreender como se constroem as relações entre imagem e significado. O estudo dos simbolismos existentes nas práticas cartográficas selecionadas para a representação das drogas ilícitas exige, primeiramente, que os mapas sejam situados e particularizados no diversificado mundo das imagens. Assim, buscarei discutir, na primeira seção, as relações entre imagens mentais e imagens materiais, no intuito de evidenciar como nenhuma representação é livre de uma seleção arbitrária, que sempre lhe atribui uma série de significados dentro de um contexto de ação específico.

As relações entre as imagens e seus significados constituem uma temática que pode ser abordada por diferentes caminhos. O caminho aqui escolhido buscou incorporar tanto contribuições mais específicas, que destacam as particularidades dos mapas como imagens simbólicas, quanto outras mais abrangentes, vinculadas ao vasto campo da filosofia da representação. Como será evidenciado na segunda seção, o estudo das imagens a partir dos objetivos aqui propostos nos levou a trabalhar com os conceitos de iconografia e iconologia que, de certa forma, sempre trataram das relações entre as representações materiais de um fenômeno e as concepções sociais que o cercam.

Justificando a adoção do conceito de iconologia como título de seu trabalho, Mitchell (1986) afirma que seu principal objetivo seria o de estabelecer uma relação com o que se poderia chamar de “uma longa tradição de reflexões teóricas e históricas sobre a noção de imagem” (p.2). Talvez esse também seja nosso objetivo, pois, como veremos ao longo deste capítulo, considerar o mapa um tipo de imagem gráfica e estudar os seus significados a partir desta tradição não chega a ser uma novidade nem para a geografia nem para a cartografia.

## 2.1 – A Imagem Gráfica e Suas Relações com a Imagem Mental

Se o mapa é uma imagem, cabe então perguntar: o que deve ser considerado como imagem? Segundo Mitchell (1986), a primeira dificuldade para responder essa questão estaria no fato de existir uma grande variedade de elementos que reunimos sob esse nome. “Figuras, estátuas, ilusões ópticas, mapas, diagramas, sonhos, alucinações, espetáculos, projeções, poemas, memórias e até idéias são vistas como imagens” (Mitchell, 1986:9), dificultando seu estudo sistemático.

Frente a essa dificuldade, o caminho traçado por Mitchell (1986) foi o de considerar as imagens como uma “vasta família” de “imagens mentais e imagens materiais”, evidenciando a importância do filósofo Jean-Paul Sartre em seu trabalho. Influenciado pela perspectiva fenomenológica alemã, Sartre publica, no ano de 1940, “O imaginário”, onde propõe o estudo da imagem como consciência, ou seja, como imagem mental. O autor distingue, assim, as “imagens cuja matéria é emprestada do mundo das coisas (ilustrações, fotos, mapas) e aquelas cuja matéria é emprestada do mundo mental (consciência, sentimentos)”, propondo o estudo da ampla “família das imagens” (Sartre, 1989:37). Para Sartre (1989), o que haveria de comum entre imagens de naturezas tão díspares seria o fato de existir uma “intenção dirigida a um objeto ausente” (p.36) que se faz presente através da representação arbitrária.

Considerando as colocações de Sartre, Mitchell (1986) busca construir a genealogia dessa “família das imagens”, mas sua intenção não é procurar uma definição universal para o termo imagem e, sim, relacionar suas concepções com os discursos institucionais de diversas disciplinas. Dessa forma, o autor define cinco tipos de imagens a partir de diferentes áreas do conhecimento. A *imagem mental*, ligada à psicologia e à epistemologia; a *imagem ótica*, ligada às físicas; as *imagens gráficas*, ligadas à história da arte; as *imagens verbais*, ligadas ao campo da crítica literária, e as *imagens perceptivas*, ligadas ao campo interdisciplinar da psicologia, neurologia, filosofia, entre outras disciplinas (p.10).

Para essa proposta, a imagem gráfica, por englobar os mapas, leva ao campo da história da arte, onde primeiro se desenvolveram os conceitos de iconografia e iconologia. Segundo Neiva (1986), falar desses conceitos é falar da contribuição de autores ligados ao estudo das artes visuais, como Gombrich, Panofsky e Wamburg. Ao estudarem as imagens a partir de seus significados, esses autores evidenciam as relações indissociáveis entre

imagem mental e imagem material, influenciando muitos estudos posteriores sobre imagem, inclusive àqueles que têm os mapas como objeto.

Quando Gombrich (1986:7) afirma que “já podemos ver os contornos da iconologia, que investiga a função das imagens na alegoria e no simbolismo e sua referência ao que se poderia chamar de o *invisível mundo das idéias*”, fica clara a associação que esse conceito busca fazer entre imagem mental e material. Como qualquer imagem gráfica, os mapas também são influenciados pelas imagens mentais existentes sobre os fenômenos que representam, o que torna possível o desenvolvimento de um estudo iconológico da cartografia. A imagem mental, como “organização sintética total” ou como “modo que a consciência tem de se dar um objeto” (Sartre, 1989:19), tem grande relevância para o presente trabalho devido à natureza do tema aqui abordado.

A grande visibilidade que o fenômeno das drogas ilícitas alcançou nas últimas décadas estimulou a criação de uma série de imagens mentais sobre a temática. Essas imagens se relacionam aos estereótipos morais amplamente difundidos na sociedade através de modelos explicativos que procuram responsabilizar grupos e espaços específicos pelo tráfico internacional de drogas. As imagens mentais influenciam diretamente a forma de representação dos mapas jornalísticos, pois sintetizam um conjunto de valores simbólicos que atribui significado às práticas cartográficas selecionadas.

As relações entre imagens mentais e imagens gráficas são fundamentais para se compreender a natureza persuasiva de qualquer mapa. Para o historiador da cartografia J. B. Harley (1988:289), o mapa pode ser uma ferramenta de poder mesmo sem uma intencionalidade consciente de seu autor, na medida em que pode difundir valores dominantes apenas considerando-os como naturais ou universais. Na perspectiva iconológica de J. B. Harley (1988):

“o processo cartográfico pelo qual o poder é imposto, reproduzido, reforçado e estereotipado consiste tanto de práticas deliberadas de persuasão como de ajustes cognitivos menos conscientes entre quem faz o mapa e quem usa o mapa, em direção a valores e crenças dominantes” (p.303).

Esses “ajustes cognitivos” emergem da relação entre imagem mental e imagem gráfica. O uso das imagens de uma forma persuasiva pode se dar com diferentes graus de intencionalidade. As imagens podem ter um objetivo claro e preciso, mas esse nível intencional do autor estará sempre vinculado a um “conjunto geral de práticas ideológicas inconscientes” (Morley, 1996 apud Winocur, 1999:52) que podem por si só acrescentar uma função persuasiva às imagens gráficas veiculadas na imprensa.

As imagens mentais atuam, portanto, como modelos que organizam e simplificam a realidade dos fenômenos sociais, enquanto as imagens gráficas seriam formas de materialização desses modelos. Nesse sentido, não existem imagens mais ou menos legítimas, pois qualquer imagem se relaciona a uma construção social e pode difundir uma mensagem específica.

Entretanto, não é raro que a discussão em torno da natureza da imagem mental leve a uma concepção questionável de que certos tipos de imagem seriam mais legítimos, pois promoveriam uma cópia ou uma representação direta da realidade. Nessa perspectiva, que Mitchell (1986) denomina de “teoria da cópia”, certas imagens – como os diagramas, os gráficos, as pinturas e os *mapas* -, teriam um status especial por serem entendidas como “imagens propriamente ditas” (p.13). Já as imagens mentais e verbais seriam vistas apenas no sentido metafórico, pois não seriam “estáveis nem permanentes, variando de uma pessoa para outra” (p.14).

Estabelecendo uma crítica à identificação de um grupo legítimo de imagens (ou um grupo de “imagens propriamente ditas”), Mitchell (1986) afirma que nenhuma imagem, seja ela mental ou material, possui estabilidade e permanência. Assim como as imagens mentais, as imagens gráficas não são estáveis, nem estáticas, “não são percebidas da mesma forma pelos leitores [e] não são exclusivamente visuais, pois também envolvem uma apreensão multidimensional” (p.14).

O mapa é uma imagem material que teve sua forma de representação freqüentemente associada a um alto grau de legitimidade. A cartografia tradicional considera que existe uma descontinuidade entre uma fase decorativa e uma fase científica dos mapas, que culminou no nascimento da cartografia como disciplina científica. A partir da adoção de técnicas e instrumentos, os mapas seriam produzidos com base em regras de ordem geométrica, com pouca influência de normas e valores da sociedade ou das imagens mentais existentes sobre o fenômeno representado. Sob esse ponto de vista, a cartografia

“perdeu em efeitos decorativos, mas ganhou em clareza e precisão” (Bonne apud Rees, 1980:71), a partir de um processo em que os “fatos substituem a fantasia” e os “signos convencionais substituem as imagens pictóricas” (Rees, 1980:64).

A partir dessa suposta ruptura epistemológica, os mapas se apresentam como uma forma distinta de representação visual, diferenciando-se das demais imagens ao ganharem um status científico. Difundindo as idéias de precisão e exatidão, os mapas buscaram desatar seus estreitos laços com as artes visuais. No entanto, para alguns autores como Harley (1996), a ruptura entre uma fase decorativa e uma fase científica da cartografia pode ser considerada como um (mito) um “talismanã” para exercício da autoridade, pois os mapas passam a atuar com uma “mascara de ciência neutra” (Harley, 1996:426). Essa legitimidade associada à imagem cartográfica ajudou a fundar os cânones da cartografia tradicional, segundo os quais a maior preocupação seria a distinção entre mapas “verdadeiros” ou “falsos”.

A associação entre o mapa e as idéias de precisão e exatidão estimulou muitos autores a alertarem para o fato de que a representação cartográfica sempre distorce o espaço que representa, a começar pela impossibilidade de se representar fielmente a superfície curva da terra. O famoso alerta de que “o mapa não é o território” (Korzybski, 1948 apud Crampton, 2001) vale também para qualquer outro tipo de imagem, pois a impossibilidade de representar a “realidade” seria um princípio sine qua non de qualquer sistema de representação, seja ele material ou mental.

As discussões sobre os graus de “realidade” das imagens materiais não são uma exclusividade da cartografia. De fato, esses debates estão presentes desde as primeiras reflexões no campo da filosofia da representação. Gombrich (1986), por exemplo, considera que as indagações filosóficas sobre o “realmente real” seriam um “abismo sem fundo”, um “atoleiro” para onde grande parte da teorização sobre a imagem tem sido levada por acreditar que devem existir meios de se representar as “aparências, ou até espaços como tais” (p.227). Para desenvolver suas concepções sobre as imagens, Gombrich escolhe Platão como seu interlocutor, por considerar a “República” como o texto de maior influência na filosofia da representação.

A incapacidade que o artista (ou o cartógrafo) tem de representar a totalidade dos objetos incomodava Platão, que considerava imoral que o pintor corrigisse as proporções da realidade adaptando-as às condições da visão. O filósofo atacava os artistas, pois o

nascimento da perspectiva ofuscava a única distinção que lhe importava: a distinção entre verdade e mentira.

Gombrich (1986) utiliza as colocações de Platão para afirmar que a representação deve ser sempre vista como referência a outra coisa, e como não é uma réplica, não precisa ser idêntica ao motivo. Representar é sempre estabelecer uma relação e, como consequência filosófica, a imagem jamais pode ser uma duplicação do mundo. “A veracidade da imagem é ela mesma” (Gibson 1984, apud Neiva 1986) e o fato representado pode ser no máximo transposto, nunca copiado, pois a criação sempre precede a referência. É, de certa forma, bastante óbvio que “a natureza não pode ser imitada ou transcrita sem ser primeiro desmontada e montada de novo” (Gombrich, 1986:125). O desenvolvimento deste trabalho foi influenciado por essas concepções de Gombrich (1986), para quem o teste da imagem não deve ser sua semelhança com o natural, mas sua eficácia dentro de um contexto de ação:

“Ela [a imagem] pode ser semelhante ao natural se isso for considerado como algo que contribui para sua força, mas em outros contextos o mais sumário dos esquemas bastará, desde que retenha a natureza eficaz do protótipo deve funcionar tão bem ou melhor que a coisa real” (p.97)

Uma grande lição que a história da arte nos proporciona é a possibilidade de se estudar a representação e a criação de distinções sem a intrusão do problema da imitação. É isso que buscaremos fazer neste trabalho, pois consideramos que, devido à natureza do tema aqui proposto, a “verdade” poderia ser um grande perigo em nossas análises sobre as representações das drogas ilícitas. Não buscaremos aqui, em momento algum, observar o que os mapas jornalísticos têm de verdadeiro ou falso ao representarem as drogas ilícitas, porque como representações conceituais os mapas (como as pinturas) não podem ser enquadrados nessas categorias, eles podem ser apenas mais ou menos úteis dentro de um contexto de ação específico.

Nosso objetivo aqui é estudar como os mapas podem ser úteis para comunicar concepções sociais específicas sobre as drogas ilícitas, mas não se parte do pré-suposto da existência de uma representação ideal do fenômeno, que considerasse todas as suas

características e pudesse ser comparada a representações criadas pelos mapas jornalísticos aqui estudados.

Na cartografia, talvez pela força imponente do status científico conquistado pelos mapas, a discussão sobre a realidade volta e meia reaparece em artigos e livros em frases como: “o mapa não é um espelho do mundo real”, a cartografia não oferece “uma janela transparente para o mundo”, “os mapas constroem, não reproduzem o mundo” (Wood, 1992:65). Ora, como observamos, esse é um fato inerente a qualquer forma de representação – seja ela mental ou material – e, mesmo no caso dos mapas, já foi evidenciado por diversos autores, inclusive fora do campo da cartografia.

Discutindo justamente essa colaboração de trabalhos de outras áreas do conhecimento, Crampton (2001) destaca alguns autores como Lewis Carroll (1988), Jorge Luis Borges (1964) e Umberto Eco (1994), que através de contos leves e acessíveis teriam ajudado a desestabilizar a associação entre cartografia e precisão, brincando com a idéia do mapa 1:1. Essa desestabilização, de certa forma, vem se tornando bastante comum e até na mídia já podemos facilmente encontrar afirmações como a do cartunista Millôr Fernandes em entrevista a revista *Época* em 1991:

“Muitos pensam que os mapas representam a realidade geográfica. Não representam não, mas parece. Eu mesmo, até ir lá um dia, acreditava que a Argentina era um país cor de laranja.”

Para além de todos os alertas que nos recordam de que o mapa não é a realidade, Gombrich considera que a cartografia é um exemplo de como é possível discutir a representação e a distinção de categorias sem a intrusão do problema da imitação, ou do grau de aproximação com a “realidade”. O autor exemplifica suas colocações relatando o trabalho do cartógrafo, que costuma distinguir, por exemplo, áreas de campo e áreas de florestas a partir da utilização de diferentes tons de verde. O ponto para que gostaríamos de chamar a atenção é que os propósitos e finalidades dessa distinção de cores seriam indicar a diferença, ou seja, “é obvio que os tons reais do cenário representado não lhe importam” (Gombrich, 1986:106). Sob esse ponto de vista, é obvio que a Argentina não é laranja: o que interessa é diferenciá-la dos demais países. Para Gombrich (1986), o trabalho do

cartógrafo é distinguir categorias que funcionem dentro de um contexto de ação, sem se importar com a questão da imitação do que é representado.

De fato, qualquer cartógrafo sabe que, como um modelo, o mapa não pode representar perfeitamente a realidade. A redução de escala, o prejuízo da terceira dimensão, a influência de quem faz e quem lê o mapa são alguns dos elementos que impossibilitam a cartografia de construir cópias da realidade representada (Boad, 1967). Logo, podemos concluir que há algo de inocente na afirmação: “Eu não acredito em mapas pois nunca é igual quando você vai ao lugar” (anúncio da Brewers Society citado por Boad, 1967). Para Boad, é justamente por não ser uma cópia fiel da realidade que o mapa se torna mais útil. Como nos evidencia o conto de Jorge Luís Borges, o mapa 1:1 não serve para nada, pois apenas cobrirá com papel as superfícies do reino.

Sendo assim, buscarei, sempre que possível, fugir deste “atoleiro” que seria discutir o mapeamento das drogas ilícitas a partir da suposta existência de uma representação ideal do fenômeno. Isso não significa que não utilizarei dados empíricos para identificarmos as práticas cartográficas tendenciosas dos mapas jornalísticos. Pretendo aqui discutir como se combinam dados empíricos e representações simbólicas na constituição dessas iconografias peculiares. No entanto, concordo plenamente com Baudrillard (1981, apud Neiva, 1986), quando esse afirma que vivemos um estado terminal das imagens, quando já não cabe mais nenhum discurso sobre a verdade das representações.

Se “a forma de uma representação nunca pode ser divorciada de sua finalidade e das exigências da sociedade na qual a linguagem visual dada tem curso” (Baudrillard, 1981 apud Neiva, 1986), podemos concluir que, por mais que se obtenha informações sobre as drogas ilícitas, sua representação espacial permanecerá sendo limitada, voltada a objetivos específicos. Como o ponto que une toda a família das imagens é a “intenção dirigida a um objeto ausente” (Sartre, 1989:36), fica claro como nenhuma imagem poderá ser livre de intencionalidade, tenha ela um suporte mental ou material.

Essas relações entre as imagens e seus significados dentro de grupos sociais e contextos de ação específicos foram tratadas por diversos autores. Diferentes concepções foram utilizadas para abordar a relação entre uma imagem e o significado de suas formas, cores e volumes. Tanto na geografia como em outras disciplinas, há trabalhos que relacionam as imagens e seus significados a partir dos conceitos de iconografia e iconologia, que serão discutidos no tópico seguinte.

## 2.2 – Iconografia e Iconologia: Aplicações em Diferentes Campos Científicos

O estudo do significado simbólico das imagens levou alguns autores a trabalharem com os conceitos de iconografia e iconologia em diferentes áreas do conhecimento. Apresentam-se aqui os usos e concepções no campo das artes visuais, na geografia política, na cartografia e na geografia humana, áreas de interesse para o presente trabalho.

O radical *icono* (proveniente do grego *eikon*) e a palavra imagem (do latim *imago*), contêm tanto a idéia de representação e reprodução como a idéia de semelhança, tendo como princípio o conceito de retrato (Zunzunegui, 2002:22). Ao longo da história, a utilização do radical *icon* tendeu a privilegiar a idéia de representação, considerando que as crenças podem se materializar em objetos visíveis e reconhecíveis. Nessa perspectiva, os valores simbólicos de um grupo social poderiam ser reconhecidos a partir de objetos materiais como elementos da paisagem, pinturas, mapas ou qualquer materialidade vinculada a uma produção simbólica.

Ao se juntar com os sufixos *grafia* e *logia*, o radical *icon* dá origem a conceitos que buscam estudar os significados e as mensagens existentes nas imagens. Tanto o conceito de iconografia como o de iconologia acabaram se tornando ferramentas para uma análise interpretativa do horizonte simbólico das imagens, porém cada conceito propõe um caminho diferenciado para esse estudo.

Mesmo tendo sua origem na Renascença<sup>6</sup>, a diferenciação entre os conceitos de iconografia e iconologia geralmente remete aos trabalhos de Erwin Panofsky (1979, 1ª edição de 1956). Diferenciando “a catalogação de motivos simbólicos particulares da interpretação do horizonte simbólico total de uma imagem”, Panofsky teria sistematizado de forma pioneira a distinção entre esses conceitos (Mitchell, 1986:2).

Segundo Panofsky (1979), a iconografia descreve e classifica as imagens, já que o sufixo *grafia* vem do verbo grego “escrever”, implicando em um método mais descritivo. Já a iconologia se diferenciaria por focar sua análise na descoberta e interpretação de “valores simbólicos”<sup>7</sup>. O sufixo *logia* vem de *logos*, pensamento, razão, denotando uma

<sup>6</sup>D. Cosgrove (1987), entre outros, aponta autores renascentistas como Cesare Ripa como os primeiros a utilizarem os termos iconografia e iconologia.

<sup>7</sup>A concepção de “valores simbólicos” utilizada por Panofsky (1979) é proveniente das colocações de Ernst Cassirer e sintetiza a noção de princípios básicos ou gerais que influenciam a construção das imagens.

postura menos descritiva e mais interpretativa das imagens. Por isso a iconologia trata da gênese e significação dos objetos artísticos e pode ser considerada como “uma iconografia que se torna interpretativa” (Panofsky, 1979:54).

Esses dois conceitos são importantes para este trabalho. Ao estudarmos a representação das drogas ilícitas através dos mapas jornalísticos, buscaremos contemplar esses dois caminhos possíveis no estudo das imagens. O tratamento do material levantado na pesquisa documental buscará tanto classificar e descrever os mapas (a partir de suas práticas cartográficas mais frequentes e suas funções na reportagem), como também pretende adotar uma postura mais interpretativa, discutindo as relações entre as práticas cartográficas e os valores simbólicos relacionados ao fenômeno representado.

Panofsky (1979) fez uso desses dois conceitos para analisar os significados simbólicos existentes na arte renascentista, que foi por ele descrita e interpretada. Privilegiando uma análise baseada nos conteúdos da imagem, o autor influenciou trabalhos em diferentes áreas do conhecimento, tornando-se uma referência fundamental para grande parte daqueles que utilizam os conceitos de iconografia e iconologia. No entanto, Panofsky também se insere em um campo científico específico, a história da arte. Segundo ele, a iconografia seria “o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição a sua forma” (Panofsky, 1979:47).

Aluno da escola de história da arte criada por Aby Warburg, onde estudou junto com autores como Fritz Saxl e Gombrich, E. Panofsky acompanhou as tentativas de se resgatar e reinterpretar os conceitos de iconografia e iconologia no século XX. Essa escola fundou uma tradição iconográfica que se opunha à tradição puramente formal que dominava a análise das obras de arte. Introduzindo o significado na avaliação das obras e privilegiando questões como “a influência de idéias filosóficas, teológicas e políticas, [além dos] propósitos e inclinações individuais de artistas e patronos” (Panofsky, 1979: 53), pode-se afirmar que a escola criada em torno do Instituto Warburg de história da arte fundou um novo olhar sobre as imagens artísticas. A forma como Panofsky trabalha com os conceitos de iconografia e iconologia evidencia sua intenção de romper com uma tradição nas artes visuais que promovia análises puramente formais, privilegiando as relações entre as formas artísticas e seus conteúdos:

“Numa obra de arte não se pode divorciar forma de conteúdo: a distribuição de cores e linhas, luzes e sombras, volumes e planos, por aprazível que seja como espetáculo visual, precisa ser também compreendida como carregada de um significado mais que visual” (Panofsky, 1979:225)

Ao trabalhar com os conceitos de iconografia e iconologia, compreendemos que a existência das imagens não depende unicamente da composição de cores, formas e volumes. Para que haja imagem é preciso consciência. Se a mente é o verdadeiro instrumento da visão, sendo os olhos apenas uma espécie de veículo (como afirmou Plínio, citado por Gombrich, 1986), então não há como estudar as imagens materiais sem considerar os seus significados, suas relações com as imagens mentais. O fato de que mesmo o simples reconhecimento de uma imagem seja produto de um julgamento nos leva a uma conclusão a que Ptolomeu já havia chegado ao discutir o papel do discernimento no processo da visão em 150 d.c: “nada que é visível é entendido pelo sentido da visão isoladamente” (citado por Gombrich, 1986:13).

Introduzindo uma análise dos conteúdos das imagens e deixando de lado uma descrição puramente visual, a escola de Aby Wamburg influenciou muitos dos trabalhos posteriores que buscaram estabelecer relações entre imagem e significado. No entanto, mesmo que essa escola seja reconhecida como uma referência fundamental na sistematização dos conceitos de iconografia e iconologia, seus estudos não englobam todas as aplicações desses conceitos. Ainda que de forma menos sistemática, alguns autores utilizaram essa terminologia para tratar de questões em outros campos do conhecimento. Um deles é o geógrafo Jean Gottmann, que, escrevendo antes de Panofsky, no ano de 1952, analisou o papel das iconografias no campo da geografia política, dando um formato diferenciado ao conceito.

As iconografias, na concepção de Gottmann (1952), seriam sistemas de resistência ao movimento, às mudanças do espaço geográfico, criando os laços de união de uma comunidade e constituindo um número de símbolos que “cimenta” solidamente seus membros. Segundo essa ótica, as iconografias formariam um sistema mais abstrato que material e poderiam adquirir força política na sociedade, atuando como um “fator de

estabilização política" (p.221). Embora de forma indireta, Gottmann dá bastante atenção para o papel que as imagens, mentais ou materiais, desempenham na criação de valores simbólicos relacionados aos Estados-Nacionais.

O desenvolvimento de uma grande iconografia oficial seria o principal fator para simbolizar a coesão interna nos Estados. Segundo Gottmann, o conceito de iconografia teria sido deduzido a partir da noção de "espírito da nação", um dos fundamentos da singularidade dos povos. O autor apresenta a iconografia como um conceito inspirado nas noções de "gênero de vida" e "tipo regional" propostas por Paul Vidal de La Blache (Muscarà, 1998 p.10). Para Jean Gottmann, portanto, o desenvolvimento das iconografias mantém relações estreitas com a formação dos Estados-Nações.

A interpretação política da iconografia é relevante para o presente estudo. Da mesma forma que as iconografias contribuíram para desenvolver os sentimentos de pertencimento ao Estado, elas também podem difundir valores simbólicos relacionados a outras temáticas e fenômenos, como as drogas ilícitas. Afirmando que a iconografia facilita a manutenção de certas estruturas sociais aceitas, Gottmann propõe que "a força de uma iconografia não deve ser julgada pelo relato de sua composição, mas a partir de seus efeitos políticos" (Gottmann, 1966 apud Muscara, 1998:11). Nesse ponto o autor se aproxima da concepção de E. Panofsky, pois, mesmo em contextos distintos, ambos não estão preocupados em relatar composições ou descrever formas e sim em trabalhar com significados e mensagens a partir do conceito de iconografia.

Entre as diversas iconografias utilizadas na constituição do Estado-Nação, J. Gottmann dá atenção especial às iconografias cartográficas. Na concepção do autor, "para fixar os homens ao espaço que ocupam, para lhes dar sentimento de nação e de território, é indispensável o instrumento da geografia regional presente nas iconografias" (Gottmann,1952:220). O fato das iconografias serem necessariamente constituídas por "algum credo religioso, ou algum ponto de vista social, ou algum modelo político" (Gottmann, 1951 apud Muscarà, 1998:10) pode fazer com que "a cartografia das iconografias de um território possa tornar-se uma cartografia cultural de grupos" (p.11), difundindo concepções específicas através da representação espacial.

É importante salientar que a preocupação central do trabalho de Gottmann (1952) não tinha relação direta com a interpretação de imagens; seu objetivo era discutir os Estados-Nacionais e as iconografias entram como um dos elementos atuantes em sua

constituição. Dessa forma, não há muita coerência em se comparar as contribuições de Gottmann com aquelas provenientes do campo da história da arte, pois foram preocupações diferentes que conduziram a diferentes níveis de sistematização do conceito de iconografia. Todavia, podemos constatar que a influência dos historiadores da arte acabou sendo mais forte no trabalho de alguns geógrafos e cartógrafos que utilizaram os conceitos de iconografia e iconologia a partir dos anos 1980. Com o objetivo de estudar a presença de valores simbólicos em imagens como paisagens e mapas, a geografia e a cartografia acabaram utilizando os conceitos de iconografia e iconologia tal como foram concebidos pelos historiadores da arte.

O historiador da cartografia J. B. Harley foi um dos primeiros a utilizar o conceito de iconologia de forma sistemática para interpretar o horizonte simbólico dos mapas. Alguns autores, como J. Agnew (1996), afirmam que o cartógrafo J. B. Harley pode ser considerado o "líder de uma virada crítica na história da cartografia" (p.422). Durante os anos 80 e 90 o autor (que faleceu em 1991) escreveu mais de 20 artigos abordando as relações entre mapas e poder.

A influência dos historiadores da arte tem importância significativa para a construção das bases teóricas dos trabalhos de J. B. Harley. O próprio autor afirma que um de seus principais objetivos seria o de "equiparar os níveis de interpretação de Panofsky, na pintura, com níveis similares presentes nos mapas" (Harley 1988:279). É através da iconologia que Harley considera os mapas como "parte da larga família das imagens carregadas de valor" (Harley, 1988:278). Através da abordagem iconológica busca-se "identificar não somente a superfície ou o nível literal de significados, mas também seu nível profundo, freqüentemente associado à dimensão simbólica no ato de enviar ou receber uma mensagem" (Harley, 1988:279).

Segundo Harley (1988), um estudo iconológico deve levar em conta o contexto, definido como as circunstâncias em que o mapa foi feito e usado. Assim, a análise iconológica permite apreender as dimensões simbólicas dos mapas em contextos históricos específicos e por isso é tão útil para uma análise mais interpretativa da história da cartografia.

É claro que as influências teóricas do trabalho de J. B. Harley não se limitam aos historiadores da arte. De fato, o autor desenvolveu suas concepções a partir de uma série de influências. Harley foi fortemente influenciado pelo campo da geografia histórica (graças a

sua estadia na Inglaterra), que considerava os mapas como uma importante fonte de informação sobre a vida social. Durante os anos 70 Harley desenvolveu, com influência da geografia histórica, uma pesquisa sistemática no campo da história da cartografia (Crampton, 2001 p.239). Mas nesse trabalho o autor ainda não tratava tão intensamente das relações de poder nos mapas, tema que vai se destacar a partir de 1986, quando ele vai para a University of (Wisconsin-Milwaukee) e para a American Geographical Society Map Collection (iniciada por J. K. Wright em 1923).

No intuito de desenvolver uma análise iconológica e interpretar os valores simbólicos dos mapas, Harley (1988) propõe o estudo dos mapas como um “tipo de linguagem”. A metáfora do mapa como um texto permite caracterizá-lo como “um tipo de imagem que na seletividade de seu conteúdo e nos signos e estilos de representação são um caminho de conceber, articular e estruturar o mundo dos homens” (Harley, 1988 p.278).

Harley desenvolveu, assim, uma crítica aos cânones da cartografia tradicional, ao “desmantelar o dualismo arbitrário entre modos artísticos e científicos de representação” (Harley, 1996 p.437). Na perspectiva do autor, todo mapa é carregado de valores simbólicos e, portanto, pode ser estudado através de um método iconológico. Estudando a presença do significado no processo de mapeamento, Harley (1988) propôs a construção de uma história da cartografia que desconsiderasse oposições binárias entre mapas “verdadeiros e falsos”, “exatos e inexatos”, “literais e simbólicos”, “objetivos e subjetivos”, fundamentados em “integridade científica” ou “deformações ideológicas” (p.278).

Ao entender que “os passos para se fazer um mapa – a seleção, omissão, simplificação, classificação, criação de hierarquias e simbolização – são inerentemente retóricos” (Harley, 1996 p.437), a avaliação de Harley permite que as práticas simbólicas sejam estudadas em qualquer representação cartográfica, pois “evita que se privilegiem certas formas de mapas como melhores porque são mais científicos” (Crampton, 2001 p.242).

A construção do objeto deste trabalho foi certamente influenciada por algumas concepções presentes nos artigos de J. B. Harley. Na seção anterior, ao discutirmos questões específicas sobre a filosofia da representação, concluímos que um estudo sobre representação espacial das drogas ilícitas não poderia procurar por mapas “verdadeiros e falsos”, “exatos e inexatos”. As particularidades existentes na representação de um

fenômeno ilegal evidenciam ainda mais como qualquer mapa pode ser estudado a partir de suas práticas simbólicas.

A forma como J. B. Harley critica a divisão entre modos artísticos e científicos de representação influenciou a caracterização dos mapas jornalísticos aqui estudados. É justamente por apresentar um papel dual, decorando as páginas dos jornais e passando informações geográficas, que a cartografia jornalística é muitas vezes caracterizada como “fantasiosa” ou “imprecisa”, não compartilhando plenamente do status científico alcançado por outros mapas. Aqui buscaremos estudar as particularidades da cartografia jornalística sem considerá-la nem mais, nem menos correta que outros mapas. Os mapas jornalísticos são apenas mais uma entre as tantas representações simbólicas existentes sobre as drogas ilícitas e essa constatação foi certamente influenciada pelas concepções de J. B. Harley, para quem:

“a questão não é que alguns mapas sejam retóricos, enquanto outros mapas são parcialmente retóricos, mas estender esta retórica aos aspectos universais de todo o texto cartográfico” (Harley 1996:436).

Segundo a avaliação de Crampton (2001), essas concepções de Harley colaboraram decisivamente para a concretização de uma nova linha de pesquisa na cartografia, que definiu um novo momento epistemológico na disciplina a partir da década de 1980. No entanto, o autor não está sozinho na construção de uma nova concepção sobre a cartografia. Além de J. B. Harley, autores como D. Wood, J. Pickles, M. Curry, M. Edney e B. Belyea são associados ao modelo de concepção do mapa como construção social (Crampton, 2001).

Efetivamente não há uma uniformidade teórica no tratamento dos mapas como construções sociais. A morte precoce de Harley, aos 59 anos, não permitiu que o autor oferecesse uma agenda prática de pesquisa consolidada, o que gerou acalorados debates sobre sua concepção e as novas possibilidades de se trabalhar a cartografia<sup>8</sup>. No entanto,

<sup>8</sup> Optei aqui por não aprofundar esse debate recente. Principalmente em um artigo de 1993, D. Wood faz críticas diretas ao trabalho de Harley. Outros autores, como B. Belyea, não vêem consistência nas críticas de Wood, pois consideram que em todo seu trabalho apenas “ecoam as idéias de Harley” (Belyea, 1992:94). Para analisar a intensidade desse debate, ver: “Review Article of Denis Wood’s *The Power of Maps and the Author’s reply*”, *Cartographica*, 1992.

mesmo com diferenças específicas entre alguns autores, pode-se observar um consenso entre diversos trabalhos que estudam polissemias e multiplicidades nos mapas, fundamentos da agenda 'harleana' de pesquisa (Crampton, 2001:244).

Ao procurar estudar os significados e as mensagens presentes na seletividade do processo cartográfico, Harley seguiu o caminho traçado por Panofsky e por Gottmann em outros campos científicos. Através da iconologia e da iconografia ele privilegiou o significado em detrimento de uma análise puramente formal dos mapas, contribuindo para a consolidação de um campo de estudos iconológicos dentro da disciplina cartográfica.

No entanto, a retomada dos conceitos de iconografia e iconologia nos anos 1980 não ficou restrita à cartografia. Entre as disciplinas que passaram a utilizar estes conceitos para desenvolver uma análise sistemática do significado das imagens está também a geografia humana. Através do trabalho de "geógrafos que querem dar mais ênfase às imagens na análise da representação da paisagem" (Cosgrove e Jackson 2000:22), as análises iconográficas e iconológicas também têm se desenvolvido no campo da geografia (Cosgrove e Daniels, *The Iconography of Landscape*, 1987).

Concebendo a paisagem como uma imagem cultural, uma "forma pictórica de representação", Cosgrove (1987:1) aplica análises iconográficas sobre diferentes objetos espaciais. Sob tal ponto de vista, a paisagem é considerada como um símbolo cultural que pode ser "lido" e interpretado, o que aponta para a influência que estes geógrafos tiveram do campo das artes visuais, principalmente de E. Panofsky. Segundo Cosgrove e Jackson (2000:22), "a iconografia dos historiadores da arte é o melhor método de interpretação das imagens visuais já desenvolvido". Cosgrove (1988) destaca que Panofsky ampliou sua concepção iconográfica de "ler o que vemos" para todas as formas, construídas ou pintadas, daí a ampla possibilidade de utilização desses conceitos na investigação dos significados das paisagens<sup>9</sup>.

Os conceitos de iconografia e de iconologia foram assim utilizados em diferentes disciplinas. Para apreender fenômenos distintos, esses conceitos ganharam diversos

---

<sup>9</sup> Esta valorização dos historiadores da arte não significa que a geografia não sofra influência de outros métodos de interpretação das imagens. Existem muitos autores, como Duncan e Duncan (1992), que estudam as relações entre paisagens e significados a partir da contribuição da lingüística e da semiologia, particularmente através do trabalho de Roland Barthes (1993). No entanto, optei por não incorporar esta contribuição ao trabalho, talvez por concordar com Belyea (1992:96) quando a autora afirma: "se o mapa é predominantemente um meio icônico, então as teorias da percepção visual seriam modelos de organização mais apropriados que a teoria lingüística".

contornos, mas sempre procuraram estudar as imagens a partir de seus significados (em vez de promoverem análises puramente formais). O próprio resgate desses conceitos na metade do século XX tem relação com uma perspectiva crítica que o modernismo adotou em relação às imagens. Em diferentes campos científicos, as iconografias e as iconologias auxiliaram no entendimento das imagens como um “tipo de linguagem”, ou ainda como “enigmas, problemas a serem explorados, prisões que trancam o entendimento sobre o mundo” (Mitchell, 1986:8).

Foi essa mesma perspectiva que nos estimulou a utilizar o conceito de iconografia e iconologia nessa dissertação. A análise da cartografia desenvolvida para representar a temática das drogas ilícitas requer uma procura por valores simbólicos na seleção de formas e estilos de representação e simbolização. As análises iconográficas e iconológicas contribuíram para o desenvolvimento de uma crítica às imagens enquanto forma objetiva e precisa de representação. Para Mitchell (1986), a construção de uma série de conceitos permitiu a consolidação de uma visão crítica moderna sobre as imagens, segundo a qual:

“ao invés de promoverem uma janela transparente para o mundo as imagens agora são entendidas como um grupo de signos que apresentam uma aparência de naturalidade e transparência, escondendo um mecanismo de representação opaco, distorcido e arbitrário, um processo de mistificação ideológica” (p.8).

Ao considerar as imagens gráficas como uma representação arbitrária relacionada a valores simbólicos específicos, os conceitos de iconografia e iconologia tornam-se ferramentas para o estudo das relações entre imagem e ideologia. Atuando com a aparência de naturalidade à qual se refere Mitchell, as iconografias podem ter grande força política na sociedade, auxiliando a legitimação das ações do Estado ou de grupos sociais específicos.

As iconografias cartográficas são um bom exemplo de como a imagem pode servir a um propósito claramente ideológico. Os mapas são um tipo de imagem que foi amplamente utilizado para representar questões que envolviam as políticas internas e externas dos Estados Nacionais. Principalmente por sua atuação em questões de ordem Geopolítica, alguns mapas foram inclusive classificados na categoria de “mapas propagandísticos”, o

que estimulou o desenvolvimento de visões críticas sobre os possíveis usos ideológicos dessa forma de representação.

O próximo capítulo trata justamente do uso ideológico da cartografia. Não poderíamos estudar a representação das drogas ilícitas nos mapas jornalísticos a partir de meados da década de 1970 sem compreender como se desenvolveu o uso ideológico da cartografia na imprensa.

Observaremos como há profunda relação entre o desenvolvimento de uma cartografia persuasiva nos tempos de guerra e a difusão do mapa como meio de comunicação. Os mapas, que tinham circulação restrita a certos grupos sociais, foram sistematicamente simplificados e reproduzidos, iniciando um processo de ampla popularização da leitura de mapas esquemáticos. Partindo de exemplos empíricos de uso ideológico das imagens, poderemos compreender como a cartografia esquemática pode contribuir na difusão de mensagens políticas e geopolíticas.

### **3 – A Popularização da Cartografia e o seu uso Ideológico**

Esse capítulo tem por princípio o estudo das relações entre a popularização dos mapas esquemáticos e o uso ideológico da cartografia. Não há novidade em afirmar que no momento em que se intensificou a utilização do mapa como um meio de comunicação persuasivo, capaz de influenciar a opinião pública, a cartografia passou a ser muito mais difundida por diferentes grupos sociais. Os jornais tiveram grande importância nesse processo de difusão, utilizando as imagens gráficas para veicular mensagens com conteúdos ideológicos específicos.

Pode-se considerar como um consenso entre diversos autores o fato de que a cartografia jornalística, cuja história avança provavelmente para o início da circulação dos jornais, tornou-se mais noticiável ou visível a partir da segunda guerra mundial (Ristow, 1957, Monmonier, 1989, Kent e Sanders, 1993, Green, 1999). O interesse do público pelos mapas e pela geografia foi intensificado pela “extensão global da segunda guerra” (Ristow, 1957:369), que estimulou a expansão da cartografia jornalística em diferentes países.

Na primeira seção, discutirei o uso ideológico dos mapas a partir de um exemplo empírico bastante conhecido, a cartografia geopolítica alemã produzida antes e durante a segunda guerra mundial. Difundindo seus mapas com o auxílio da imprensa nacional e internacional, os alemães evidenciam como a popularização da cartografia poderia acentuar o uso do mapa como ferramenta ideológica em questões de ordem geopolítica.

Na segunda seção procuro mostrar como, a partir da segunda guerra mundial, a cartografia jornalística se consolidou em diferentes países. A imprensa norte-americana, por exemplo, desenvolve consideravelmente o uso de imagens cartográficas durante esse período, o que a transformou em influência importante na percepção que a população do país tinha acerca acontecimentos geopolíticos de então (Monmonier, 1989).

Os argumentos políticos sobre a guerra, que freqüentemente circulavam na imprensa internacional com o auxílio de representações cartográficas, acabaram sendo reproduzidos, adaptados ou contestados nos jornais de cada país. De fato, a guerra estimulou esse desenvolvimento da cartografia jornalística em grande parte da imprensa mundial, inclusive na brasileira, que se utilizou amplamente da adaptação dos mapas de jornais internacionais no intuito de facilitar a compreensão da notícia pelo público leitor.

Os exemplos apresentados neste capítulo, além de evidenciarem como os conflitos existentes na sociedade podem ser identificados a partir das imagens cartográficas produzidas por diferentes grupos sociais, são também pertinentes para que se compreenda um pouco do desenvolvimento da cartografia jornalística.

Não se pode desconsiderar que a cartografia jornalística produzida nos dias atuais é profundamente influenciada pelo conhecimento acumulado ao longo do seu processo de popularização. Muitas práticas cartográficas utilizadas pelos mapas jornalísticos atuais foram sistematizadas em períodos de guerra, quando se acentuou a produção de mapas com alto grau de simplificação, acessíveis a diferentes grupos sociais. De fato, o impulso que a produção de mapas jornalísticos teve na segunda guerra mundial estimulou a sistematização de práticas cartográficas que perduram ainda hoje nos mapas veiculados na imprensa.

Assim como as guerras, o caráter eminentemente geopolítico e espacial do fenômeno das drogas ilícitas acabou estimulando uma representação freqüente dessa temática na imprensa a partir de meados da década de 1970. Este capítulo surgiu em virtude da constatação de que não poderíamos compreender as múltiplas representações que os mapas jornalísticos revelam sobre as drogas ilícitas sem estudar o desenvolvimento do uso ideológico dos mapas nos jornais, que foi freqüentemente estimulado por questões geopolíticas como a Segunda Guerra Mundial.

### **3.1 – O Uso Ideológico da Cartografia: O Exemplo dos Mapas Geopolíticos Alemães**

É sempre importante salientar que o uso ideológico da cartografia não é uma prática recente na história. Sempre envolvida em um contexto particular, financiada por algum grupo da sociedade, a cartografia, como outras disciplinas, já foi criticada por ser uma “ciência dos príncipes” (Harley, 1988:281), sendo associada freqüentemente à classe dominante que financia o seu desenvolvimento. Em diversos momentos da história, “no mundo islâmico, na Índia, no período colonial, os cartógrafos faziam uso dos mapas para fins militares, políticos, religiosos e de propaganda” (Harley, 1988 p.281).

Ainda que existam muitos exemplos do uso persuasivo da cartografia ao longo da história, pode-se considerar que as guerras mundiais de 1914 e 1939 foram eventos geopolíticos que estimularam muito seu desenvolvimento. A freqüência acentuada de mapas propagandísticos nas décadas de 1930 e 1940 chamou a atenção de alguns geógrafos, que escreveram trabalhos críticos a partir do estudo de aspectos básicos desses mapas, como a escala, a cor e a forma. Esses autores já discutiam como as práticas cartográficas atuavam na construção de discursos no intuito de influenciar a opinião pública sobre questões geopolíticas específicas, configurando uma “geografia mágica” (Speier, 1941).

Uma das primeiras análises sistemáticas dos aspectos subjetivos do mapeamento aparece em um texto do influente geógrafo norte-americano J. Wright em 1942, impactado pelos mapas de propaganda do III Reich. A produção cartográfica entre as duas guerras mundiais levou o autor a constatar que “como bombas e submarinos, mapas são instrumentos indispensáveis de guerra” (p.527), atuando constantemente em questões geopolíticas [incluem-se aí os mapas de H.Mackinder e Mahon].

Muitas obras recentes sobre os aspectos subjetivos do processo de mapeamento fazem referencia ao trabalho de J. Wright (1942), que teria antecipado muitos pontos do debate atual, principalmente ao discutir a subjetividade em práticas amplamente utilizadas, como a simplificação, a generalização e a amplificação (Crampton, 2001). As concepções de Wright apontam como os mapas podem difundir visões específicas sobre um fenômeno

social, ajudando a “formar a opinião pública e construir a moral pública” em torno de uma questão (Wright, 1942: 527).

A maioria dos trabalhos que analisam o desenvolvimento da cartografia persuasiva refere-se à cartografia geopolítica alemã como o principal exemplo de uso persuasivo dos mapas. A forte conexão estabelecida entre geopolítica e cartografia permitiu que a escola geopolítica alemã desenvolvesse um dos exemplos mais expressivos de uso ideológico da cartografia. Segundo Mark Momnomier (1991), embora a propaganda cartográfica tenha possivelmente a mesma idade que o mapa, a atuação da geopolítica alemã de 1933 a 1945 justifica uma atenção especial. Para o autor, “nenhum outro grupo explorou o mapa como uma arma intelectual tão evidentemente, tão intensamente, tão persistentemente e com tanta variedade” (p.99).

A importância dos geopolíticos alemães para o desenvolvimento de uma cartografia esquemática persuasiva, amplamente divulgada com o auxílio de jornais e revistas, justifica uma consideração mais atenta sobre essa escola e sua produção cartográfica. A função comunicativa dos mapas foi possibilitada pela criação de novas técnicas de produção e reprodução das imagens, que se desenvolveram consideravelmente durante as duas guerras mundiais. Esses avanços técnicos criaram as condições para um uso peculiar dos mapas propagandísticos, que agora eram distribuídos em “grande escala e a baixo custo” (Speier, 1941).

A utilização da cartografia como ferramenta ideológica pressupõe que os mapas persuasivos devam ser acessíveis e compreensíveis por grande parte dos grupos sociais. Como “toda comunicação consiste em fazer concessões ao conhecimento da pessoa que a recebe” (Gombrich, 1986:200), os geopolíticos alemães empenharam-se de forma pioneira na sistematização de práticas cartográficas que buscavam simplificar o mapa e clarificar a mensagem a ser transmitida. Se por um lado “a geografia acadêmica esforçava-se em construir um design ‘mais preciso’ na linguagem dos mapas” (Herb, 1989 p.291), por outro, as “contribuições da geopolítica focavam as características persuasivas dos mapas” (p.291), e por isso apresentam tanta importância para o presente estudo.

Antes da consolidação da função comunicativa na cartografia, que popularizou a leitura dos mapas esquemáticos, o mapa era frequentemente considerado um “saber estratégico”, “reservado a minoria dirigente” (Lacoste, 1985:37). Os primeiros mapas da

história certamente revelavam as estruturas de valor e interesse de diferentes grupos sociais, mas não eram amplamente difundidos. Como um mapa medieval poderia ser persuasivo se ficava guardado na gaveta? As relações entre cartografia, geopolítica e imprensa possibilitaram que os mapas fossem amplamente divulgados, desenvolvendo como nunca sua função comunicativa.

O desenvolvimento da cartografia como meio de comunicação traz novas características para o mapa. Ao serem amplamente divulgados, os mapas não poderiam conter informações estratégicas, tampouco elementos que dificultassem a transmissão da mensagem, passando por um processo crescente de simplificação que freqüentemente elimina elementos como a escala e a legenda. Na concepção de Speier (1941:320), esse processo “significa que quanto mais amplamente os mapas propagandísticos são distribuídos, mais simples eles se tornam no design e na representação de detalhes”.

Alcançando grande parte da sociedade, a cartografia passou a ser concebida como “uma poderosa ferramenta de convencimento” (Haushofer, 1932 apud Herb 1989:291). O Instituto de Geografia de Munique, na Alemanha, exerceu influência peculiar no desenvolvimento dessa concepção, sistematizando de forma precursora a utilização de práticas como a simplificação, a generalização e a simbolização para fins persuasivos. O general e geógrafo K. Haushofer é um exemplo típico de pesquisador-militante que contribuiu muito para o desenvolvimento da geopolítica e da cartografia persuasiva.

Com o objetivo de “omitir elementos indesejáveis e elevar aqueles que dão suporte ao argumento para maximizar os efeitos psicológicos na audiência dos mapas” (Haushofer, 1932 apud Herb 1989:291), Haushofer foi pioneiro na sistematização e na divulgação da cartografia persuasiva. O autor teve grande participação na criação do jornal “Zeitschrift für Geopolitik”, em 1924, que popularizou a geopolítica e a leitura dos mapas esquemáticos na sociedade alemã.

No intuito de ser compreendida por diferentes grupos sociais, a cartografia persuasiva tem como objetivo selecionar práticas cartográficas que conduzam o leitor a uma interpretação específica do padrão visual criado. O conselho de Haushofer de que os mapas devem “omitir” alguns elementos e “elevar” outros evidencia que as intenções da cartografia persuasiva buscam criar algo similar ao que Gombrich (1986) chamou de ilusão. Segundo este autor, para criar a ilusão basta que “certos elementos mais característicos de

destaquem com força suficiente e que nenhuma mensagem contraditória alcance o olho” (p.191), trazendo assim a “convicção de que há uma única maneira de interpretar o padrão visual que temos diante de nós” (217).

Gombrich (1986) discute a condição de ilusão a partir das pinturas, mas a conclusão de que uma grande quantidade de informação pode atrapalhar a ilusão, criando ruídos na comunicação da mensagem, é uma observação útil também para a cartografia persuasiva, que fez largo uso da simplificação. Com a ampla difusão de mapas persuasivos na imprensa, essa prática cartográfica passou a ser freqüentemente utilizada, facilitando a rápida transmissão da mensagem para o público leitor.

Considerado como um dos maiores teóricos da cartografia geopolítica alemã, o geógrafo Rupert Von Shumacher foi muito importante para o desenvolvimento de uma cartografia persuasiva extremamente simplificada. Os mapas de Shumacher tinham o objetivo claro de transmitir mensagens geopolíticas a partir de omissões e destaques e suas freqüentes publicações no jornal “Zeitschrift für Geopolitik” garantiram influência marcante na sociedade alemã. Baseando a construção de seus mapas na percepção do leitor, Shumacher aplicava uma simplificação significativa em suas representações, veiculando eficazmente mensagens ideológicas através da utilização de certas práticas cartográficas.

A grande particularidade de Shumacher e de outros autores da geopolítica alemã é a sistematização do conhecimento sobre a persuasão cartográfica. Em 1935, Shumacher estendeu seu trabalho teórico para a simbologia empregada nos mapas persuasivos, apresentando um catálogo com 130 símbolos classificados em 11 categorias. Sua intenção era introduzir manuais para o uso de símbolos sugestivos que, em contraste com os símbolos cartográficos regulares, se restringiriam à representação de hierarquias, antagonismos e colisões de poder político (Shumacher, 1935 apud Herb, 1989).

Para compreendermos os estímulos que levaram esses autores a sistematizarem de forma pioneira as práticas persuasivas na cartografia, é necessário o entendimento do contexto político-social do Estado Alemão após a primeira guerra mundial. Analisando a evolução da cartografia persuasiva, Herb (1989) afirma que a primeira guerra mundial e principalmente o tratado de Versalhes tiveram influência decisiva no desenvolvimento dessa perspectiva na Alemanha, que buscava meios para “fazer do mapa uma arma” (Shumacher, 1934 apud Herb 1989:292).

Assinado ao fim da primeira guerra mundial, mais precisamente em 28 de junho de 1919, o Tratado de Versalhes utilizou os mapas para re-arranjar e estrutura de poder na Europa central. Privilegiando o Estado em detrimento das nações, o tratado criou alguns novos estados a custo de territórios alemães e do Império Austro-Húngaro, derrotados na guerra. Diversos mapas foram utilizados para traçar as fronteiras dos novos Estados, inclusive mapas alemães, o que levou o general Haushofer a argumentar que a precisão exagerada e os detalhes nos mapas alemães ajudaram os inimigos na determinação de novas fronteiras (Herb, 1989: 291).

Preparando-se para novos confrontos, buscando reaver seus territórios e necessitando de articulação interna, a Alemanha dispunha de variados motivos para estimular o desenvolvimento de uma cartografia persuasiva, utilizando a iconografia para "cimentar" os sentimentos nacionalistas<sup>1</sup>. Nesse contexto de entre-guerras, a escola geopolítica alemã desenvolveu uma cartografia específica, chamando a atenção para as grandes perdas territoriais do Estado alemão com o tratado de Versalhes. O objetivo principal da cartografia persuasiva alemã seria, portanto, difundir mensagens diplomáticas e militares ao "ênfatisar algumas características, suprimir informações contraditórias e escolher símbolos provocativos e dramáticos" (Monmonier, 1991:87).

No intuito de exemplificar o uso ideológico que os alemães fizeram da cartografia, apresentarei nesta seção dois exemplos de mapas feitos por R. Von Shumacher. O mapa abaixo foi publicado em 1934 no jornal "Zeitschrift für Geopolitik" e é direcionado à própria população alemã, que deveria se articular internamente contra o tratado de Versalhes.

---

<sup>1</sup> Os mapas alemães produzidos em tempos de guerra são exemplos que provavelmente estimularam o geógrafo Jean Gottmann (1952) a identificar a importância das iconografias cartográficas para a coesão interna dos Estados.

**Mapa 1:** A Vulnerabilidade Aérea do Estado Alemão



Fonte: Retirado do artigo de G. H. Herb, (1989).

A análise de um mapa persuasivo deve sempre relacionar os propósitos do autor com as práticas cartográficas selecionadas para construir a representação. Explicitando a vulnerabilidade do Estado alemão após o tratado de Versalhes, Shumacher construiu um mapa com o objetivo de mostrar como “um Estado menor ameaça a Alemanha” (Shumacher, 1934 apud Herb, 1989:292).

O mapa 1 trata principalmente da vulnerabilidade a ataques aéreos a que a Alemanha estaria submetida após a criação da Tchecoslováquia. O raio de atuação da esquadra aérea que sai do país vizinho cobre praticamente toda a Alemanha, representando com alto grau de simplificação o alcance da frota aérea de um país recém criado.

Segundo Monmonier (1991), militares e propagandistas encontraram um uso particular para o símbolo do *círculo*, que seria ideal para representar alcances de ataques aéreos e impactos de bombas e mísseis. O círculo traria para o mapa uma “pureza geométrica, facilmente confundida com precisão e autoridade” (Monmonier, 1991:110). O

símbolo do *meio círculo* utilizado por Shumacher é justamente uma generalização que tende a ganhar um caráter objetivo através da figura geométrica.

Observa-se, assim, como os propósitos de um mapeamento podem influenciar na seletividade de sua forma de representação. Utilizando um sistema de simbolização específico, com o uso do círculo e de símbolos pictóricos que representam os aviões inimigos sobre o território alemão, Shumacher buscava alertar a população do país para o perigo que a criação de novos Estados representava para a Alemanha.

Alertar a população alemã para questões de ordem geopolítica foi o propósito da maioria dos mapas que Shumacher publicou no jornal "Zeitschrift für Geopolitik". No mesmo ano do mapa anterior, 1934, o autor também publicou um outro que alertava para a vulnerabilidade terrestre do território alemão.

**Mapa 2:** A Vulnerabilidade Terrestre do Estado Alemão



Fonte: Retirado do artigo de G. H. Herb, (1989).

O mapa 2 contém práticas cartográficas que procuram mostrar como a Alemanha ficou cercada após o tratado de Versalhes. É a partir de destaques seletivos que Shumacher constrói o seu ponto de vista sobre os fatos, conduzindo o leitor a uma rápida interpretação da imagem a partir da omissão de todos os elementos contraditórios que poderiam ser cartografados. O maior exemplo aqui seria o relevo, que foi desconsiderado para a representação das possibilidades de uma invasão terrestre, como notou Herb (1989). A identificação de omissões e destaques é uma prática que facilita a compreensão das mensagens existentes nas iconografias cartográficas.

Assim como no mapa anterior, é notório o grau de simplificação do mapa 2. São esquemas gráficos que retiram todos os elementos que poderiam criar “ruídos” na comunicação da informação. Não há necessidade de escala nem de legenda e o texto é integrado ao mapa, característica muito comum nos mapas jornalísticos da atualidade. O desenvolvimento da função comunicativa na cartografia tornou a compreensão do público o principal objetivo da representação espacial. Essa seria prioridade número um da cartografia jornalística, que, buscando uma audiência cada vez mais ampla, se mantém até a hoje aplicando práticas cartográficas extremamente simples. Essa característica foi inclusive destacada por Monmonier (1989), que buscou definir os mapas publicados na imprensa como um gênero cartográfico peculiar:

“Porque sua audiência é grande – certamente maior do que qualquer outro gênero cartográfico – os mapas jornalísticos são geralmente simples no conteúdo e na simbolização e podem ser entendidos sem treinamento especializado” (p.14)

No intuito de assegurar a transmissão de sua mensagem de forma efetiva para um público com conhecimentos cartográficos muito limitados, Shumacher simbolizou a vulnerabilidade terrestre do território alemão a partir de sete setas que cercam todo o país. Segundo Monmonier (1991:107), poucos símbolos cartográficos são tão fortes e tão sugestivos quanto esse. As setas são um dos símbolos cartográficos mais utilizados para a

persuasão e um conjunto delas pode “dramatizar um ataque a uma fronteira, exagerar uma concentração de tropas e talvez possa até justificar ataques preventivos” (p.107).

Através desses mapas, Shumacher preparava os sentimentos da população alemã para os acontecimentos geopolíticos que viriam com a segunda guerra mundial. Paralelamente, o cartógrafo também produziu mapas direcionados à opinião pública internacional, principalmente a norte-americana, no intuito de convencer outros países da legitimidade da luta alemã por novos territórios.

Com o início da segunda guerra mundial, em 1939, os mapas se popularizam muito em todo o mundo, o que intensificou a influência das representações cartográficas sobre a formação da opinião pública de diferentes países. Os mapas de Shumacher, por exemplo, passaram a ser publicados em revistas e jornais fora da Alemanha, mas tinham que competir com a grande quantidade de mapas jornalísticos que passavam a ser veiculados na imprensa internacional.

A sistematização pioneira que os alemães fizeram das práticas cartográficas persuasivas justifica os exemplos apresentados nesta seção, pois seus mapas provavelmente influenciaram a popularização da cartografia em muitos países. No entanto, os geopolíticos alemães não foram nem os primeiros nem os últimos a utilizarem o mapa jornalístico como um instrumento de persuasão, selecionando práticas cartográficas para atuar na formação da opinião pública sobre a guerra. De fato, nenhum país desenvolveu uma estrutura estatal que produziu tantos mapas persuasivos como o Instituto de Geopolítica de Munique, mas o desenvolvimento da cartografia na imprensa internacional acabou produzindo mapas que difundiam outras visões sobre os acontecimentos da guerra.

A cobertura de um evento com conteúdo geográfico marcante – como a segunda guerra mundial – em um momento de pleno crescimento e estruturação da imprensa em diferentes países estimulou a popularização dos mapas como um meio de comunicação. Segundo Ristow (1957), “as notícias mundiais nas décadas de 1930 e 1940 não poderiam ser adequadamente representadas sem mapas”, fato que influenciou o desenvolvimento da cartografia jornalística em diferentes países. Esse desenvolvimento possibilitou que diversas comunidades nacionais difundissem suas visões sobre a guerra através da crescente associação entre cartografia e imprensa.

No intuito de evidenciar como o desenvolvimento da cartografia jornalística durante a segunda guerra mundial influenciou grande parte da imprensa internacional, a próxima seção compara mais um mapa produzido por Shumacher, agora publicado na revista "Facts in Review" em 1941, com um mapa publicado no mesmo ano no jornal norte-americano "The New York Times". Os dois destacam elementos diferenciados do cenário geopolítico internacional. Por fim, discutirei sucintamente o impacto que a veiculação desses mapas na imprensa internacional pode ter gerado na imprensa brasileira, que também fez uso do mapa para noticiar os acontecimentos geopolíticos das décadas de 1930 e 1940.

### **3.2 – Geopolítica e Desenvolvimento da Cartografia Jornalística**

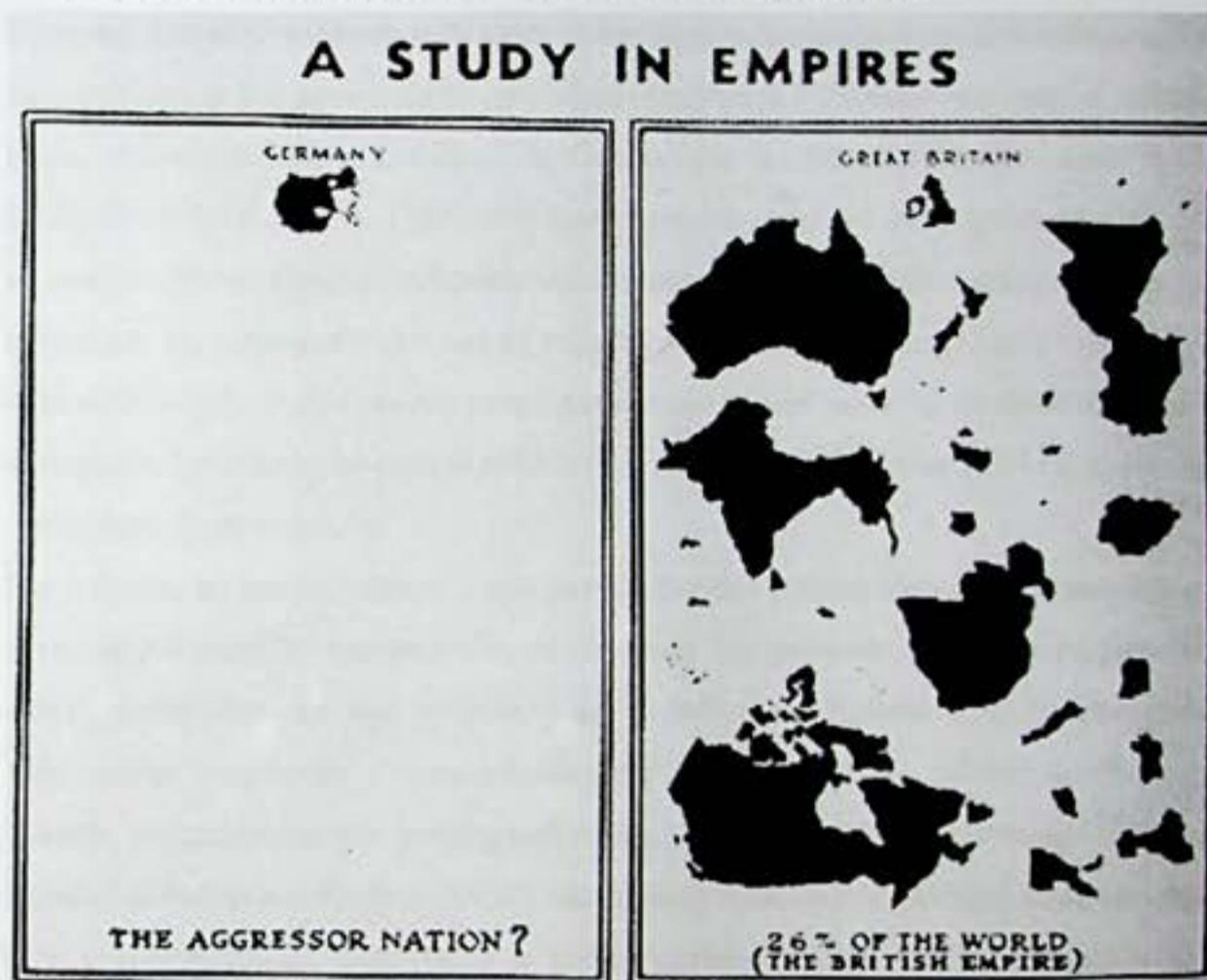
O início da segunda guerra mundial estimulou um grande desenvolvimento nas funções comunicativas da cartografia. Nesse momento os geopolíticos alemães, que já vinham sistematizando o uso de diferentes práticas persuasivas, passaram a veicular seus mapas com maior frequência, inclusive na imprensa de outros países.

Além do jornal "Zeitschrift für Geopolitik", que tinha sua circulação limitada à população nacional, os alemães vão instituir novos meios para propagar suas mensagens diplomáticas e militares. A ascensão dos nazistas e o início da segunda guerra mundial estimularam a divulgação de mapas para além das fronteiras alemães. Principalmente os EUA foram alvos de uma propaganda cartográfica intensa, que procurava convencer a opinião pública americana a manter-se fora da guerra. A revista semanal "Facts in Review", publicada em Nova York pela biblioteca alemã de informação, foi, a partir de 1939, um importante veículo para a difusão dessa cartografia persuasiva fora da Alemanha.

A necessidade da criação de jornais e revistas ressalta como a atuação persuasiva do mapa na sociedade é condicionada pela existência da imprensa. Cada vez alcançando um público mais diversificado, a cartografia persuasiva procura constantemente por práticas cartográficas que permitam difundir rapidamente as mensagens pela representação espacial. Com o propósito específico de criticar a extensão do Império britânico e justificar as ambições territoriais alemães, tentando manter países como os EUA fora da guerra, Shumacher desenvolveu, com o auxílio de Hans Hummel, um esquema gráfico que

combina porções territoriais sem arranjá-las ou localizá-las no espaço, a fim de estimular sua comparação.

**Mapa 3:** Territórios Alemães e Britânicos: Uma Comparação



Fonte: Mapa retirado do livro de Monmonier, 1991.

O mapa 3 tem o propósito claro de justificar e legitimar as ambições territoriais alemães. Tanto o texto como a representação gráfica nos conduzem a comparar os territórios Alemães e Britânicos, mostrando como os ingleses detêm 26% do mundo, enquanto a Alemanha, que foi classificada como “nação agressora” após a primeira guerra mundial, tem posses territoriais muito reduzidas.

Esse mapa foi publicado pela revista “Facts in Review” no ano de 1941 e é um dos mais conhecidos da autoria de Shumacher. Sua mensagem é bem clara e auxilia na compreensão de como a cartografia pode criar imagens sintéticas para divulgar certas concepções sobre fenômenos sociais diversificados. Dependendo do propósito e do público

ao qual a representação gráfica é direcionada, diferentes práticas cartográficas serão selecionadas para construir a imagem, contribuindo para a difusão de uma mensagem em um contexto social específico.

O uso sistemático que os alemães fizeram da cartografia persuasiva durante a segunda guerra mundial estimulou muitos geógrafos, principalmente norte-americanos, a alertarem o público leitor para o forte conteúdo ideológico existente nos mapas veiculados na imprensa. Considerando o Instituto de Geopolítica de Munique como uma estrutura institucional monolítica (Herb, 1989:289) que seria responsável pela produção de grande parte dos mapas persuasivos divulgados na imprensa, esses autores atacavam os mapas propagandísticos alemães por “não serem guiados pelo estandarte da ciência” (Speier, 194: 313). O primeiro objetivo dos mapas propagandísticos nunca seria “a verdade de uma idéia mas o sucesso na comunicação com o público”, o que, segundo Speier (1941), violentaria o espírito científico da cartografia.

No entanto, ao questionarem o uso persuasivo dos mapas alemães, os autores norte-americanos repetidamente esqueceram de analisar as práticas persuasivas dos mapas jornalísticos produzidos em seu próprio país. O artigo de Ristow (1957), precursor na análise dos mapas jornalísticos norte-americanos<sup>2</sup>, não classifica nenhum dos mapas que discute como persuasivos ou propagandísticos. As distorções existentes nos mapas jornalísticos analisados por Ristow (1957) não seriam relacionadas a conteúdos ideológicos específicos e sim a pouca habilidade e conhecimento cartográfico que muitos autores possuíam no início do desenvolvimento de um novo ramo da cartografia. Segundo Ristow, apesar de alguns problemas iniciais, “a cartografia jornalística [teria] sido extremamente eficiente em introduzir os mapas para o homem das ruas, e levá-lo a uma melhor compreensão da geografia do mundo” (p.389).

A prioridade na comunicação com o público leitor e a liberdade que a cartografia jornalística tem para simplificar os mapas não incomodaram Ristow (1957). Para o autor, essas características seriam inclusive positivas, conduzindo os jornais à experimentação de novas idéias no ‘design’ e na simbolização dos mapas. Ristow (1957) valorizou o papel que

<sup>2</sup> Monmonier observa que esse é o único artigo sobre cartografia jornalística encontrado em uma pesquisa feita na seção de mapas e geografia da “Library of Congress”, contemplando o período de 1875 até 1971. O autor destaca ainda que o tema continua a ser negligenciado em anos posteriores, pois de 1972 até 1979 não aparece nenhum artigo sobre cartografia jornalística.

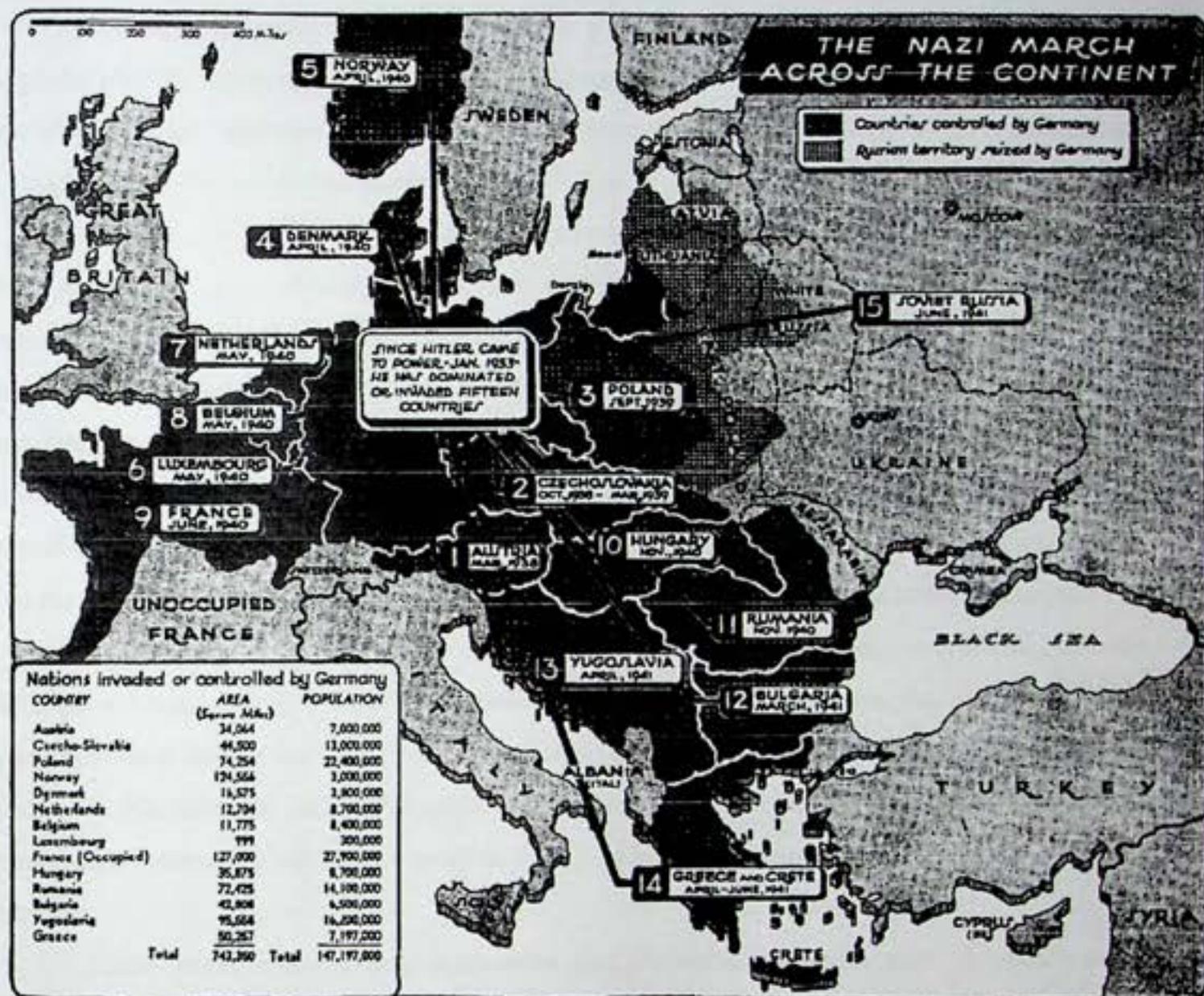
os mapas jornalísticos norte-americanos passaram a desempenhar na comunicação de informações com conteúdo geográfico, afirmando que “os leitores tiveram a partir deles uma idéia melhor do progresso da guerra do que eles poderiam ter apenas com palavras impressas” (p.370).

Mesmo que a persuasão não tenha sido discutida por Ristow (1957), uma breve análise de qualquer mapa produzido pelos jornais norte-americanos nos tempos de guerra evidencia que seu propósito não era apenas informar os leitores. De certa maneira, esses mapas também refletiam as estruturas de valor e interesse de grupos específicos da sociedade norte-americana, que procuravam combater as mensagens dos mapas alemães e convencer a opinião pública de que a presença dos EUA na segunda guerra mundial era importante.

Os jornais norte-americanos já vinham desenvolvendo muito a utilização de mapas desde a década de 1930, porém apresentaram um crescimento acentuado durante a segunda guerra mundial (Ristow, 1957). Antes da entrada definitiva dos EUA na guerra, os jornais norte-americanos já influenciavam a opinião pública através de mapas que mostravam de forma alarmista os rápidos avanços alemães sobre a Europa, fato que justificaria uma atuação direta do exército norte-americano naquele continente. Enquanto os alemães publicavam mapas para legitimar suas ações militares e manter a opinião pública norte-americana contrária à entrada de seu país na guerra (como o mapa 3), os jornais norte-americanos publicavam mapas com o propósito de evidenciar a necessidade de uma rápida ação militar, no intuito de conter os avanços da Alemanha, novamente caracterizada como “nação agressora”.

Essa batalha iconográfica, travada através da cartografia jornalística, estimula a popularização dos mapas em diferentes países. Estruturados com propósitos e práticas cartográficas distintas, os mapas foram auxiliando na formação de diferentes opiniões sobre a segunda guerra mundial. O mapa abaixo, classificado por Ristow como um dos melhores exemplos de mapas jornalísticos nos tempos de guerra, foi publicado pelo jornal “The New York Times” em setembro 1941, mesmo ano da publicação do exemplo anterior. Alguns meses antes da entrada dos norte-americanos na guerra, esse mapa procurava alertar a população para os avanços da Alemanha nazista sobre o continente europeu.

Mapa 4: As Invasões Nazistas na Europa



Fonte: Retirado do Artigo de W. W. Ristow, 1957.

Como já foi dito, os EUA, de forma análoga a outros países, desenvolveram muito sua cartografia jornalística ao longo da segunda guerra mundial. O combate ideológico com os mapas alemães provavelmente influenciou esse avanço, que mexeu inclusive na estrutura de produção dos mapas publicados. A contratação de cartógrafos como funcionários permanentes dos jornais, substituindo os “freelancers”, estimulou o princípio de uma padronização dos mapas jornalísticos. Ristow (1957) relata esse processo, que acabou associando certos jornais e revistas ao estilo de alguns artistas-cartógrafos, como no caso do New York Times e do cartógrafo Emil Herlin, autor do mapa 4.

Mesmo que o estilo de Herlin seja menos simplificado, apresentando elementos como escala e legenda, a representação tem um propósito claro e não há a necessidade de conhecimentos cartográficos específicos para se compreender a mensagem do mapa. A partir da mancha preta que se espalha pela Europa, o mapa 4 enumera cronologicamente as invasões militares alemães durante a segunda guerra mundial, o que o título classifica como “A marcha nazista sobre o continente”.

Representando diferentes pontos de vista sobre fenômenos sociais extremamente dinâmicos, os mapas jornalísticos foram sistematizando as práticas cartográficas mais convenientes para o desenvolvimento de suas funções comunicativas. Ao enumerar e datar as invasões do exército alemão, o mapa 4 representa espacialmente eventos que ocorreram em tempos diferenciados. O uso de números para dar uma ordem cronológica aos acontecimentos espacializados pode ser considerado uma inovação da cartografia jornalística, como notou o editor James Linen (citado por Ristow, 1957:387) ao afirmar que “os mapas históricos convencionais freqüentemente mostram apenas um ponto no tempo”.

As etiquetas enumeradas são conectadas com o centro do mapa, exatamente onde se localiza a Alemanha. Em cima do território alemão o mapa incorpora um pequeno texto, que reafirma o fato de que já seriam 15 países invadidos na Europa desde que Hitler chegou ao poder. Há também uma informação suplementar na tabela que se localizada no canto esquerdo do mapa, informando o total da área e da população que estariam sob domínio dos alemães.

Todas essas informações destacadas são estímulos evidentes para os americanos entrarem na guerra de forma efetiva, pois os nazistas já dominavam grande parte da Europa. Mesmo após a entrada dos norte-americanos na guerra, fato ocorrido em dezembro de 1941, os jornais continuaram publicando mapas que buscavam influenciar a opinião pública ao “mostrar *porque* os americanos estão lutando em um lugar estranho”, como afirmava o capítulo introdutório de uma coleção de mapas publicada pela revista Fortune em 1944 (retirado de Ristow, 1957:378).

Observa-se que o uso que a imprensa norte-americana fez da cartografia jornalística também procurou meios para “fazer do mapa uma arma” (Shumacher, 1932 apud Herb, 1989), corroborando com a afirmativa de Speier (1941:311), para quem “a propaganda feita pelos mapas pode ser melhor combatida com outros mapas do que com palavras”. A

batalha iconográfica que se instala durante a segunda guerra mundial serve aqui para evidenciar como as imagens são importantes instrumentos de comunicação, podendo influenciar a opinião pública em torno de questões geopolíticas específicas. No entanto, mesmo reconhecendo a batalha iconográfica que se desenvolvia nos jornais durante a década de 1940, alguns autores norte-americanos, como Speier (1941), continuavam a criticar a produção cartográfica alemã, classificando-a como falsa e propagandística.

A identificação dos propósitos envolvidos na produção de diferentes mapas veiculados na imprensa evidencia que a construção dos mapas persuasivos não passa necessariamente pela oposição entre verdade e mentira. Nem os alemães estavam mentindo quando representaram a Inglaterra com 26% das posses territoriais do mundo (no mapa 3), nem os norte-americanos mentiam quando representaram os países invadidos pelos alemães após a ascensão de Hitler (mapa 4). Os mapas construídos contêm simplesmente estruturas de valor e interesse distintas, destacando alguns elementos e omitindo outros no intuito de construir uma versão lógica sobre os fatos. Atuando em um contexto específico de ação, os mapas poderiam, assim, contribuir com a difusão de múltiplas visões sobre os acontecimentos da guerra, sem necessariamente apresentarem informações “falsas” para o leitor.

Esse primeiro grande impulso no desenvolvimento da cartografia jornalística, contando com representações contraditórias sobre a segunda guerra mundial, estimulou a sistematização de uma série de práticas cartográficas utilizadas até hoje nos jornais. Ristow (1957) exalta o trabalho de alguns cartógrafos norte-americanos, como Harrison, cujo trabalho na revista *Fortune* popularizou, por exemplo, diferentes projeções pertinentes para os mapas jornalísticos, como a perspectiva (em 1935), a azimutal eqüidistante (1936), a cartográfica (1936), além da “grotescamente distorcida mas extremamente útil projeção polar gnomic” (Ristow 1957:377). A intensa representação da segunda guerra mundial em jornais de diferentes países acabou consolidando a utilização de certas práticas cartográficas na imprensa, iniciando o surgimento de um estilo “distinto e original de mapeamento, que acabou formando um certo padrão na cartografia jornalística” (Ristow, 1957:375).

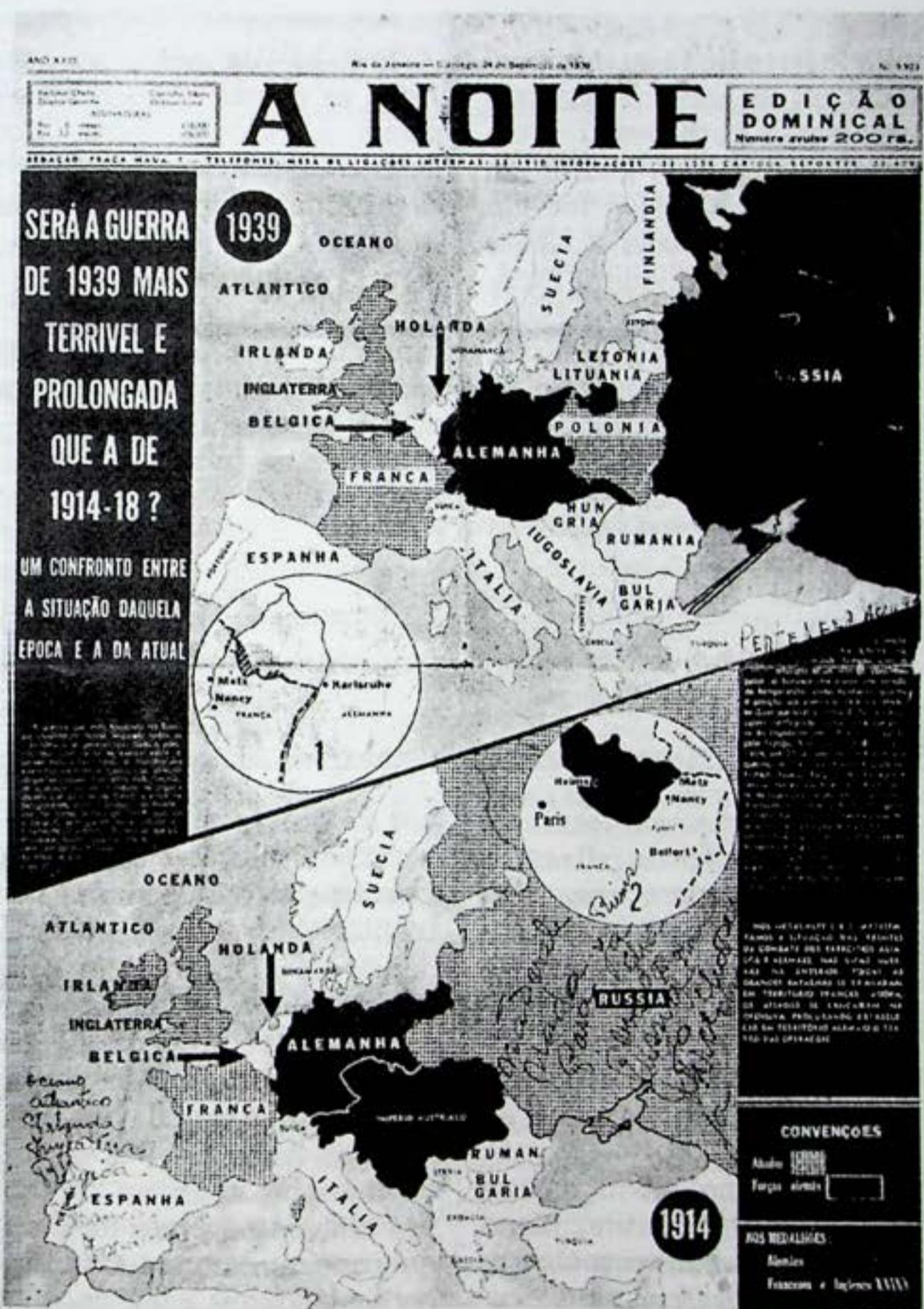
Os modelos cartográficos de representação e suas respectivas mensagens diplomáticas, que circulavam na imprensa internacional, acabaram sendo adaptados e

publicados em jornais de muitos países. Havia realmente uma necessidade de se noticiar a guerra com a utilização de mapas, pois as notícias continham forte conteúdo espacial. Algumas práticas cartográficas, já consagradas por alemães e americanos, foram apropriadas por jornais de outros países para a representação da guerra, dando dimensão global à batalha iconográfica que transmitia diferentes visões sobre o conflito.

Os jornais brasileiros também tiveram essa necessidade de publicar mapas para ilustrar e complementar as notícias vinculadas à guerra e passaram a adaptar e publicar os mapas que circulavam na imprensa internacional. Não que as imagens fossem algo novo para os jornais brasileiros, já que a partir da década de 1920 toda a grande imprensa diária havia adotado o fotojornalismo como prática corrente (Morel, 2003:73). No entanto, sua utilização ostensiva pela imprensa internacional antes e durante a segunda grande guerra certamente influenciou o aumento da frequência de aparecimento dos mapas nos jornais brasileiros.

Aderindo ao modelo de imprensa dos demais países, a cartografia jornalística brasileira foi também profundamente influenciada pela representação de questões geopolíticas. Ao adaptar representações que circulavam na imprensa mundial, os jornais brasileiros procuravam informar a população sobre a eminente guerra na Europa, criando exemplos como o mapa 5 abaixo, retirado de uma publicação de 1939 do jornal "A Noite".

Mapa 5: Notícias da Guerra na Imprensa Brasileira



Fonte: Retirado de Pazzinato e Senise, 1992.

O mapa 5 é um exemplo que reproduz uma prática muito comum nos mapas alemães, que é a comparação da situação da Alemanha na guerra de 1914 com a situação na guerra de 1939. Essa prática foi observada inclusive por Speier (1941), que discutiu a estratégia alemã de convencimento da opinião pública internacional que professava a segunda guerra não como uma repetição da primeira – criando, assim, mapas com títulos sugestivos, como: “Dessa vez não estamos cercados” (Speier, 1941). O pacto de não agressão estabelecido entre Alemanha e Rússia resultou na representação de uma Alemanha com mais chances de vencer a guerra de 1939. O país estaria menos cercado e haveria mais países em situação neutra. A grande mancha preta sobre a Rússia conduz à percepção de que os alemães teriam mais terreno dominado, o que poderia levar a uma guerra “terrível e prolongada”, como sugere a manchete do jornal brasileiro.

Essa representação é provavelmente uma adaptação direta de um mapa alemão e, ao reproduzir suas práticas cartográficas, o jornal brasileiro também reproduziu sua mensagem diplomática, podendo ter influenciado a opinião pública nacional a perceber como a Alemanha tinha mais chances de vencer a guerra que se iniciava. O uso de setas e de manchas pretas sobre o território são práticas que, já como já foi aqui discutido, causam grande impacto sobre a leitura dos mapas. Embora requeira um tempo de leitura maior (para se comparar os dois momentos distintos de guerra), não é necessário nenhum conhecimento especializado para que se compreenda o mapa, que poderia ser facilmente absorvido pelos leitores brasileiros.

O objetivo dessa seção foi evidenciar como o processo de popularização da cartografia potencializou o uso do mapa como instrumento de persuasão, especialmente para difundir concepções específicas sobre os fenômenos geopolíticos mundiais. A necessidade de utilização do mapa para noticiar os acontecimentos da segunda guerra explica porque grande parte da imprensa mundial, inclusive a brasileira, teve que iniciar ou intensificar sua produção cartográfica no período, reproduzindo ou adaptando os mapas que circulavam no exterior.

Mesmo com esse grande impulso inicial no desenvolvimento da cartografia jornalística em diferentes países, os mapas não mantiveram sua frequência acentuada na imprensa após o fim da Segunda Guerra Mundial. Embora esse momento seja entendido como o maior incentivo para o desenvolvimento e a popularização da cartografia

jornalística, a representação cartográfica da guerra não garantiu a continuidade daquele grande volume de mapas nos jornais dos anos posteriores. Segundo Monmonier (1989), a veiculação intensiva de mapas jornalísticos na imprensa na década de 1940 pode ser considerada como um “falso pico” estimulado pela guerra, pois nos anos posteriores observa-se um declínio na quantidade de mapas publicados, ainda que sua variedade temática tenha crescido.

Após a Segunda Guerra Mundial os mapas jornalísticos passaram a representar questões diversas – como viagens, obras públicas e rotas de comércio –, o que representou a consolidação da cartografia jornalística (Kent e Sanders, 1993). No entanto, a quantidade de mapas publicados nos jornais foi reduzida, dado quantitativamente indicado na pesquisa de diferentes autores (Monmonier, 1989, Kent e Sanders, 1993). Segundo Monmonier (1989), a média diária de mapas publicados nos jornais<sup>3</sup> só voltou a crescer a partir das décadas de 1970 e 1980, refletindo o desenvolvimento das tecnologias de produção e reprodução das imagens e a popularização da televisão, fato que estimulou os jornais a incorporarem cada vez mais imagens em suas páginas.

Analisando a frequência do uso dos mapas em jornais regionais americanos de 1930 até 1985, Kent e Sanders (1993:94) afirmam que “a tendência total tem sido de crescimento do uso dos gráficos pelos jornais, o que aumenta a frequência de mapas para suplementar e ilustrar a história noticiada”. Porém, mesmo traçando essa “tendência total” de crescimento, esses autores também encontraram os dois momentos de pico anteriormente identificados. O primeiro na segunda guerra mundial, que em alguns jornais pesquisados representou “o apogeu do uso do mapa”, e o segundo após 1975, quando a tendência em torno da informação gráfica experimenta uma marcada aceleração (Monmonier, 1989:125).

O crescimento da frequência diária na publicação de mapas jornalísticos a partir dos anos de 1970 coincide com o desencadear de um fenômeno geopolítico que também chama muito a atenção da imprensa nacional e internacional. A produção, circulação, comercialização e o consumo de drogas ilícitas são uma temática que ganha muito espaço na mídia a partir de meados daquela década, sendo freqüentemente mapeada nos jornais.

Após compreendermos um pouco melhor as origens da popularização da cartografia jornalística e como essa foi usada para difundir diferentes concepções ideológicas, pode-se

<sup>3</sup> É importante salientar que Monmonier (1989) trabalhou exclusivamente com os jornais “de elite” dos EUA.

mergulhar com mais segurança no tema da presente dissertação. A “Guerra às Drogas” é um evento geopolítico que também apresenta um forte conteúdo espacial, tendo sido freqüentemente mapeado pela imprensa nos últimos trinta anos.

Certamente qualquer comparação entre a cobertura feita da Segunda Guerra Mundial e a atenção dada às drogas ilícitas deve ser feita com cuidado e dentro de certos limites. Trata-se de fenômenos com características distintas, que despertam atenções e preocupações diferenciadas e resultam em “coberturas” diferentes, até mesmo porque refletem momentos profundamente distintos da imprensa mundial. A cartografia jornalística sobre as drogas ilícitas desenvolvida a partir de meados dos anos 1970 está inserida em uma nova ordem geopolítica e reflete um maior raio de influência da imprensa.

O próximo capítulo traz os primeiros resultados da pesquisa documental, apresentando a cartografia jornalística brasileira sobre as drogas ilícitas e sua evolução a partir das etapas mais freqüentemente mapeadas nos jornais ao longo do período analisado: a circulação, a produção e a comercialização.

#### **4 – Desenvolvimento da Cartografia Jornalística e Representação das Drogas Ilícitas: Exemplificando a Evolução da Temática nos Jornais Brasileiros**

O objetivo do presente capítulo é refletir sobre o papel dos mapas jornalísticos na difusão de certos modelos explicativos sobre as drogas ilícitas no Brasil. O exemplo a ser analisado ganha maior relevância se considerarmos que no final da década de 1980 a frequência e aparência dos mapas foram profundamente alteradas nos jornais brasileiros. O novo impulso que a cartografia digital dá à veiculação de mapas nos jornais coincide com o momento em que as drogas ilícitas passam a ser mais frequentemente noticiadas, difundindo discursos que se vinculam a modelos explicativos vigentes até a atualidade.

A primeira seção busca traçar um panorama geral sobre esses dois processos que influenciam a intensificação da produção de mapas jornalísticos sobre as drogas ilícitas. Tanto a evolução na adoção de certas técnicas de produção e reprodução dos mapas quanto o destaque geopolítico que é dado a temática das drogas contribuíram para a frequência acentuada de mapas jornalísticos sobre o assunto ao longo dos anos 1980.

As três seções seguintes têm o objetivo de exemplificar a recente evolução da cartografia jornalística brasileira a partir da representação freqüente que os jornais fizeram de certas etapas do tráfico de drogas ilícitas. Selecionei três questões que foram representadas ao longo de toda a periodização proposta, constantemente repetindo a mesma mensagem, com as mesmas práticas cartográficas, porém utilizando técnicas diferenciadas e refletindo diferentes momentos da estruturação dos departamentos de arte dos jornais.

A *circulação* de drogas ilícitas no território nacional, a *produção* de maconha no estado de Pernambuco e a *comercialização* de drogas no espaço urbano do Rio de Janeiro foram questões recorrentemente mapeadas pelos jornais mesmo antes da adoção de técnicas avançadas de produção. É a partir desses exemplos empíricos que buscarei discutir as evoluções técnicas na produção dos mapas jornalísticos no Brasil, considerando como estas, ao intensificarem a quantidade e modificarem a aparência dos mapas publicados, potencializaram o uso da cartografia enquanto meio de comunicação para difundir os modelos explicativos sobre as drogas ilícitas.

#### **4.1 – A Evolução Técnica da Cartografia Jornalística e os Modelos Explicativos sobre as Drogas Ilícitas**

A década de 1980 pode ser considerada como um marco na introdução das tecnologias digitais na cartografia. Segundo Robinson (1993), o barateamento da tecnologia computacional e o crescimento na produção de gráficos populares diferenciam essa revolução técnica no processo de produção dos mapas de todas as outras. Para o autor, a cartografia digital desenvolvida ao longo dos anos de 1980 representou um aumento tanto na facilidade de produzir mapas como no interesse da sociedade pela produção cartográfica. De fato, essa década tem grande impacto sobre o desenvolvimento da cartografia jornalística e sua influência na frequência e na aparência dos mapas evidencia que, como afirmou Robinson (1993:4), “dez anos são uma eternidade no meio desta revolução”.

Pesquisando a frequência diária de mapas em jornais norte-americanos de grande circulação, Monmonier (1989) constatou que apenas na década de 1980 as publicações diárias ultrapassaram os elevados números obtidos na segunda guerra mundial. A valorização dos departamentos de arte e a adoção progressiva de novas tecnologias seriam os fatores responsáveis pela modificação na frequência e na aparência dos mapas jornalísticos (Monmonier, 1989). A particularidade desse novo “pico” na publicação de mapas é que seu maior estímulo não veio de nenhum evento a ser noticiado, como no caso das guerras, e sim de uma evolução técnica que facilitou a produção cartográfica em diferentes jornais.

Mesmo já estando amplamente desenvolvida e popularizada, a cartografia jornalística produzida no início da década de 1980 ainda era muito discutida a partir de seus fatores limitantes. A tese de mestrado de Judith Leimar (1982, apud Gilmartin, 1985 e Monmonier 1989), por exemplo, tinha o objetivo de identificar os gargalos que impediam o desenvolvimento pleno da cartografia jornalística nos anos 1980. A autora aponta a baixa qualidade do papel, as técnicas de impressão, a escassez de recurso e de tempo para o mapeamento, a necessidade de adaptação às colunas do jornal e a falta de profissionais qualificados como fatores que impossibilitavam uma representação mais precisa na cartografia jornalística.

Escrevendo em 1985, Gilmartin ainda concordava que os fatores apontados por Leimar (1982) atribuíam um uso mais limitado dos sistemas de símbolos cartográficos aos mapas jornalísticos. Todavia, a autora já afirmava que melhorias nas tecnologias de impressão e o desenvolvimento de novos softwares trariam, a curto prazo, um aprimoramento na cartografia jornalística. Esse aprimoramento realmente ocorreu e em pouco tempo os jornais alteraram profundamente suas tecnologias de produção e reprodução das imagens. A estruturação de departamentos de arte equipados com alta tecnologia disponibilizou a utilização de um amplo sistema de simbolização na construção de mapas jornalísticos, o que desenvolveu suas funções comunicativas. Como observou Monmonier (1989:148) poucos anos depois das colocações de Gilmartin (1985), “em meados dos anos 1980 os computadores gráficos tinham apenas começado a fazer contribuições significativas para os mapas e gráficos nos jornais”.

No início dos anos 1980 muitos mapas, inclusive da imprensa internacional, eram feitos manualmente, pois as tecnologias desenvolvidas nas duas décadas anteriores não foram muito eficazes para re-trabalhar mapas já utilizados (Monmonier, 1989:143). A introdução de softwares e o barateamento dos microcomputadores ofereceram uma oportunidade de baixo risco para os jornais no final da década de 1980, que agora podiam contar com um “sistema computacional para adequar os prazos e a produção crescente de mapas e gráficos” (Monmonier 1989:150).

Esse avanço nas tecnologias de produção de imagens permitiu que os mapas tivessem sua participação acentuada nas reportagens, sendo cada vez mais fundamentais para o entendimento do evento noticiado. Como as demais revoluções tecnológicas, a introdução dos computadores gerou uma mudança radical na aparência, na frequência e nas funções dos mapas jornalísticos.

Dessa forma, os mapas potencializam sua participação na transmissão de notícias jornalísticas, contribuindo para “atrair a atenção dos leitores e ajudar a explicar e interpretar o significado de um evento, aumentando a retenção de uma mensagem” (Arnold, 1968; Read, 1972 apud Gilmartin, 1985:2). Cada vez mais incorporado à narrativa jornalística e participando ativamente da transmissão da notícia, o mapa aumenta suas potencialidades persuasivas e retóricas. Esse fato apresenta extrema importância para o presente estudo, já que busco aqui identificar de que maneira a utilização de certas práticas cartográficas

podem contribuir para a difusão dos modelos explicativos universais sobre as drogas ilícitas, fenômeno constantemente noticiado pela mídia a partir de meados da década de 1970.

Coincidentemente o interesse pela temática das drogas ilícitas cresceu nas décadas de 1970 e 1980, momento em que os jornais intensificaram novamente a utilização de mapas para ilustrar e suplementar suas notícias. Na mesma década em que os jornais vão progressivamente introduzindo novos elementos técnicos à produção dos mapas, a difusão de um modelo explicativo que internacionaliza o combate à produção de drogas orgânicas confere visibilidade mundial à questão do tráfico de drogas ilícitas. É a partir da difusão desse modelo – que considera as drogas como elemento constituinte da geopolítica mundial – que se intensifica a produção iconográfica sobre a temática, com o uso cada vez mais freqüente de sistemas avançados de projeção e simbolização.

A temática relativa a produção, circulação, comercialização e o consumo de drogas ilícitas foi sendo noticiado de forma crescente na imprensa a partir da difusão de uma série de modelos explicativos sobre a questão. Sob forte influência dos EUA, organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU) foram responsáveis por difundir, a partir da década de 50, modelos explicativos como o ético-jurídico, que vinculava as drogas aos imigrantes ilegais, criando um estereótipo moral, ou como o médico-sanitário, que considerava como doente o usuário de drogas, encarando-as como problema de saúde pública (Olmo, 1990).

Embora despertassem o interesse da mídia pela questão das drogas ilícitas, tais modelos não estimulavam muito sua representação espacial, já que não internacionalizavam seu combate. De fato, antes da difusão do modelo geopolítico as drogas continuavam a ser vistas como um “inimigo interno” dos estados nacionais. A partir dos anos 1970, o então presidente dos EUA, R. Nixon, deu início a um processo de politização no discurso acerca das drogas ilícitas. Através desse discurso o debate sobre as drogas foi progressivamente direcionado para fora dos EUA, tornando a droga um “inimigo externo” e estimulando sua percepção como um problema geopolítico. A emergência deste novo modelo estimula a representação das drogas na imprensa já na década de 70, quando mapas feitos com técnicas manuais já difundiam informações sobre a geografia das drogas em reportagens de diferentes jornais brasileiros.

A consolidação do modelo geopolítico e a organização de uma extensa rede de comercialização transnacional de cocaína estimularam o interesse da sociedade latino-americana sobre a questão das drogas. Por conseguinte, sua representação na imprensa se intensificou na década de 1980, momento em que também se acentua a frequência dos mapas nos jornais devido a evolução tecnológica. A posse do presidente americano Ronald Regan, em 1981, consolidou o combate internacional ao tráfico de drogas, já que na concepção do governo americano “a solução do problema do consumo de drogas nos Estados Unidos [passa a estar] nos países estrangeiros que produzem as drogas ilícitas mais importantes” (Reuter, 1985 apud Olmo, 1990:67). Daí em diante, os EUA adotaram uma política que buscava reduzir a oferta de drogas em seu território através da repressão da produção e do processamento em outros países, configurando o que o próprio Presidente americano denominou de “guerra as drogas”.

Segundo Proença Jr. (1994), no início da década de 1980 o governo americano percebeu definitivamente que no país não havia espaço para uma repressão interna aos consumidores. Não havia meios de empreender um esforço punitivo sobre cerca de 20% da população norte-americana. Ficaram evidentes, ainda, as dificuldades de repressão às fontes abastecedoras de heroína (Afeganistão, Paquistão, Laos, Turquia), uma vez que isso implicaria “embaraçar a viabilidade de importantes aliados na luta anti-soviética”. Tampouco seria possível reprimir as fontes domésticas de drogas (maconha e drogas sintéticas), não só porque os governos locais não se mostraram “abertos” à ação federal em áreas de sua competência, mas também porque discordaram da abordagem repressora-punitiva da política republicana.

De fato, antes de ser abordado como um assunto interno, o consumo de drogas nos Estados Unidos foi convertido em supostamente internacional (Walker 1993), o que estimulou a presença das drogas na imprensa de muitos países. Além da falta de capacidade de enfrentar o problema internamente, essa transformação também se originou na busca de um novo papel para as forças armadas diante da guerra fria. O esvaziamento dos conflitos bipolares no mundo influenciou o desenvolvimento de um modelo explicativo que considera as drogas como uma das principais ameaças à segurança dos Estados. A colocação de Filho e Vaz (1997) evidencia como as drogas ilícitas passaram a ter um papel central na política dos Estados:

“Em face ao esvaziamento de ameaças tradicionais à segurança e o avanço do narcotráfico em praticamente todos os continentes, o mesmo passou a ser percebido como uma das mais importantes ameaças à segurança dos Estados, tendo se inserido na agenda política do continente americano de forma intensa, em razão de nele se situarem os principais produtores e o maior mercado de cocaína” (Filho e Vaz, 1997:100).

Nasce, assim, um novo discurso sobre as drogas, o discurso político-transnacional, proveniente do modelo geopolítico (Olmo, 1990; Escohotado, 1989). Esse modelo é fruto da incorporação de postulados da doutrina de segurança nacional ao discurso sobre as drogas. Em 1988 é realizada a convenção contra o tráfico ilícito de drogas narcóticas e substâncias psicoativas, em que se evidenciam as características globais do fenômeno. Buscando combater a lavagem de dinheiro, o contrabando de armas e o crime organizado, essa convenção também colaborou para atrair a atenção da imprensa para a questão das drogas ilícitas.

Esse caráter geopolítico que o combate às drogas assume progressivamente ao longo da periodização aqui proposta estimula sua representação espacial na imprensa. Pois, como foi evidenciado pelo “falso pico” de mapas jornalísticos durante a segunda guerra mundial, os conflitos militares e questões geopolíticas são temas que estimulam a difusão e a popularização da cartografia. Monmonier (1989) chama a atenção para o fato de que mesmo com uma crescente pluralidade temática, temas como conflitos militares, geopolítica e terrorismo nunca deixaram de representar ao menos metade do número de mapas jornalísticos veiculados na imprensa.

Contudo, mesmo com a difusão do modelo geopolítico, a representação espacial do fenômeno das drogas ilícitas ainda era feita de forma modesta nos jornais brasileiros até o final da década de 1980. As dificuldades técnicas tornavam os mapas mais raros, pois sua construção era lenta e eles só acompanhavam uma quantidade reduzida de reportagens. Principalmente a partir da década seguinte, os mapas jornalísticos brasileiros vêm suas

técnicas de produção evoluírem, alterando a qualidade e a quantidade de mapas veiculados nos jornais.

O recorte temporal deste trabalho, que vai de 1975 a 2002, atenta para uma transformação nas técnicas de produção dos mapas jornalísticos neste período. Até o início da década de 1990, ainda era comum encontrar mapas feitos a mão sendo veiculados nos jornais brasileiros. A assinatura pessoal de seus autores evidencia como não havia ainda uma estruturação dos departamentos de arte nos jornais e o uso do mapa era muitas vezes restrito à localização dos eventos noticiados.

Principalmente a partir da metade da década de 1990, os mapas jornalísticos passam por um processo de padronização através da utilização de técnicas computacionais e da estruturação dos departamentos de arte. Com maior possibilidade de simbolização, os mapas jornalísticos passam a participar cada vez mais da explicação da reportagem, potencializando a difusão de valores simbólicos sobre as drogas ilícitas a partir das representações cartográficas.

Mesmo que a representação das drogas ilícitas nos jornais brasileiros só tenha se intensificado no final da década de 1980 (com a consolidação do modelo geopolítico e a difusão de novas técnicas de produção e reprodução das imagens), não é difícil encontrar exemplos de mapas sobre a temática nos anos anteriores. A partir de meados da década de 1970, os jornais brasileiros já começavam a intensificar a veiculação de mapas sobre o tráfico de drogas ilícitas e estes primeiros exemplos são muito importantes para a constatação das mudanças tecnológicas que geraram impactos profundos na aparência dos mapas veiculados na imprensa.

De fato, as técnicas utilizadas para construir uma representação do espaço definem não apenas o tempo necessário para sua preparação como também influenciam as características da imagem criada. Utilizar a caneta ou o computador é uma escolha que altera profundamente a aparência e até o conteúdo do mapa jornalístico, pois, como já afirmava Gombrich (1986:56), “o artista, é claro, pode transmitir só o que o seu instrumento e veículo são capazes de executar. Sua técnica restringe sua liberdade de escolha”. A incorporação da técnica computacional provocou alterações nas escolhas do artista e, conseqüentemente, no resultado final de seus mapas. Mas os computadores não necessariamente libertam o artista. “Como qualquer meio gráfico, os softwares e

impressoras laser tanto constroem quanto encorajam” (Monmonier, 1989:236), limitando e expandindo as possibilidades do autor do mapa.

Para ilustrar as mudanas tecnol3gicas e os discursos pol3ticos que influenciaram a representao das drogas il3citas nos jornais, apresentarei a seguir alguns exemplos de mapas que mostram diferentes momentos da cartografia jornal3stica brasileira ao longo da periodizao proposta. A seleo dos exemplos aqui apresentados foi realizada de forma qualitativa, tendo por princ3pio uma escolha das representaes mais significativas que ilustrassem o desenvolvimento da cartografia jornal3stica brasileira.

Uma pr3tica muito comum entre os trabalhos acad3micos sobre os mapas jornal3sticos 3 a comparao entre diferentes jornais, o que n3o se configura aqui como objetivo. Considerei que havia uma uniformidade na adoo de certas t3cnicas e na incorporao de certos discursos, o que se deve ao fato de que os quatro jornais selecionados<sup>1</sup> serem considerados como os “jornais de elite” do Brasil (Silva, 1989:10).

Estudar a representao das drogas il3citas nos jornais brasileiros tendo um recorte temporal relativamente extenso (de 1975 at3 2002) pode evidenciar como os mapas se concentraram no destaque de determinadas etapas do tr3fico de drogas. Conseq3entemente – e j3 que o objetivo deste cap3tulo 3 apresentar alguns elementos que explicitem as mudanas nas t3cnicas de produo dos mapas jornal3sticos –, algumas etapas e drogas ser3o aqui mais destacadas, pois foram representadas mais constantemente dentro da periodizao proposta.

Mesmo que o modelo geopol3tico j3 estivesse sendo difundido na d3cada de 1970, a representao das drogas il3citas nos jornais brasileiros ainda era muito centrada nas Am3ricas, focando o tr3fico de coca3na. A escala internacional, por exemplo, n3o era freq3entemente mapeada, pois requer informaes diversificadas sobre as drogas em todo o mundo. As drogas sint3ticas e a hero3na, por sua vez, tamb3m n3o ser3o destacadas neste momento, pois sua representao espacial nos jornais brasileiros s3 se consolida a partir da d3cada de 1990, inviabilizando um estudo evolutivo cujo objeto seja a representao dessas drogas. O consumo de drogas tamb3m 3 uma informao muito raramente mapeada, o que

---

<sup>1</sup> Os jornais selecionados foram: Jornal do Brasil, Folha de S3o Paulo, O Globo e o Estado de S3o Paulo.

se explica tanto em virtude da ausência de dados confiáveis como da ênfase que o modelo geopolítico dá a outras etapas do tráfico de drogas.

As seções a seguir pretendem, assim, exemplificar a evolução da representação das drogas ilícitas na cartografia jornalística brasileira a partir de três etapas muito freqüentemente mapeadas desde o início da periodização aqui proposta: a produção, a circulação e a comercialização de drogas ilícitas.

## **4.2 – A Representação da Circulação das Drogas Ilícitas: O Brasil como Um País de “Trânsito”**

Grande parte dos mapas jornalísticos sobre as drogas ilícitas tem o propósito de facilitar a compreensão do leitor sobre as rotas de tráfico, focando sua atenção sobre a circulação das drogas pelo território nacional. O forte conteúdo espacial que a descrição de rotas apresenta estimulou o uso do mapa nas reportagens para suprir o pouco conhecimento geográfico do público. A descrição dos “caminhos” traçados pelas drogas ilícitas, articulando os espaços de produção e de consumo, fizeram com que a circulação fosse a etapa do tráfico de drogas mais freqüentemente mapeada nos primeiros anos da periodização definida. Por esse motivo, esta etapa será a primeira apresentada para ilustrar as evoluções tecnológicas da cartografia jornalística brasileira.

A caracterização do Brasil como um espaço de “trânsito” (em relatórios das organizações internacionais, órgãos do governo norte-americano e da própria polícia federal brasileira) estimulou algumas reportagens jornalísticas sobre a inclusão do Brasil nas rotas de tráfico já na década de 1970. Esse fato foi sendo retratado de forma cada vez mais alarmista pela imprensa, que freqüentemente utilizou a cartografia para facilitar a compreensão da notícia, chamar a atenção do leitor e dramatizar a informação.

A freqüência de mapas jornalísticos que representavam a circulação das drogas no território nacional se intensificou após 1984, quando o país foi reconhecidamente incorporado pelo Cartel de Medellín como rota de trânsito<sup>2</sup>. A partir de 1989, com a

<sup>2</sup>Informação fornecida pela Divisão de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal, Estado de São Paulo, 04/01/95, retirada de Steiman, 1995.

invasão do Panamá, as tropas norte-americanas passaram a controlar de forma mais efetiva o espaço aéreo do Caribe. Em decorrência, as grandes organizações de tráfico de drogas colombianas foram obrigadas a buscar outras plataformas de exportação, incorporando o território brasileiro às principais rotas de tráfico internacional. No momento em que o Brasil deixou de ser um caminho esporádico e alternativo de circulação das drogas para se tornar a principal plataforma de exportação da cocaína colombiana, os jornais intensificaram significativamente a representação da temática, que mobilizava como nunca a opinião pública nacional.

A seguir, apresentarei 3 exemplos de mapas publicados nos jornais pesquisados em diferentes momentos. Esses mapas, além de evidenciar uma continuidade na representação de certas interpretações sobre o tráfico de drogas ilícitas nos jornais, também podem nos revelar um pouco do desenvolvimento dos mapas jornalísticos brasileiros, que ao longo do período analisado alteraram profundamente sua aparência e função nas reportagens.

O mapa abaixo foi publicado pelo Jornal do Brasil no ano de 1975 e divulgava um relatório do Departamento de Polícia Federal Brasileira. Esse exemplo mostra como há 30 anos a imprensa brasileira já se preocupava em transmitir o conteúdo geográfico das informações sobre as drogas ilícitas.

Mapa 6: Circulação de Drogas Ilícitas - 1975



Fonte: Jornal do Brasil, 20/7/1975.

O mapa mostra o território brasileiro sendo utilizado de forma intensa como plataforma de exportação de cocaína para o mercado norte-americano. É através do uso de setas, prática cartográfica muito valorizada no processo de popularização dos mapas, que a circulação da droga é representada. A cocaína sairia dos países produtores (Colômbia, Peru e Bolívia) se destinando tanto a mercados nacionais (Brasília, por exemplo), como a mercados internacionais, como os EUA, informação indicada na ponta de todas as setas que se direcionam para fora do Brasil.

O uso de letras e setas com pouca espessura e a forma padronizada do território brasileiro são elementos indicativos de que provavelmente esse mapa foi reproduzido

diretamente do relatório da divisão de repressão a entorpecentes (DPF), sem ser re-trabalhado pelo jornal. A ausência de uma assinatura do autor mostra que há grandes chances de que nenhum funcionário do jornal tenha se envolvido com a construção desse mapa, que não apresenta práticas típicas da cartografia jornalística, como o uso de símbolos pictóricos e letreiros chamativos.

O mapa é claramente feito a mão, com a utilização de técnicas que tornam a sua aparência muito relacionada às habilidades artísticas do autor. O tempo para produzir um mapa extremamente simples como esse era relativamente elevado, pois a técnica utilizada acaba determinando a velocidade da produção. De fato, as técnicas cartográficas manuais não garantiam uma frequência acentuada de mapas pictóricos e chamativos nos jornais brasileiros.

Mesmo com a utilização de práticas cartográficas extremamente simples, esse mapa pode ser facilmente relacionado ao seu contexto de criação, como requer uma análise iconológica. A evolução da política externa anti-drogas nos EUA estimulou uma crescente politização da temática das drogas ilícitas ao longo da década de 1970. O discurso que procurava responsabilizar os países produtores de coca por todo o tráfico internacional de cocaína pode ser identificado como o modelo explicativo que fundamenta a construção da imagem cartográfica publicada.

Como um país de trânsito, o Brasil diversas vezes reproduziu o discurso norte-americano, classificando-se como vítima da proximidade com os países andinos (que seriam os maiores responsáveis pelo tráfico internacional de cocaína). A representação do Brasil como um país por onde as drogas apenas circulavam também contribuiu muito para a estigmatização dos espaços de fronteira, que se fixaram no imaginário nacional como os principais articuladores entre as zonas de produção nos países andinos e o mercado consumidor ou as plataformas de exportação nas grandes cidades brasileiras. De fato, como apontou Ortiz (2004), a fronteira é re-significada de diferentes maneiras na imprensa. No Brasil, frequentemente a região é classificada como “terra sem lei”<sup>3</sup>, que estaria de “portas

---

<sup>3</sup> Revista Veja, 5/2/1992.

escancaradas”<sup>4</sup>, e não raramente os jornais utilizaram mapas para representar os chamados “pontos críticos da peneira”<sup>5</sup>.

A responsabilização de alguns espaços nacionais pelo tráfico de drogas ilícitas é uma adaptação do discurso geopolítico norte-americano que posiciona sua população como vítima da atuação dos traficantes latino-americanos, pois também exterioriza o problema para um espaço distante, onde a questão deve ser combatida militarmente. Essa responsabilização da América-Latina pelo comércio continental de cocaína é um modelo explicativo continuamente reproduzido por décadas nos jornais brasileiros, utilizando diferentes técnicas de mapeamento e impressão.

A utilização de técnicas diferenciadas não significa que as práticas cartográficas selecionadas não sejam constantes. O uso de setas apontadas para o território norte-americano é a prática cartográfica mais comumente utilizada para difundir esse modelo que responsabiliza os países produtores de drogas orgânicas. Um conjunto de setas, como já foi discutido anteriormente, tem o poder até de “justificar ataques preventivos”(Monmonier 1991:107).

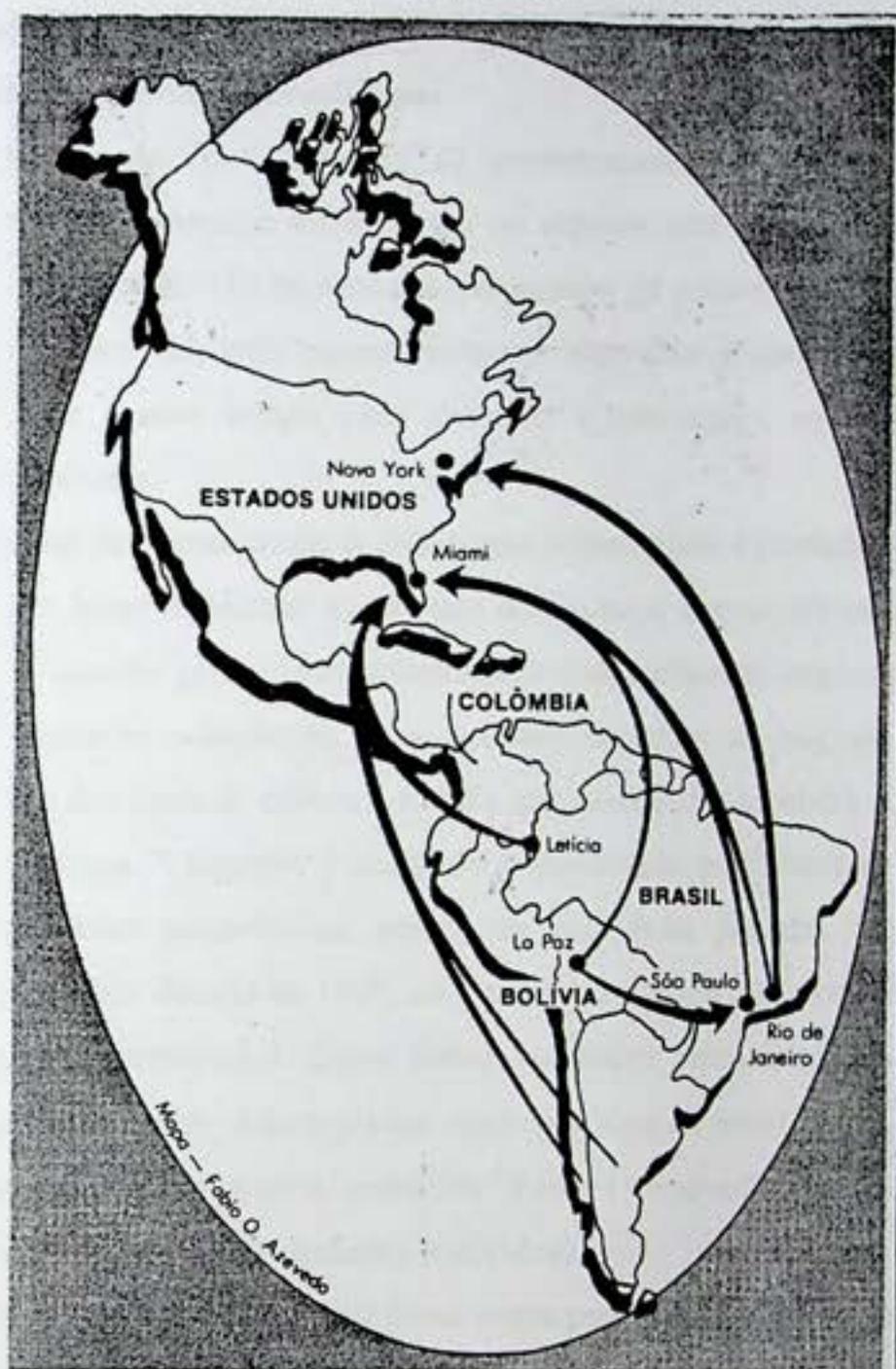
O mapa abaixo é um exemplo publicado em 1988, no jornal “O Estado de São Paulo”, e mostra como essa representação do tráfico de cocaína nas Américas continuava sendo difundida mesmo 13 anos após o exemplo anterior.

---

<sup>4</sup> Revista Época, 5/4/1999.

<sup>5</sup> Jornal O Globo, 20/5/1995.

**Mapa7:** Circulação de Drogas Ilícitas - 1988



### *O mapa da droga*

Fonte: O Estado de São Paulo, 6/5/1988.

Embora esteja na escala continental, esse mapa tem um propósito muito similar ao anterior, pois também localiza as rotas de cocaína que saem da América-Latina em direção aos EUA. Observa-se que o mapa 7 aplicou uma simplificação muito maior na representação, destacando apenas algumas rotas, porém com setas bem chamativas chegando no território americano. A variação na escala certamente influencia o grau de

detalhamento das rotas de tráfico, mas há também uma diferença marcante no propósito de construção deste mapa, pois ele aplica práticas cartográficas mais freqüentemente encontradas nos mapas jornalísticos.

Utilizando, por exemplo, o sombreamento e a simplificação nas formas do continente americano, o mapa ganha no aspecto estético, atraindo a atenção dos leitores para a reportagem. Há inclusive rotas saindo de países não nomeados, como Chile e a Argentina, fato que não necessariamente atrapalha a comunicação com o público, que necessita de menos tempo para absorver a mensagem, embora tenha uma informação menos detalhada.

Uma das características dos mapas jornalísticos é justamente o seu propósito dual de informar o leitor e decorar as páginas dos jornais. Como afirmou Monmonier (1989:241), “eles não apenas promovem informações espacialmente organizadas e explicam estórias geograficamente complexas, mas também decoram as páginas e ajudam a diminuir a monotonia dos tipos de coluna”, função que certamente também foi atribuída ao mapa 7.

O mapa 7 também é claramente produzido por técnicas manuais. Entretanto, por suas qualidades jornalísticas, parece ter sido feito por um funcionário contratado pelo jornal. Antes da década de 1990, os jornais brasileiros não possuíam departamentos de arte amplamente estruturados. Dessa forma, os mapas eram feitos por artistas específicos, que desenvolviam estilos diferenciados para cada tipo de reportagem. Não era raro que o autor inclusive assinasse sua obra, como fez “Fabio O Azevedo” em seu mapa de 1988, já que se tratava do produto de um trabalho individual.

O contexto de produção desse mapa pode ser caracterizado como uma intensificação dos discursos apresentados no exemplo anterior. Em 1988, após a convenção de Viena, os EUA consolidam seu modelo externo de combate às drogas, aplicando, segundo o texto da reportagem ilustrada pelo mapa, “dois bilhões por ano no combate ao tráfico de drogas”. Mas, ainda segundo a reportagem, esses recursos seriam “insuficientes para conter os contrabandistas”, que “chegam de barcos e aviões de vários países da América do Sul”.

No capítulo anterior já compreendemos como a cartografia persuasiva funciona a partir de omissões e destaques, no intuito de construir uma versão lógica sobre um fenômeno social. Segundo J. B. Harley (1988), a identificação das omissões existentes em um mapa é fundamental para se compreender a influência social de algumas práticas que

buscam potencializar os efeitos políticos de uma imagem (p.289). Para tratar da questão, o autor cunhou a noção de “silêncio” na representação cartográfica, exemplificada através de mapas ingleses do século XIX, que omitiam os bairros camponeses e destacavam prédios públicos e altas residências. Para J. B. Harley (1988:292), a identificação de silêncios nos mapas revela que essa noção é “freqüentemente parte de uma criação de estereótipos culturais mais amplos”.

Uma informação contraditória que dificilmente é representada nos mapas jornalísticos sobre a circulação das drogas ilícitas refere-se às rotas de propulsores químicos, em geral fornecidos pelos EUA. A representação espacial das rotas de propulsores químicos, fundamentais para o processamento da folha de coca em cocaína, é muito rara nos jornais brasileiros. O Brasil é o maior produtor de éter e acetona da América-Latina e os EUA também produzem grande parte das substâncias utilizadas no processamento da cocaína. Mesmo que esporadicamente os jornais publiquem reportagens com títulos como “Refino de coca é feito com produtos dos EUA”<sup>6</sup>, essa informação dificilmente é espacializada. O tráfico de cocaína nas Américas é representado muitas vezes com base nas mesmas informações e utilizando as mesmas práticas cartográficas, o que aponta a existência de “silêncios” desse modelo de representação.

O mapa abaixo, publicado no jornal “O Globo” em 1993, embora apresente novas técnicas de produção e reprodução da imagem, utiliza a mesma prática cartográfica dos exemplos anteriores, identificando a trajetória da cocaína saindo de um país produtor (Colômbia) e passando pelo Brasil em direção aos EUA.

---

<sup>6</sup> O Globo, 6/4/1999

Mapa 8: Circulação de Drogas Ilícitas – 1993



Fonte: O Globo, 7/6/1993.

Ainda que muitas vezes cumprissem papéis similares, representando o comércio de drogas ilícitas a partir das mesmas omissões e dos mesmos destaques, os mapas jornalísticos brasileiros modificaram substancialmente sua aparência a partir da década de 1990. A introdução da tecnologia digital e a organização dos departamentos de arte permitiram que os mapas fossem utilizados com muito mais frequência nos jornais, aplicando um sistema de símbolos variado em uma representação mais padronizada.

Observa-se facilmente que foram utilizadas técnicas digitais para a execução do mapa 8, o que diminui a relação entre a qualidade do mapa e o talento e habilidade do

autor. A autoria do mapa é da "Editoria de Arte" do jornal, o que implica uma equipe estruturada para trabalhar em mapas e outras imagens gráficas que acompanhem as reportagens publicadas. A presença dessa estrutura interna no jornal permite uma frequência muito maior de mapas ilustrando as reportagens.

Quando os mapas jornalísticos ainda eram fruto de trabalhos individuais, limitados pelas técnicas de impressão, o que no Brasil durou até a década de 1990, os mapas jornalísticos ainda eram limitados por todos os fatores apontados por Leimar (1982). Segundo Green (1999), o problema no tempo de execução do mapa (um dos principais fatores apontados por Leimar, 1982) se tornou ultrapassado através do uso de computadores com uma base digital padronizada, o que evidencia como os jornais foram superando seus fatores limitantes.

Este mapa acompanhava uma reportagem sobre a prisão de um fazendeiro brasileiro que armazenava cocaína para o Cartel de Cáli, grupo atuante na Colômbia. Ao ser preso no dia 6 de junho de 1993 com 900 quilos da droga em sua fazenda, o traficante relatou as cidades por onde iria passar a cocaína estocada. É a partir desse contexto de construção do mapa que se pode observar a grande contribuição da tecnologia digital para o aumento da velocidade de publicação de mapas jornalísticos. Apenas um dia após a divulgação das cidades por onde a droga passaria, o jornal "O Globo" já publicava um mapa onde os pontos de "saída" e de trânsito eram identificados a partir de etiquetas. Os nomes das cidades deixam claro que o mapa foi construído especificamente para essa reportagem, embora tenha feito uso de uma base padronizada que possivelmente reduziu o tempo de produção do mapa para alguns minutos.

Essa é uma reportagem que, no final da década de 1970 e em grande parte da de 1980, provavelmente não seria acompanhada por um mapa. As técnicas de produção e reprodução das imagens e a pouca valorização das equipes de arte dos jornais ao longo desse período não estimulavam a presença de representações espaciais para ilustrar fatos tão pontuais. Os mapas tinham que ser solicitados pelos editores e o artista tinha um tempo maior para produzir a imagem, que era frequentemente publicada nas edições de domingo. Ilustrando reportagens mais gerais sobre as drogas ilícitas, os mapas geralmente representavam sua circulação, identificando "as rotas" e não apenas "uma rota" específica, descoberta um dia antes da publicação da reportagem.

Publicado em uma segunda-feira, este mapa representa na realidade um caminho específico que nem foi concretizado, já que a droga foi apreendida no estado do Mato Grosso. A cartografia digital possibilitou a representação de caminhos que nem chegaram a ser percorridos pela droga, mas foram mapeados para facilitar a compreensão do leitor, como ilustra o pequeno texto à esquerda do mapa 3, conjugado no futuro do pretérito: “Em Belo Horizonte a droga *seria* colocada dentro de transformadores elétricos que *seriam* embarcados no porto do Rio para os EUA”. Este exemplo evidencia a intensificação na frequência dos mapas jornalísticos, que passam a ser produzidos em um tempo reduzido, podendo ilustrar reportagens diferenciadas.

O mapa 8 não é um exemplo extremo de uso da tecnologia computacional na construção de mapas jornalísticos, uma vez que não traz cores emotivas ou esquemas gráficos complexos, práticas que irão se desenvolver muito ao longo dos anos 1990. No entanto, além da construção muito rápida da imagem para ilustrar uma reportagem tão específica, a aparência do mapa também evidencia os novos recursos disponibilizados aos artistas para a criação de imagens cartográficas.

O mapa é preto e branco, mas observamos a exploração da escala de tons de cinza, o que permite inclusive que o fundo do mapa apresente um degradê com diferentes tonalidades. A utilização do cinza para colorir a extensão territorial de alguns países permite também que apenas os territórios envolvidos na “trajetória da cocaína” sejam destacados em branco: Colômbia, Brasil e EUA. As etiquetas pretas destacadas são eloqüentes em apontar que o maior propósito do mapa é localizar as cidades citadas pelo traficante preso, motivo principal da publicação da reportagem.

Após a constatação de que as novas técnicas de produção e reprodução possibilitaram uma maior frequência dos mapas jornalísticos para ilustrar reportagens variadas sobre as drogas ilícitas, discutirei mais algumas exemplos representados em diferentes momentos da periodização aqui proposta. Tendo como fio condutor os exemplos de representação das etapas de produção e de comercialização das drogas ilícitas, buscarei, nas próximas páginas, explorar outros indicadores dos impactos da tecnologia computacional sobre os mapas jornalísticos brasileiros.

## **4.2 – Representando a Produção das Drogas Ilícitas: O Exemplo do**

### **Polígono da Maconha**

Ao longo da década de 1970, pouca atenção foi dada à produção de drogas ilícitas no território brasileiro. Embora a produção, principalmente de maconha, não fosse uma novidade no país, a imprensa nacional só passou a noticiar com mais frequência essa etapa do tráfico a partir de meados da década de 1980. Nesse momento houve uma intensificação tanto da produção de drogas ilícitas (para abastecer o crescente mercado interno), como da pressão exercida pelo discurso geopolítico norte-americano, que exportava sua “guerra às drogas” para os países produtores da América Latina. A combinação dos dois fatores estimulou a veiculação de mapas jornalísticos sobre a produção de drogas a partir da segunda metade da década.

Uma região do Brasil foi repetidamente mapeada ao longo de toda a periodização. Trata-se do médio Vale do Rio São Francisco, uma região entre os estados do Ceará, Bahia e Pernambuco, muitas vezes caracterizada na imprensa como o “polígono da maconha”. Observar como esse e outros espaços produtores de drogas orgânicas no território nacional foram representados nos mapas jornalísticos em diferentes momentos pode nos municiar de mais um exemplo relativo à evolução das técnicas de produção da cartografia jornalística brasileira e seus discursos mais frequentemente difundidos.

Segundo Bicalho (1995:294), a introdução do cultivo da maconha no vale do São Francisco “ocorreu em fins de 1970, durante uma seqüência de três anos de preços extremamente baixos para a cebola, o principal produto da região na época”. Ainda no final da década de 1970, a imprensa já noticiava a produção de maconha na região, localizando principalmente o município de Floresta, em Pernambuco, onde alguns produtores locais usaram financiamentos do Banco do Brasil para produzir maconha. Obviamente os recursos eram destinados à produção de outras culturas e esse acontecimento foi amplamente divulgado pela imprensa, ficando popularmente conhecido como o “Escândalo da Mandioca”<sup>7</sup>.

---

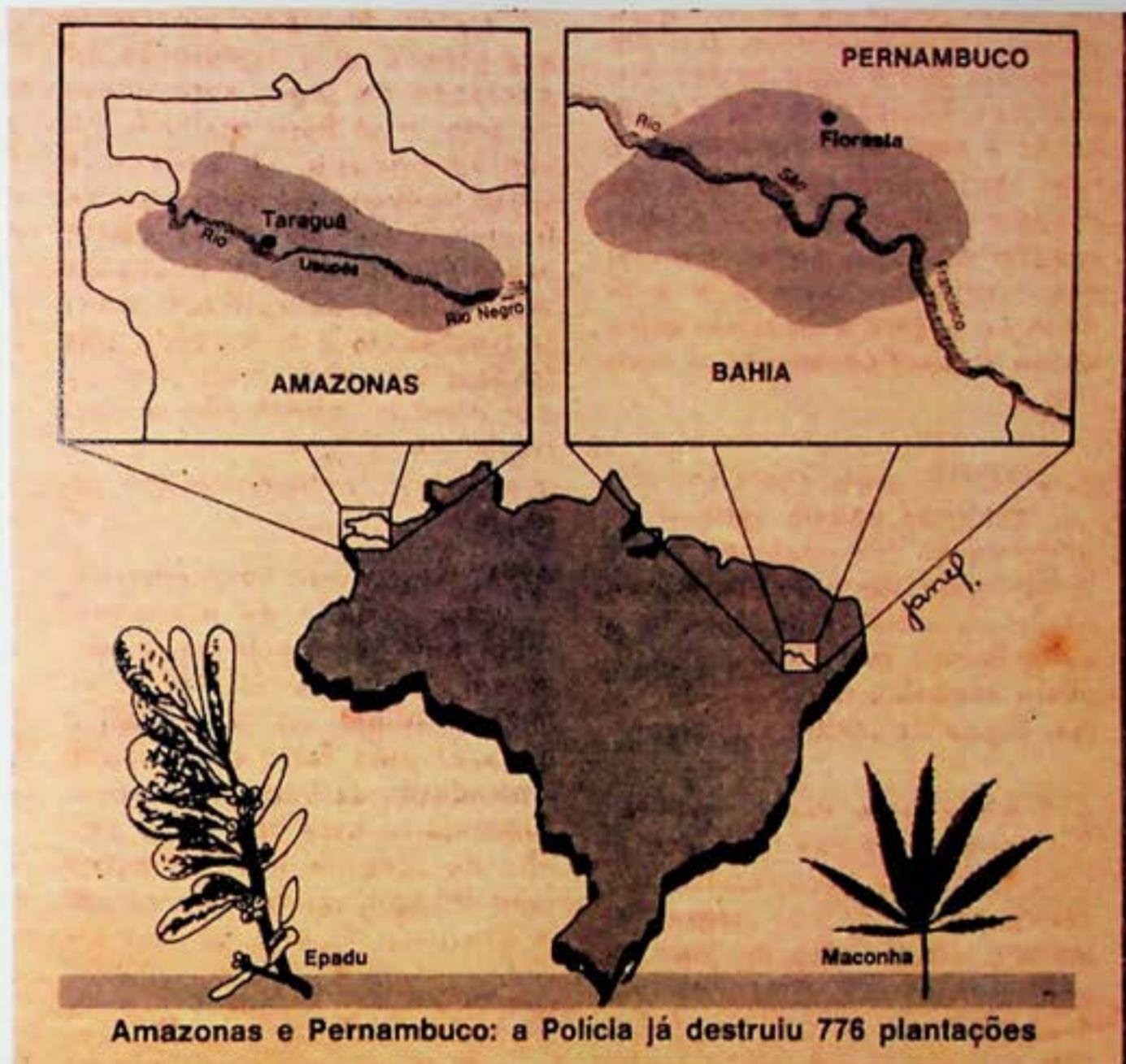
<sup>7</sup> Jornal “O Globo”, 26/6/1988.

Apesar das reportagens anteriores, a representação espacial da produção de drogas nos jornais se intensifica a partir da segunda metade dos anos 1980. Para Bicalho (1995), a grande expansão do cultivo ilegal de maconha no Vale do São Francisco “se dá com a conclusão da barragem de Itaparica e o decorrente processo de desapropriações ocorridos nos anos de 1986 e 1987”. A expulsão dos agricultores de suas terras irrigadas, a desvalorização dos produtos agrícolas locais e o crescente mercado interno consumidor de maconha são fatores que estimularam o grande crescimento na produção da droga na região, que ganhou, portanto, a atenção da imprensa.

Essas notícias se intensificaram a partir de 1988, quando a DEA, agência de combate às drogas do governo norte-americano, classificou o estado de Pernambuco como o “Líder Mundial na Produção” de maconha. Concentrando sua repressão nos países produtores, a DEA passou a atuar com escritórios em consulados americanos de diferentes cidades brasileiras (Filho e Vaz, 1997), cobrando um empenho do governo nacional para deter a produção de maconha no São Francisco. Os relatórios da agência também alertavam o Brasil para a introdução de uma nova espécie de coca, adaptada a baixas latitudes, que começava a ser produzida na região amazônica, o epadu. A baixa qualidade da cocaína produzida pelo epadu não estimulou a expansão de seu cultivo, que após um momento de notícias alarmistas não foi mais tão noticiado.

O mapa abaixo foi publicado pelo jornal “O Globo” em 1988. Ainda com técnicas manuais, localiza as duas regiões produtoras de drogas ilícitas no país que haviam sido reprimidas pela polícia federal brasileira em operações conjuntas com a DEA. Segundo o texto da reportagem, os agentes americanos participavam dessas operações “como observadores”.

Mapa 9: Produção de Drogas Ilícitas - 1988



Fonte: O Globo, 29/6/1988.

O propósito fundamental do mapa 9 é localizar as regiões produtoras de drogas ilícitas no território brasileiro. O pouco conhecimento cartográfico dos leitores, mesmo quando se trata do espaço nacional, fez da localização uma das funções mais frequentes dos mapas jornalísticos sobre o tema. Como um jornal de circulação nacional, que vende a maior parte de seus exemplares para os estados do sudeste do país, "O Globo" não poderia noticiar uma região produtora de drogas na fronteira amazônica (ou no sertão pernambucano) sem localizá-la no espaço. A combinação de escalas é uma prática

cartográfica que permite a localização de uma região no contexto nacional, facilitando a compreensão do leitor, que rapidamente espacializa a informação.

Observa-se que o mapa faz uso de técnicas manuais e apresenta características próprias da cartografia jornalística, sendo visualmente atraente. A assinatura do autor, “Janel”, indica que essa representação provavelmente é fruto de um trabalho individual e que não havia um departamento de arte estruturado no jornal até então. As técnicas manuais não o impedem de construir uma representação gráfica com sombreamentos, que localizam as áreas de produção, e símbolos pictóricos, que decoram o mapa com o desenho das plantas ilegais. No entanto, um mapa com essas características não era muito freqüente nos jornais, já que provavelmente o autor teve um tempo relativamente grande para produzi-lo.

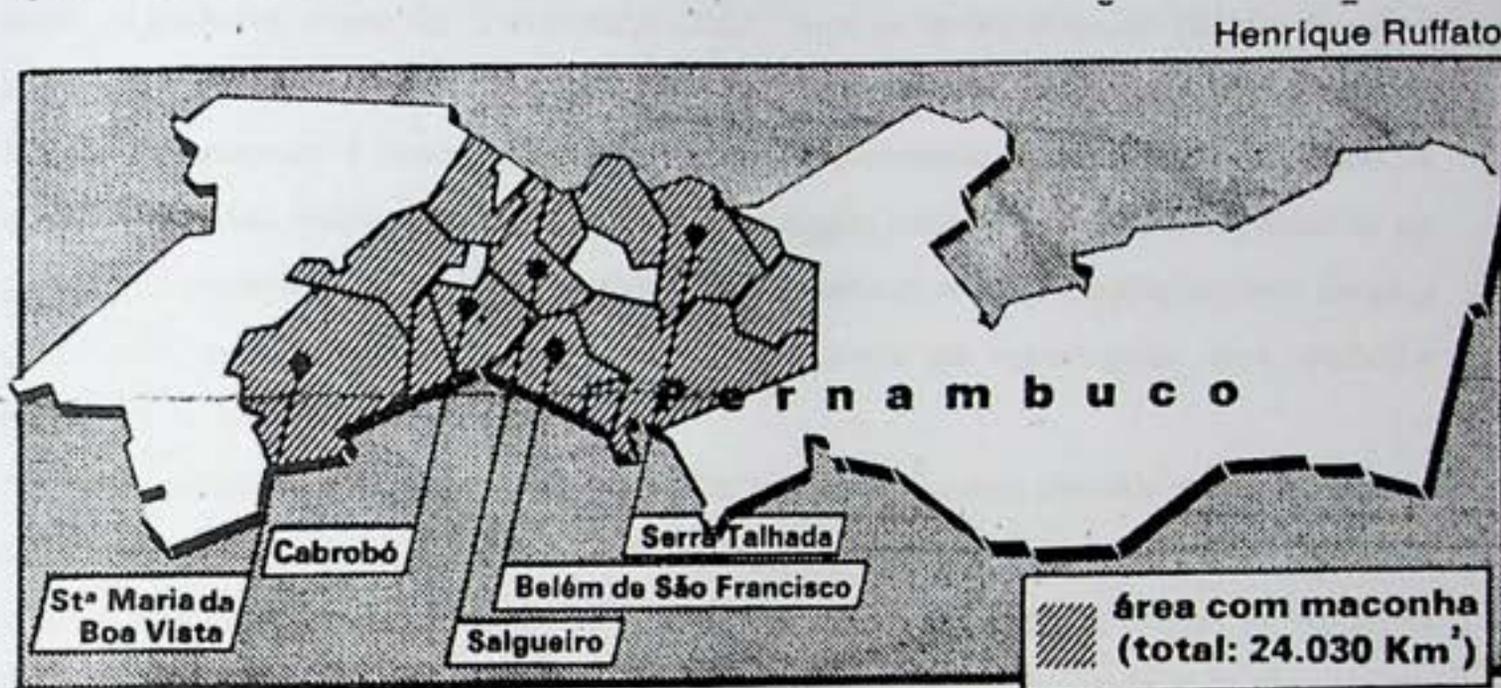
Os símbolos pictóricos estão dispostos de forma ordenada, associando-se aos espaços representados. Segundo Harley (1988:295), o uso dos símbolos pictóricos tende a estigmatizar certas poções territoriais, “fazendo a ligação do significado de emblemas particulares com o território representado”. A utilização desses símbolos pode levar a uma associação direta entre a produção de drogas ilícitas no território nacional e as regiões representadas. Observaremos que principalmente Pernambuco ficou estigmatizado como principal produtor de maconha do Brasil, criando uma imagem mental amplamente difundida que associa o estado à produção da droga. Tal associação é certamente reforçada por imagens gráficas que são veiculadas ainda hoje, embora a maior parte da droga atualmente consumida no Brasil seja proveniente do Paraguai.

O destaque que a produção de maconha em Pernambuco passa a receber depois de sua classificação como um dos maiores produtores mundiais garantiu que sua representação espacial fosse contínua ao longo de todo o restante da periodização definida. Volta e meia, após a divulgação de algum relatório internacional, ação da polícia federal ou ato de violência pelo controle das áreas de produção, o estado é novamente mapeado nos jornais, contribuindo para criar um consenso no imaginário nacional que o associa diretamente à produção de drogas ilegais.

O próximo exemplo foi publicado no “Jornal do Brasil” em janeiro de 1991 e levamos a perceber como a ênfase dada pela mídia à produção da maconha em Pernambuco não foi pontual. O espaço continuou sendo cartografado nos anos posteriores, tendo os mapas

assumido diferentes formas e utilizado técnicas variadas para cumprir propósitos muito semelhantes.

**Mapa 10:** Produção de Drogas Ilícitas – 1991



Fonte: Jornal do Brasil, 7/1/1991.

A escala de um mapa jornalístico é um elemento que pode nos informar sobre a percepção que os leitores têm do espaço representado. Após ter sido considerado como maior produtor mundial de maconha por uma instituição internacional em 1988, Pernambuco ganhou fama no cenário nacional. Com a seqüência de diversas reportagens sobre a temática ao longo dos anos, pode ter começado a ficar desnecessária a localização do estado de Pernambuco no território brasileiro, permitindo que o jornal publicasse um mapa como este, representando apenas esse estado, no intuito para localizar os municípios produtores.

O mapa 10 é preto e branco e bastante simples, apenas localizando os municípios produtores a partir do uso da legenda e das etiquetas, que nomeiam alguns municípios selecionados. Aparentemente o mapa já é feito com técnicas digitais, o que seria caracterizado pela forma retilínea do estado e dos municípios. No entanto, por se tratar de

um momento de plena transição das técnicas de mapeamento, a afirmativa de que o esse processo de construção foi completamente computadorizado seria precipitada.

A análise desse mapa pode nos informar que, no ano de 1991, o “Jornal do Brasil” ainda não tinha um departamento de arte estruturado e que o autor dos mapas publicados ainda os assinava, como fez “Henrique Ruffato”. Aqui se revela mais um indício de que o mapa foi feito com técnicas digitais, pois, ao contrário do ocorrido no mapa anterior, assinado claramente a caneta, o nome aqui foi provavelmente digitado em um teclado. A adoção de novas técnicas nem sempre torna os mapas mais atraentes. Principalmente no período de introdução da técnica computacional, quando os mapas, freqüentemente simples como este, passaram a acompanhar um número maior de reportagens, sem símbolos pictóricos ou práticas decorativas.

A simplicidade do mapa não quer dizer que ele não esteja inserido em um contexto discursivo que estimulou a publicação da reportagem. Segundo Romani (2003:41), é muito comum que os governos nacionais utilizem a presença da questão das drogas na imprensa para se auto-promoverem, como se estivessem atuando para controlá-la e já possuíssem informações para contê-la. Grande parte das reportagens sobre a produção de maconha no Brasil mostra a atuação da polícia na região produtora e dificilmente os impactos sociais e as causas da produção são discutidos ou relatados. Esse fato leva à percepção de como a imprensa pode atuar reforçando o paradigma jurídico-policial proibicionista, que domina na apreensão social do problema das drogas ilícitas (Roamni, 2003:36).

Apenas exaltando a ação repressora do Estado, os jornais podem reproduzir esse modelo explicativo, como fica evidente no título da reportagem que acompanhava o mapa 5: “Polícia sabe quem comanda as drogas”<sup>8</sup>. Representando a área de produção onde a Polícia estaria atuando, os mapas também fazem parte dessa narrativa que exalta a ação do Estado na repressão da produção de drogas ilícitas, contribuindo para a difusão de uma imagem que associa de, forma simplista, a produção de maconha e o estado de Pernambuco. Ao destacarem com muito mais constância a produção nesse espaço, desconsiderando outros pontos importantes de produção que abastecem o mercado interno

---

<sup>8</sup> Jornal do Brasil, 7/1/1991.

brasileiro, os mapas jornalísticos acabam estimulando repressões militarizadas do Estado, limitadas a espaços geográficos específicos.

Um último exemplo sobre a representação espacial da produção de maconha em Pernambuco pode mostrar como essa temática foi sendo representada de forma intensa ao longo dos anos. As já mencionadas técnicas digitais e a organização dos departamentos de arte só fizeram aumentar essa intensidade e adicionar cada vez mais informações diferenciadas às reportagens. Além de localizar os municípios produtores de maconha no estado de Pernambuco, o mapa 11, publicado no jornal "Folha de São Paulo" em julho de 1998, também faz uma distinção funcional das cidades, o que só foi possível a partir da utilização de cores.

Mapa 11. Produção de Drogas Ilícitas - 1998



Fonte: Folha de São Paulo, 19/7/1998.

Segundo Monmonier (1989), os avanços nos meios de impressão têm feito com que os gráficos coloridos sejam cada vez mais comuns nos jornais. A “adoção entusiasmada da impressora laser, microcomputadores e softwares gráficos simples” (p.237) teriam trazido a possibilidade de utilizar cores em vários mapas de um mesmo jornal, ampliando tanto a função informativa como a decorativa do mapa, que agora também passa a atuar no balanço das cores da página.

No caso do mapa 11, as cores possibilitaram o acréscimo de uma informação importante: a diferenciação dos municípios localizados em “Pólos produtores” e “Pólos de comercialização”, representados a partir de símbolos de ponto vermelhos e verdes, respectivamente. Mesmo que a reportagem não faça referência direta ao mapa, fica claro que existe um padrão espacial na classificação dos municípios, havendo uma concentração de locais produtores nas margens do rio São Francisco. Os locais de comercialização já estão mais afastados do rio, espalhando-se como pontos logísticos nas rotas que levam a droga até as capitais nordestinas. Essa informação, que requer um tempo maior de análise do mapa por parte do leitor, foi representada com a utilização de cores.

Os contornos do chamado “polígono da maconha” e do estado de Pernambuco também foram delimitados a partir de cores com tonalidades diferentes, destacando essas áreas do resto da região representada. O estado de Pernambuco também é localizado no território nacional através de um pequeno mapa do Brasil no canto direito, garantindo que o leitor localize a área representada. A adoção de novas técnicas trouxe uma tendência para agregar cada vez mais informação ao mapa, que agora pode ser espacializada e ornamentada para as páginas do jornal com muito mais rapidez.

Não há dúvidas de que o mapa 11 foi feito exclusivamente com técnicas digitais e a autoria do mapa, da “Editoria de Arte/Folha Imagem”, evidencia como o departamento de arte do jornal já contava com uma ampla equipe no ano de 1998. A representação do rio São Francisco é um exemplo de como a utilização de técnicas computacionais diminui muito a relação entre as habilidades do autor e a qualidade do mapa. O rio tem suas curvas representadas de forma bastante detalhada, mas possivelmente foi compilado de um outro mapa mais preciso utilizado nesta representação, sem que fosse necessário ao autor redesenhar essas curvas em um novo mapa.

Dez anos após a primeira reportagem aqui apresentada sobre a produção de drogas no país (mapa 9), os mapas jornalísticos continuavam representando o cultivo de maconha em Pernambuco. No entanto, novas informações foram se consolidando na discussão sobre essa questão e, dependendo da reportagem, os jornais não se limitaram apenas a exaltar as políticas repressoras do Estado na região.

Nessa matéria já foram apresentadas informações mais detalhadas, como o baixo número de delegados da polícia civil nos municípios e a alta rentabilidade do cultivo da maconha frente às outras opções de lavoura da região, o que fica claro nos dados expostos abaixo da legenda. A exposição desses dados ao lado da representação gráfica, cria um quadro que praticamente sintetiza todo o conteúdo da reportagem. Apenas pela leitura do quadro podemos identificar o tema, a localidade e as principais informações destacadas no texto. Dessa forma, a mesma questão referente à produção de maconha em uma porção específica do território nacional é representada com novas informações.

Observa-se, assim, como certas temáticas foram representadas de forma freqüente na imprensa nacional. Do final dos anos 1970 até a atualidade, a produção de drogas ilícitas no Vale do rio São Francisco de tempos em tempos vira notícia, estimulando a construção de mapas jornalísticos com práticas cartográficas diferenciadas. Esse fato reflete tanto a persistência do cultivo de maconha na região como a persistência da imprensa em associar essa produção especificamente a esse espaço, dando menos atenção para os outros locais de produção que abastecem o Brasil, como o Maranhão e o Paraguai.

Para estudar o desenvolvimento da cartografia jornalística brasileira a partir de diferentes mapas, que em momentos distintos representaram questões muito similares, não se pode desconsiderar que as drogas ilícitas constituem um fenômeno representado em diferentes escalas geográficas. Ao longo do presente capítulo, apresentei exemplos de mapas na escala continental, nacional e regional, muito freqüentes quando se representa a circulação e a produção de drogas ilícitas. Os últimos exemplos a serem apresentados são relacionados à etapa de comercialização, geralmente representada na escala local, tendo como foco o espaço urbano.

Na próxima seção procuro discutir como a representação dos pontos de venda de drogas ilícitas nas cidades brasileira, e particularmente no Rio de Janeiro, também foi uma preocupação constante dos jornais. Tal observação pode revelar mais alguns aspectos sobre

o desenvolvimento das imagens como meio de comunicação constante na imprensa escrita nacional.

### **4.3 – Representando a Comercialização das Drogas Ilícitas: O Exemplo dos Pontos de Venda na Cidade do Rio de Janeiro**

É fato conhecido que a incorporação de grandes cidades brasileiras como plataformas de exportação de cocaína, o que veio a caracterizar o Brasil como um país de “trânsito”, também estimulou rapidamente a expansão do mercado interno da droga, que passou a ser mais facilmente encontrada nas cidades brasileiras ainda na década de 1970.

Na realidade, o tráfico de cocaína e de maconha já existia em diferentes cidades, principalmente no Rio de Janeiro. Discutindo os impactos sócio-espaciais dessa atividade na cidade, Souza (2000) destaca que o tráfico, em si, está longe de ser um fenômeno recente. O autor utiliza uma crônica do escritor Benjamin Costallat chamada “No bairro da cocaína”, em que há a descrição da venda da substância no bairro da Lapa já na década de 1920<sup>9</sup>.

A preocupação em identificar os pontos de comercialização de drogas no espaço urbano também não é recente. Na crônica de Costallat essa preocupação já fica muito clara, pois o escritor fez questão de relatar como o tráfico de drogas já se difundia por toda a cidade, pois, embora “a zona de irradiação do vício” compreendesse a Lapa e a Glória, a geografia da cocaína no Rio de então era muito diversificada. Segundo o escritor, “Botafogo, Copacabana, Av. Atlântica, Santa Tereza, Leblon também tomam cocaína. Até Madureira já está contaminada.” (Costallat, 1995 apud Souza, 2000:50).

A preocupação de identificar essa “geografia do tráfico” no espaço urbano apareceu repetidamente na mídia através de crônicas e reportagens. No entanto, como ocorreu com o exemplo da produção de drogas no território nacional, essas notícias foram intensificadas no final da década de 1970, quando a quantidade de pontos de venda e o volume comercializado cresceram de maneira exorbitante, chamando a atenção da imprensa para o problema.

---

<sup>9</sup> Neste momento se comercializava ainda o cloridrato de cocaína, fabricado pela indústria farmacêutica alemã Mecrck para fisterapeuticos (Souza, 2002:443).

Além da mudança quantitativa, a popularização da cocaína a partir de 1970 também representou uma mudança qualitativa no tráfico de drogas do Rio de Janeiro. A cocaína substituiu a maconha como principal produto comercializado, aumentando os lucros e possibilitando uma maior estruturação do tráfico de drogas, que com um crescente poderio bélico intensifica a violência pelo controle dos pontos de comercialização. Segundo Souza (2002), a virada da década de 1970 para a de 1980 constitui um divisor de águas nas características da comercialização de drogas ilícitas nas cidades brasileiras (e principalmente no Rio de Janeiro).

É nesse momento que o tráfico de drogas na cidade trocará o binômio “maconha-38”, uma droga leve e barata associada a um armamento de pouca potência, pelo binômio “cocaína-AR-15”, uma droga mais pesada que tem sua comercialização articulada a um armamento muito poderoso, cujo símbolo seria esse poderoso fuzil<sup>10</sup> (Souza, 2002:444). A transição aponta para a sistematização da comercialização e do consumo da cocaína no Rio de Janeiro, processo descrito e representado pela imprensa desde a segunda metade da década de 1970.

Segundo Misse (2003:149), “não foi a demanda, mas a enorme oferta e a redução dos preços a varejo, a principal responsável pela crescente substituição da maconha pela cocaína no varejo das áreas de baixa renda da cidade, a partir da década de 1970”. A incorporação definitiva do Brasil às rotas internacionais de tráfico barateou o preço da cocaína, agora acessível para uma maior parcela da população. Os jornais de certa forma acompanharam todo o processo de estruturação do tráfico de cocaína na cidade do Rio de Janeiro e seus mapas podem ilustrar os diferentes momentos e concepções sociais que se constroem em torno dessa evolução.

A própria relação entre o processo de incorporação das cidades brasileiras como plataformas de exportação de cocaína e o aumento do mercado interno era recorrente nos jornais brasileiros no final dos anos 1970, que alertavam os leitores para a popularização de uma nova droga ao longo da década. Isso fica claro no trecho de uma reportagem publicada no jornal “O Estado de São Paulo” em 1977, na qual o repórter afirmava:

---

<sup>10</sup> Souza atribuiu estas expressões a um líder do morro da Mangueira entrevistado pelo autor em 1994.

“A presença de enormes quantidades da droga no Rio e em São Paulo, inicialmente apenas “em trânsito”, acabou tendo como consequência uma maior difusão do seu uso entre nós. Logo depois do Carnaval de 1972, a maconha rareou. Quem a procurava, ficava sabendo que a erva estava em falta, mas que havia ‘Cristina’ ou o ‘pó’, para ‘cafungar’ (cocaína para aspirar), o que era melhor que a ‘coisa’ (maconha)”.

O alastramento da comercialização de cocaína nas cidades brasileiras chamou por demais a atenção da mídia, que passou a produzir mapas que localizavam os pontos de venda no espaço urbano. Por mais que esse comércio já existisse anteriormente, ele se estrutura de forma inédita no final dos anos 1970, causando impactos sociais que serão constantemente relatados nos jornais. Partindo dos exemplos apresentados neste capítulo, observamos como a temática das drogas tem impacto variado. Devido a sua articulação de diferentes escalas de ação, os jornais foram obrigados a representá-la tendo como referência bases cartográficas com escalas muito diferenciadas.

O mapa 12, abaixo, foi publicado no Estado de SP em 1978 e procurava localizar os pontos de venda de cocaína na cidade do Rio de Janeiro. Como no exemplo da produção de drogas ilícitas, a comercialização também estimulou a construção de mapas que tinham primordialmente o intuito de localização, construindo uma representação espacial estática.



Utilizando setas e incorporando pequenos textos, o mapa 12 localizou os pontos de comercialização de cocaína na cidade, acrescentando informações sobre cada local indicado. Como ocorreu em alguns exemplos anteriores, a escala aqui empregada pode nos informar um pouco sobre a percepção que os leitores e os jornalistas tinham do problema representado. O mapa está na escala local e representa apenas a zona sul do Rio de Janeiro, que na década de 1970 ainda era considerada o espaço por excelência para a comercialização e o consumo de cocaína na cidade.

Dos 14 pontos de comercialização indicados no mapa, apenas 5 estão localizados em espaços de baixa renda, favelas e conjuntos habitacionais, que ainda não eram percebidos como os locais principais para a comercialização da droga. As manchetes das reportagens no final da década de 1970, como “Vender cocaína, negócio de gente importante”<sup>11</sup>, parecem indicar que não havia uma imagem mental consolidada relacionando o tráfico de drogas, principalmente de cocaína, aos espaços marginalizados da cidade.

Esse é um fato curioso, considerando que os espaços de habitação dos grupos sociais de baixa renda, chamados de “favela” no Rio de Janeiro desde o começo do século XX (Abreu, 1994), foram freqüentemente associados pela imprensa aos problemas da cidade. Efetivamente, ainda no início do século XX, a “associação do termo ‘favela’ às imagens de ‘perigo’, de ‘crime’ e de ‘descontrole’ generalizou-se pela imprensa” (Abreu, 1994:39). Essas imagens mentais foram progressivamente incluindo o tráfico de drogas, associando sua comercialização e consumo a esses espaços específicos.

No entanto, o mapa 12 evidencia que no final da década de 1970 essa associação ainda era limitada a maconha, pois os jornais brasileiros faziam questão de diferenciar as classes sociais envolvidas no tráfico de cocaína, afirmando que “os envolvidos não seriam os tradicionais ‘pés inchados’ – gente humilde – que gravitam em torno dos tóxicos, mas pessoas de ‘status’ social elevado”. De fato, na década de 1960 já era comum que os jornais caracterizassem as favelas como “aglomerados de marginais, vivendo do tráfico de maconha”<sup>12</sup> (retirado de Silva, 2000), mas associação destes espaços com o tráfico de cocaína foi um processo que só se desencadeou na década seguinte.

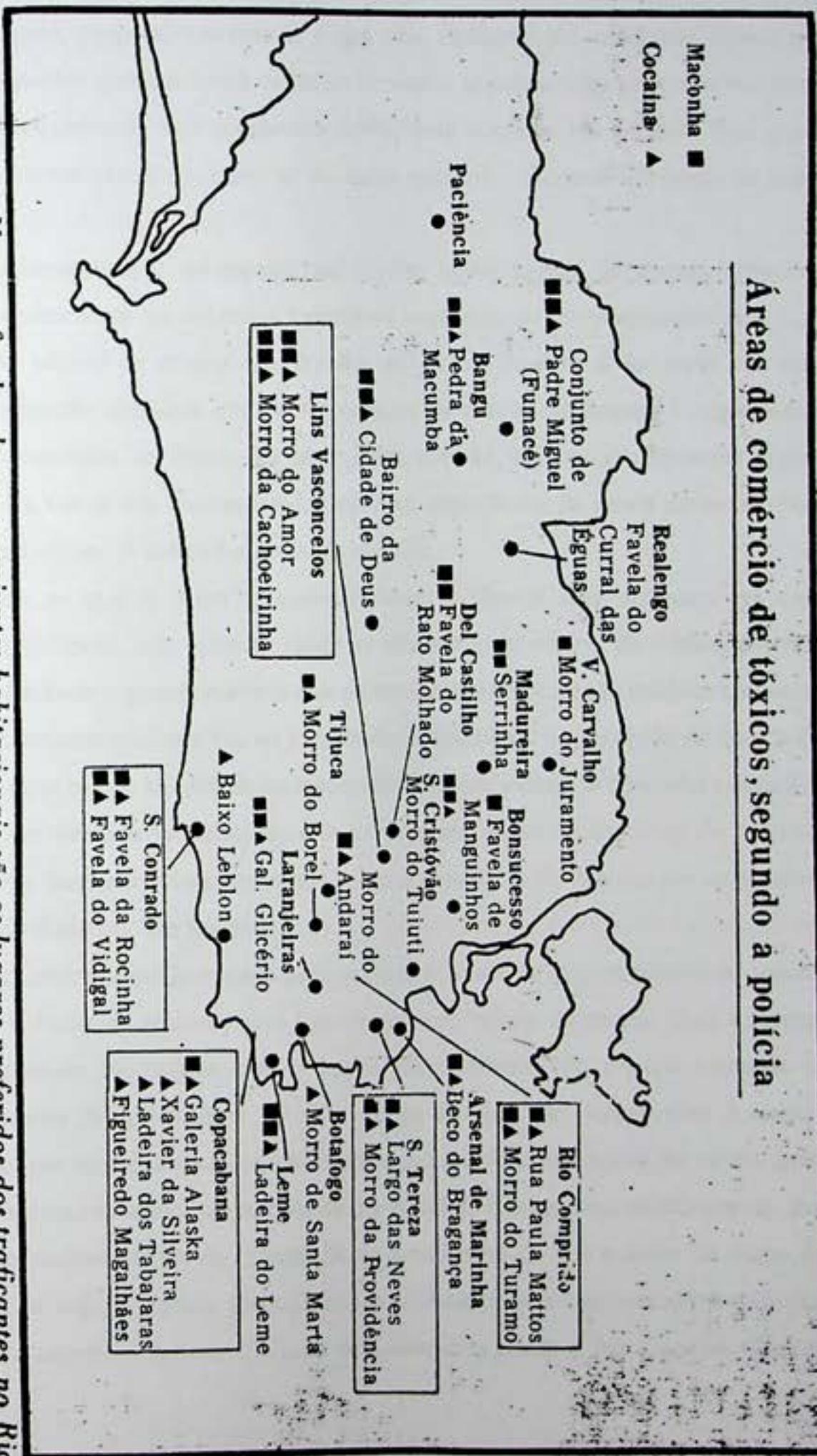
<sup>11</sup> O Estado de São Paulo, 3/7/1977.

<sup>12</sup> Jornal do Brasil, 12/6/1968.

A imagem da cocaína como “o caviar das drogas”, comercializada e consumida pelos grupos mais abastados da sociedade, foi sendo progressivamente destruída ao longo dos anos 1980. A incorporação cada vez mais intensa do Brasil às rotas internacionais de tráfico, associada à redução do consumo da cocaína na Europa e nos EUA, tornavam a droga cada vez mais barata na cidade do Rio de Janeiro, intensificando a participação das favelas tanto na sua comercialização quanto no seu consumo. Ainda que permanecessem sendo amplamente comercializadas e consumidas por diferentes grupos sociais em diferentes pontos da cidade, ao longo dos anos 1980 as drogas foram se associando à palavra “favela” e os mapas jornalísticos passaram a contribuir para a difusão de uma nova imagem mental relacionada ao comércio de drogas ilícitas no espaço urbano.

Publicado no “Jornal do Brasil” em 1983, o mapa abaixo, distante apenas 5 anos do analisado anteriormente, identificou os pontos de comercialização tanto de maconha como de cocaína em toda a cidade do Rio de Janeiro. Ainda sem um departamento de arte estruturado e sem a utilização de técnicas avançadas de produção, o mapa 13 localiza com extrema simplificação as “áreas de comércio de tóxicos, segundo a polícia”.

### Áreas de comércio de tóxicos, segundo a polícia



Morros, favelas, bares e conjuntos habitacionais são os lugares preferidos dos traficantes no Rio

Fonte: Jornal do Brasil, 9/10/1983

Representando a cidade do Rio de Janeiro de forma muito simplificada, o mapa 13 utiliza dois símbolos muito comuns para identificar os locais de comércio de maconha e de cocaína: o quadrado e o triângulo, respectivamente. O mapa não alcançou um resultado visual muito satisfatório, pois os pontos que localizam os locais de venda se confundem com os símbolos que representam as drogas, criando uma representação bastante confusa. No entanto, suas práticas cartográficas permanecem muito similares as do mapa anterior, utilizando símbolos de ponto e pequenas etiquetas.

A crescente incorporação do espaço das favelas como pontos de comercialização de drogas ilícitas foi representada na imprensa a partir de uma série de mapas jornalísticos. Com o desenvolvimento do tráfico de drogas nas favelas, os jornais passam a dar cada vez menos atenção à comercialização realizada em outros espaços da cidade. O mapa 13 representa um momento ainda de transição, no início dos anos 1980, quando, embora já represente a grande maioria dos pontos de venda nas favelas, ainda destaca a importância da venda em outros locais, como Copacabana e Leblon, já indicados no mapa anterior.

A reportagem na qual o mapa se insere também evidencia esse momento em que as favelas ganham importância, mas quando ainda se discute a existência do tráfico em outros espaços da cidade. Embora a grande maioria dos pontos de comercialização estejam situados em favelas e não se concentrem na Zona Sul, os jornais ainda difundiam a concepção de que “a Zona Sul é a área do Rio com maior incidência de entorpecentes e onde mais se consome cocaína com regularidade”. Mesmo focando seu discurso e sua representação no crescimento do tráfico nas favelas, a reportagem ilustrada pelo mapa ainda relata a existência de “pontos em apartamentos de luxo e de gente de dinheiro” em Ipanema.

Uma questão interessante levantada pela matéria é o fato de que os pontos de venda da Zona Sul são mais difíceis de mapear, uma vez que podem “variar de acordo com a repressão policial”. Assim, nota-se na prática que o pouco conhecimento do espaço estimula uma representação altamente simplificadora. O fato de as favelas não terem ruas e esquinas conhecidas faz com que os jornais não se incomodem em localizar um ponto de venda como a “Cidade de Deus”, mesmo sabendo que se trata de um conjunto habitacional muito grande, maior em extensão do que muitos bairros da cidade. Já em localidades de que o autor do mapa tinha mais conhecimento, ou seja, a “cidade formal”, há uma cobrança maior no sentido de informar a localização exata do comércio (como é o caso de Laranjeiras, onde a rua General Glicério é

especificada, e Copacabana, onde galerias e ruas são associadas ao tráfico de drogas).

O contexto de produção desse mapa se assemelha muito a alguns exemplos dados em relação a produção de maconha em Pernambuco, pois aqui também o Estado se utiliza da presença das drogas na imprensa para difundir uma idéia de eficiência pública. O título da reportagem ilustrada pelo mapa 13 indica como a matéria tem o propósito de exaltar a ação repressora do Estado: "Polícia faz mapa dos 70 maiores pontos de droga". O acompanhamento das políticas repressoras do Estado através da polícia possivelmente foi o maior estímulo para a produção de mapas sobre a comercialização de drogas ilícitas nos jornais brasileiros.

Esse foco das ações policiais foi se voltando cada vez mais para as favelas, intensificando a relação entre elas e o tráfico de drogas. Mesmo que as drogas ainda fossem vendidas em outros pontos da cidade, a comercialização de cocaína foi progressiva e exclusivamente se associando às favelas, tornando cada vez mais raras as representações espaciais que localizem os pontos de venda em outros locais da cidade. Os títulos das reportagens ao fim dos anos 1980 revelam como a preocupação com o tráfico de drogas nas favelas foi tomando conta da imprensa, que noticiava: "Poder político do tóxico avança sobre favelas"<sup>13</sup>.

Ao longo da década que se seguiu e no início do século XXI, a relação entre a comercialização de cocaína e as favelas foi definitivamente articulada à violência urbana. Matérias jornalísticas sobre drogas que não tratem de violência e criminalidade já são incrivelmente escassas. Deve-se considerar que essa tendência está vinculada ao modelo explicativo, que insiste em criminalizar as drogas ilícitas e combatê-las enquanto questão militar. Como afirmou o espanhol Perez Oliva (1987 apud Romani, 2003), "na maioria das vezes, a palavra droga aparece, nas manchetes, associada às palavras briga, assalto, tiroteio e morte", e isso ocorre em grande parte da imprensa mundial.

Se na imprensa internacional a associação entre drogas e violência urbana já é uma constante, no caso do Rio de Janeiro, que pode ser considerado um "laboratório privilegiado" (Souza, 2002:498) para se estudar os impactos do tráfico de drogas, ela aparece de forma muito mais constante. A formação de facções criminosas - que já vinham se organizando desde o final da década de 1970 -, também foi um fato muito mistificado pela mídia e teve influência decisiva nessa co-relação entre o tráfico varejista e as favelas da cidade.

A "Falange Vermelha", seguida do "Comando Vermelho", do "Terceiro Comando" e dos

---

<sup>13</sup> O Globo, 6/4/1987



A introdução de novas técnicas de produção e reprodução das imagens teve como uma de suas conseqüências o estímulo ao mapeamento atual das drogas ilícitas nos jornais brasileiros, que contam comumente com a utilização de cores e de um amplo sistema de símbolos e projeções para representar espacialmente a questão. O mapa 14 representa o domínio das diferentes facções de tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro, diferenciando-as por bandeiras coloridas que se espalham por toda a cidade, representada a partir de uma projeção em perspectiva.

Os mapas em perspectiva, embora representem a aplicação de técnicas já conhecidas há bastante tempo, foram utilizados de forma peculiar na cartografia jornalística. Principalmente na segunda guerra mundial, a cartografia jornalística norte-americana fez um uso constante dessa projeção, que se popularizou representando as estratégias de guerra. Alguns autores chegaram até a considerar essa época como a “idade do ar”, tamanha era a quantidade dos mapas em perspectiva publicados em jornais e revistas americanos - como a *Fortune* por exemplo, onde o cartógrafo Harrison trabalhou durante anos popularizando a projeção em perspectiva (Ristow, 1957).

A representação em perspectiva do mapa 14, feita pelo departamento de arte do “Jornal do Brasil”, é extremamente simplificada e pouco criteriosa quanto às formas dos maciços da cidade. No entanto, preocupa-se em identificar certos pontos de referência para o leitor, através da utilização de símbolos pictóricos de ícones da cidade (como o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar e o Maracanã). A seleção dessa projeção e o contexto de construção da imagem podem nos revelar um pouco sobre as relações entre a forma do mapa e as imagens mentais existentes sobre o problema representado.

O grande destaque dado ao relevo da cidade é condizente com o propósito de localizar o tráfico de drogas e identificar as facções criminosas nas favelas. Como grande parte das favelas da cidade estão situadas em locais de relevo acidentado e existe uma imagem mental na sociedade carioca que associa o “morro” a “favela” (palavras não raramente utilizadas como sinônimos), a representação do relevo não é surpreendente em um mapa que associa a “geografia do tráfico” a esses pontos específicos de comercialização varejista.

Discutindo justamente as relações entre o “design” do mapa e os propósitos do seu autor, Wood e Felds (1986 apud Harley, 1996:437) afirmam que o discurso do cartógrafo procura sempre apropriar para o mapa o “estilo mais vantajoso para o mito que pretende propagar”. A

representação em perspectiva, enfatizando o relevo da cidade, pode ser vantajosa para propagar o mito que vem associando de forma reducionista as favelas a todo o tráfico de drogas ilícitas existente na cidade do Rio de Janeiro.

A representação da “Geografia do Tráfico” como um fenômeno associado exclusivamente às favelas pode ser caracterizada como uma representação seletiva do fenômeno na cidade, pois omite certas informações enquanto destaca outras, evocando novamente a noção de “silêncio” cunhada por J. B. Harley (1988). No discurso da imprensa, a favela aparece como um território fechado, controlado por um “estado paralelo”, mas se sabe que o tráfico opera na totalidade da cidade e integra grupos sociais diferenciados (Souza, 2000). Mesmo constituindo um conjunto de pontos cada vez mais importantes para a logística do tráfico na cidade, as favelas são apenas um componente deste fenômeno.

Observa-se claramente no mapa 14 que a Zona Sul, e principalmente Ipanema e Copacabana, praticamente não participam da comercialização de drogas ilícitas na cidade, exceto pelas favelas situadas nos morros que dividem os bairros. Contrastando com o mapa 12, publicado em 1977, que situava o tráfico de drogas da cidade exclusivamente na Zona Sul e principalmente em ruas e bares, a grande maioria dos pontos de comercialização localizados no mapa 14 está situada na Zona Norte e não há nenhum ponto de venda representado fora das favelas.

Essa nova seletividade aplicada à representação da comercialização das drogas ilícitas no espaço urbano deve ser entendida como um reflexo tanto da evolução do tráfico de drogas nas favelas como da difusão de um novo modelo explicativo para o tráfico na cidade, que associa sua comercialização unicamente à atuação das facções criminosas nas favelas. Desconsidera, assim, a existência de outros pontos de comercialização. Como o maior mercado consumidor de drogas permanece situado na Zona Sul da cidade, pode-se imaginar que existam muitos pontos de venda de drogas nessa região, tanto nas favelas como em bares e ruas, que não foram representados no mapa.

A exacerbação do poder das quadrilhas de tráfico na mídia é uma prática que já foi muito criticada por diferentes autores. Enquanto o jornal “Folha de São Paulo” chegou a afirmar que 70% do tráfico de drogas na cidade estariam sendo controlados pelo Comando Vermelho<sup>14</sup>, alguns autores como Misse (2003) defendem que as facções atualmente constituem apenas uma

<sup>14</sup> Reportagem publicada em 28/7/1994 e citada em Souza 2000: 428.

“identidade difusa de proteção preventiva”. Ou seja, as facções seriam “redes bastante instáveis” (Souza, 2000:429) que não controlam o tráfico de drogas sem o auxílio de atores externos, que atuam e transitam por diferentes espaços da cidade. Souza (2002:441) encerra esse debate citando a juíza Denise Frossard em entrevista ao *Jornal do Brasil* (10/7/94), na qual afirmou que “o denominado Comando Vermelho é o braço mais pobre e menos esclarecido do crime verdadeiramente organizado”. Segundo o autor, “ao se exagerar o poder e o alcance dos traficantes de favela, desvia-se a atenção da opinião pública daqueles atores que, igualmente envolvidos com o tráfico, passam despercebidos e permanecem incólumes” (Souza 2000:430).

A imagem gráfica de um simples mapa jornalístico pode assim difundir imagens mentais que revelam muito sobre a percepção que a sociedade tem do fenômeno representado. A crescente associação do tráfico às favelas estimulou o tratamento das drogas como um problema exclusivamente policial, pertencente à esfera da segurança pública da cidade. Como já foi discutido anteriormente, a militarização do combate às drogas e sua percepção como um problema de segurança pública foram os fundamentos da “guerra às drogas” declarada pelo governo norte-americano desde meados da década de 1970, que difundiu o modelo explicativo geopolítico e o combate militar às drogas ilícitas.

A associação exclusiva entre drogas e favela pode ser considerada como uma adaptação local desse modelo explicativo que circula internacionalmente, estimulando políticas repressivas limitadas a certos espaços da cidade. Associando todo o tráfico de drogas internacional a um país, uma região, uma cidade ou uma porção específica do espaço urbano, os jornais brasileiros freqüentemente apenas reproduziram ou adaptaram o discurso geopolítico norte-americano, estimulando uma repressão militarizada a certos protagonistas e seus respectivos espaços geográficos.

A partir da representação de três etapas específicas do tráfico, esse capítulo procurou exemplificar a evolução da temática das drogas ilícitas nos jornais brasileiros. Em meados da década de 1970 as drogas ainda eram mapeadas com técnicas manuais e constituíam uma temática de pouca recorrência na imprensa nacional. Especialmente na virada da década de 1980 para a de 1990, as drogas ilícitas passaram a ser constantemente representadas pela imprensa, fato estimulado tanto pela adoção da tecnologia digital como pela consolidação de um modelo explicativo que militarizou e internacionalizou o combate às drogas ilícitas, intensificando a presença da temática na mídia.

O capítulo a seguir tem o objetivo de discutir mais especificamente essas relações entre as técnicas de produção dos mapas e suas funções na comunicação de informações sobre a geografia das drogas ilícitas. Mais freqüentes, atraentes e informativos, os mapas jornalísticos vêm intensificando sua participação na difusão de modelos explicativos sobre a temática estudada.

## **5 – Os Mapas Jornalísticos e suas Funções na Comunicação de Informações sobre as Drogas Ilícitas**

Os exemplos analisados do capítulo anterior apontaram como as drogas constituem temática de destaque crescente nos jornais brasileiros, mapeada com técnicas de produção e reprodução diferenciadas ao longo da periodização proposta. Observou-se também como os mapas jornalísticos podem auxiliar na propagação de certos discursos sobre as drogas ilícitas, associando sua produção e comercialização a espaços geográficos específicos. Entretanto, ao discutir a evolução da temática nos jornais brasileiros através da representação de etapas e espaços determinados, não foi possível considerar profundamente o impacto que a evolução tecnológica pode estar causando na quantidade e na qualidade da informação presente nos mapas jornalísticos.

É a partir de uma análise comparativa entre os mapas e os textos das reportagens que pretendo discutir as diferentes funções da cartografia na comunicação de informações. A comparação entre o conteúdo escrito e aquele representado de forma gráfica pode revelar que os mapas tendem a conter cada vez mais informação, participando de forma mais intensa da difusão de modelos explicativos sobre as drogas ilícitas. Mesmo que a diferenciação das funções dos mapas nos jornais seja ainda pouco explorada, a questão já foi discutida por alguns autores (Monmonier, 1989, Gilmartin, 1985, Green, 1999) que, de forma mais ou menos sistemática, escreveram sobre os papéis que a cartografia pode desempenhar na comunicação de informações jornalísticas.

O objetivo desse capítulo é trazer ao debate algumas funções desempenhadas pela cartografia na imprensa, considerando como o acréscimo quantitativo de informações pode intensificar a participação dos mapas na divulgação de modelos explicativos sobre as drogas ilícitas. A primeira seção trata sucintamente da contribuição de alguns autores que constataram diferentes propósitos na veiculação de mapas jornalísticos. Decorando as páginas dos jornais, localizando espaços específicos, adicionando informações às reportagens ou sintetizando o conteúdo de um evento, os mapas já tiveram seus propósitos classificados de várias formas. As três seções seguintes exemplificam as funções e propósitos que considere mais pertinentes para discutir os papéis desempenhados pela cartografia na comunicação de informações sobre as drogas ilícitas.

## 5.1 – As Funções Diferenciadas da Cartografia na Imprensa

Muitos autores que trabalharam com a cartografia jornalística observaram que os mapas desempenham funções diferenciadas nas reportagens. Localizando, explicando e chamando a atenção, os mapas jornalísticos já tiveram seus propósitos classificados de diferentes maneiras. Existe um consenso de que o propósito mais comum da cartografia jornalística é a simples localização dos espaços citados na notícia (Ristow, 1957, Gilmartin 1985, Monmonier, 1989), mas as definições de outras funções para os mapas nas reportagens foram raramente sistematizadas.

Em seu artigo pioneiro sobre cartografia jornalística, Ristow (1957) já distinguia os mapas que suplementavam as notícias com alguma informação daqueles que apresentavam uma função exclusivamente decorativa, cujo objetivo era essencialmente o de captar a atenção do leitor para a reportagem<sup>1</sup>. Mais recentemente, autores como Monmonier (1989) e Gilmartin (1985) também destacaram o propósito dual da cartografia jornalística, que pretende tanto informar os leitores como atrair sua atenção para a notícia.

Mesmo quando apresentam a intenção de passar informações para os leitores, os mapas jornalísticos ainda podem ser diferenciados quanto a suas funções na reportagem, considerando que essas informações podem apenas localizar o evento ou contribuir para o esclarecimento do mesmo. Segundo Gilmartin (1985), os mapas jornalísticos podem tanto localizar um espaço citado na reportagem como também participar de forma mais explicativa na comunicação das informações, pois existem reportagens em que os fatores espaciais são parte integrante do evento noticiado. Nesses casos, os mapas freqüentemente não são apenas requisitados para informar o leitor *onde* ocorreu o evento, mas também *o que* ocorreu e *como* ocorreu, colocando-se como elemento mais ativo no processo de comunicação da informação.

Ao intensificar a freqüência de mapas jornalísticos na imprensa, as novas técnicas de produção e reprodução das imagens potencializaram todas as suas funções nas reportagens. De formas diferenciadas, todos os papéis desempenhados pela cartografia na imprensa foram potencializados pela introdução das técnicas digitais. A partir da utilização

---

<sup>1</sup>Essa função foi identificada por muitos autores, como Ristow (1957), Monmonier (1989) e Green (1999) e é comum que se utilize a expressão "eye-catching" para caracterizar esses mapas cuja principal função seria atrair os olhos dos leitores para a reportagem.

de bases padronizadas, cores emotivas e um amplo sistema de simbolização, os mapas intensificam sua participação na comunicação das informações. De fato, a drástica queda no tempo necessário para se produzir mapas informativos e decorativos tem alterado profundamente a aparência dos mapas jornalísticos.

Monmonier (1989) é categórico em afirmar que as mudanças tecnológicas têm o potencial de alterar as funções e as aparências dos mapas jornalísticos. O autor ilustra essa afirmação a partir de diversas mudanças tecnológicas na história da cartografia, levando em conta a evolução das técnicas de impressão que alteraram o uso dos mapas nos jornais. A gravação com blocos de madeira, por exemplo, “refletia os cortes retos do artista e a incapacidade de se utilizar linhas finas e símbolos de área com textura” (p.235). Já o processo de gravação fotográfica permitiu a “reprodução de mapas desenhados com tintas sobre um papel branco”, transformando a atuação da cartografia nas reportagens, pois agora os mapas jornalísticos poderiam comunicar informações ao leitor através de linhas finas, tonalidades diferenciadas e símbolos de área.

As novas técnicas de produção e de reprodução dos mapas nos jornais certamente também estão alterando a aparência e as funções da cartografia na imprensa. Segundo Monmonier (1989), a tecnologia moderna de impressão criou um lugar mais importante para o mapa nas reportagens e análises jornalísticas. Utilizando um amplo sistema de simbolização e se integrando a esquemas gráficos complexos, que incluem o uso de fotografias coloridas e pequenos textos, os mapas estão mais presentes na comunicação das informações. No entanto, o autor também destaca o fato de que todo meio gráfico tanto liberta como limita o artista, uma vez que a seleção de símbolos e projeções é progressivamente limitada pelos padrões do jornal, o que explicaria a recorrência de alguns “clichês gráficos” na imprensa (Monmonier, 1989:236).

O impacto das novas tecnologias de produção e reprodução dos mapas jornalísticos sobre suas funções na reportagem ainda se configura muito pouco explorado enquanto temática. A própria sistematização das funções que os mapas podem desempenhar nas reportagens é bastante rara, pois a constatação dessas diferentes funções geralmente aparece em meio à discussão de outras questões sobre a cartografia jornalística, não sendo uma preocupação central da maioria dos autores que escreveram sobre o assunto.

Nesse sentido, Green (1999) pode ser considerado uma exceção, pois dedicou uma seção inteira de seu artigo à elucidação dos propósitos dos mapas jornalísticos. O autor definiu seis propósitos, segundo os quais os mapas poderiam combinar diferentemente suas intenções de localizar, suplementar, resumir e decorar as reportagens. Foi com base na classificação de Green (1999) e nas colocações dos demais autores que busquei criar uma tipologia específica para discutir as funções que os mapas jornalísticos podem desempenhar na comunicação de informações sobre a geografia das drogas ilícitas.

Ao adaptar a classificação de Green (1999) para o universo documental do presente trabalho, acabei re-agrupando sua tipologia em apenas três categorias. Alguns propósitos da cartografia jornalística definidos pelo autor se sobrepunham e outros não foram encontrados predominando em nenhum mapa analisado. Acredito que as três funções aqui consideradas tenham seus propósitos claramente definidos, sendo suficientes para aprofundar a discussão sobre a evolução tecnológica da cartografia e as representações mais freqüentes das drogas ilícitas na imprensa.

Considero, portanto, três funções que os mapas podem desempenhar nas reportagens: localizar um espaço citado, adicionar informação ao texto e sintetizar todo o evento noticiado. É relevante salientar que a tipologia aqui definida não exclui a possibilidade de que um mapa acumule todas as funções observadas. Os propósitos do mapeamento não são excludentes, pois é comum que um mapa que adiciona informação à reportagem, por exemplo, também localize os espaços citados no texto, se inserindo de forma mais complexa no processo comunicativo. Entretanto, os mapas jornalísticos constantemente apresentam uma função predominante, o que facilita a compreensão dos diferentes papéis que essas imagens podem desempenhar na comunicação de informações geográficas.

A função de decorar as páginas dos jornais, atraindo a atenção dos leitores, é muito importante e não pode ser desconsiderada. Porém, não encontrei nenhum exemplo de mapa jornalístico em que se pudesse caracterizar um predomínio da função decorativa. A partir do material levantado na pesquisa documental, considerei que nenhum mapa exercia exclusivamente essa função nas reportagens, o que justifica a ausência de uma análise individualizada da mesma. O predomínio da função decorativa se dá constantemente nos

mapas de propaganda; já a cartografia jornalística vem incorporando informações no intuito de se tornar mais relevante para a compreensão das notícias.

Segundo Monmonier (1989:140), a contratação de editores gráficos incrementou a comunicação entre artistas e escritores, o que tornou a informação gráfica mais relevante para a compreensão do texto da reportagem. Embora esteja sempre presente, a função decorativa dificilmente se manifesta sozinha na cartografia jornalística, que geralmente procura passar alguma informação para o leitor.

De fato, a presença dos mapas nos jornais foi muito estimulada pela necessidade de transmitir informações específicas, mais eficientemente comunicadas a partir de uma representação gráfica. Mesmo considerando a importante função decorativa da cartografia jornalística, as três funções aqui discutidas foram criadas com base nas informações que o mapa pode passar para o leitor. Observando as relações entre as informações presentes nas imagens e nos textos, buscarei discutir como as iconografias cartográficas têm tido sua participação maximizada na comunicação de informações.

A seguir, apresentarei as funções que os mapas desempenham nas reportagens a partir de exemplos específicos sobre as drogas ilícitas nos jornais brasileiros. No intuito de evidenciar os usos diferenciados da cartografia na imprensa, buscarei discutir como a maior frequência das funções explicativas e decorativas dos mapas pode potencializar sua influência nas imagens mentais sobre as drogas ilícitas.

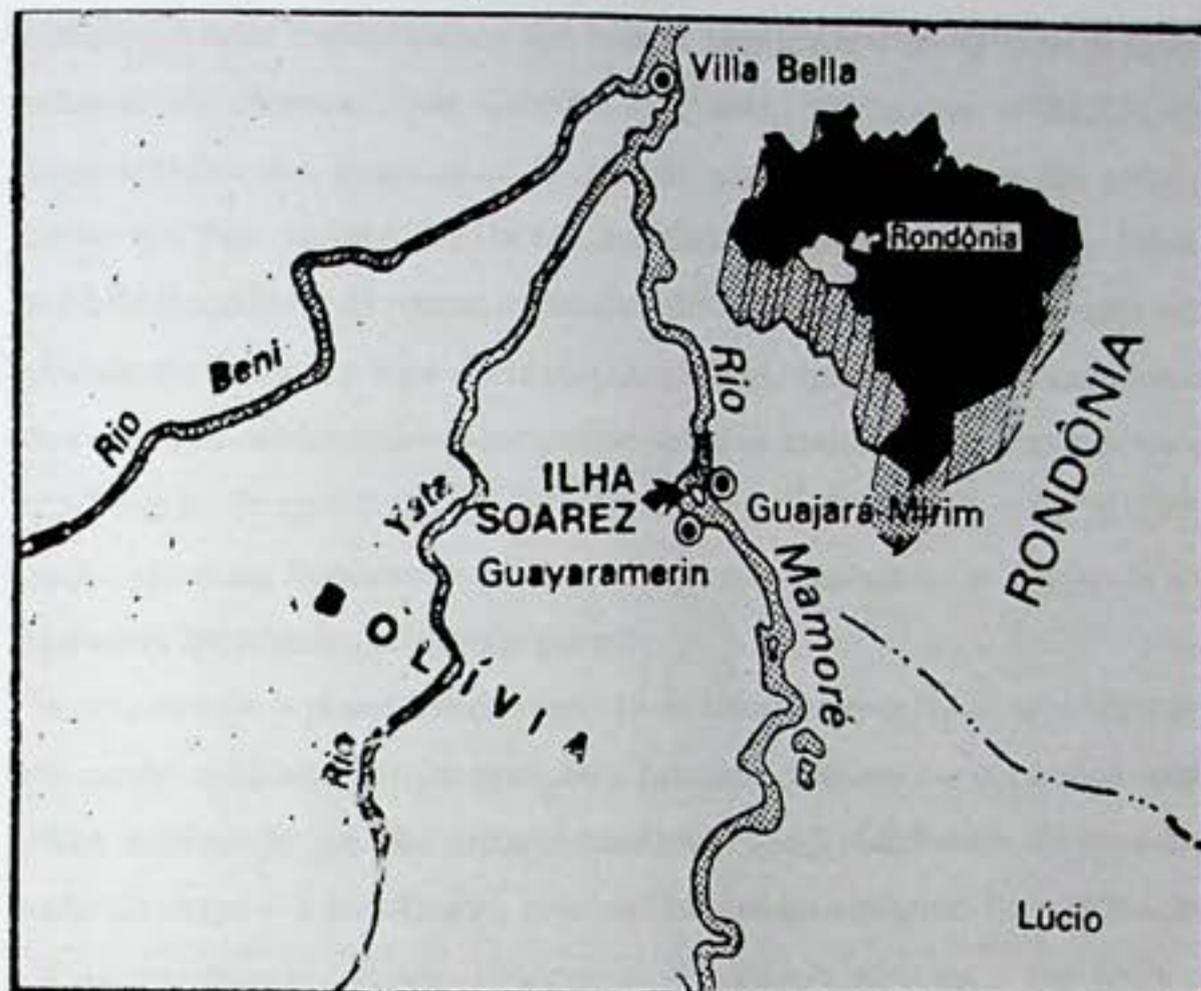
## 5.2 – Mapas Jornalísticos Localizando um Espaço Citado na Reportagem

A localização é reconhecida por diferentes autores como o propósito que mais estimulou o desenvolvimento da cartografia jornalística. Antes de qualquer questão, os mapas são requisitados para responder *onde* ocorreu o fenômeno ou evento noticiado nos jornais. Como afirmou Gilmartin (1985:1), “sem os mapas muitos leitores não entenderiam a localização e as implicações geográficas da estória noticiada”. Esse fato estimula a presença dos mapas em reportagens que tratem de eventos localizados em pontos afastados do espaço de referência dos leitores. Na realidade, a necessidade de localização de um evento sempre evidencia a falta de conhecimento geográfico do público leitor, incapaz de localizar a notícia sem o auxílio de um mapa.

O impacto que as novas tecnologias de produção e reprodução das imagens tiveram na aparência e nas funções dos mapas jornalísticos, cada vez mais complexos e representando questões diferenciadas, não deve conduzir à conclusão de que os mapas de localização importância. Tal função ainda é constantemente requerida e, mesmo com computadores e modernas técnicas de impressão, os jornais continuam a produzir em abundância mapas extremamente simples e estáticos, que apenas localizam espaços citados na reportagem.

Seguindo uma prática já adotada no capítulo anterior, apresentarei os diferentes papéis da cartografia na comunicação de informações com base em exemplos que contemplam diferentes momentos da periodização aqui proposta. Dessa forma, procuro discutir como as funções dos mapas nas reportagens foram alteradas por conta das tecnologias digitais, que potencializaram o uso do mapa para a divulgação de diferentes concepções sociais sobre as drogas ilícitas. Abaixo, um exemplo muito simples de localização publicado no jornal “O Globo” em setembro de 1985.

**Mapa 15:** Mapa de Localização - 1985



Fonte: O Globo, 8/9/1985.

Segundo Green (1999), o propósito mais comum dos mapas jornalísticos é localizar uma situação/estória no contexto regional ou nacional, auxiliando o leitor a localizar um espaço citado no texto da reportagem. Como sugeri anteriormente, os mapas de localização aparecem repetidamente em matérias que fazem alusão a espaços pouco conhecidos pelos leitores. Esse é o caso do mapa 15, que teve como propósito localizar uma ilha na fronteira do Brasil que estaria sendo utilizada como ponto de trânsito no tráfico internacional de cocaína.

Seria problemática a veiculação de uma reportagem intitulada “Ilha é base na rota da cocaína” sem um mapa que localizasse o espaço citado na reportagem. Por mais que o texto explicasse que se trata de uma ilha próxima ao estado de Rondônia, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia, as informações geográficas do leitor são muito limitadas, o que torna o mapa de localização indispensável em casos dessa natureza.

A ignorância geográfica do público quando se trata de outros países ou dos espaços de fronteira não é uma exclusividade dos leitores brasileiros. Citando uma pesquisa feita com estudantes de Boston e da Carolina do Norte, Monmonier (1989:23) expõe a ignorância geográfica dos americanos, já que um quarto dos estudantes não identificou o México como um país vizinho e 65% não associaram o rio Senna à França. Fatos assim justificam a alta freqüência de mapas de localização nas comunicações de eventos ocorridos em espaços de fronteira ou fora do contexto nacional. No caso dos leitores brasileiros, observamos que seu conhecimento geográfico sobre os estados mais afastados do centro-sul, principal região de circulação dos jornais pesquisados, é muito limitado, pois os mapas de localização são mais freqüentemente requisitados para representar as regiões de fronteira e acontecimentos localizados em outros países.

Observa-se que o propósito do mapa 15 é exclusivamente localizar a “Ilha Soarez”, que estaria sendo utilizada por um traficante brasileiro para estocar a cocaína, exportada para os EUA utilizando grandes cidades brasileiras como plataformas de exportação. A única função do mapa é a localização, pois não há nenhum acréscimo de informação sobre a temática da reportagem. Apenas observando o mapa não sabemos o que levou a “Ilha Soares” a ser noticiada nos jornais. Nenhum título, nenhum símbolo pictórico, nada no mapa vincula esse espaço ao tráfico internacional de drogas ilícitas. Essa associação só pode ser feita com a leitura do texto da reportagem.

Isso não significa que o mapa deixa de participar da narrativa veiculada na matéria. Com a simples localização de um ponto na fronteira, a cartografia jornalística pode colaborar para a difusão da associação simplista entre drogas ilegais e países limítrofes. Sozinho o mapa não necessariamente vincula o espaço localizado às drogas ilícitas, mas considerando o texto e o contexto da reportagem, pode tomar parte na identificação dos espaços responsabilizados pelo tráfico na imprensa. As declarações existentes no texto da reportagem influenciam muito a qualificação dos espaços identificados nos mapas de localização. No caso do mapa 15, as declarações do delegado de Guajará-Mirim evidenciam como a reportagem acaba estimulando uma repressão militarizada na região mapeada, responsabilizando exclusivamente o país vizinho pela entrada de drogas no Brasil: “Precisamos levantar uma verdadeira muralha da China, porque no lado Boliviano a coca é vendida livremente a quem quiser”.

Embora seja uma função básica da cartografia, a localização também foi modificada pela introdução de novas tecnologias de produção e de reprodução dos mapas, que modificaram sua participação na comunicação das informações noticiadas. Utilizando cores, escalas diferenciadas e títulos chamativos, os mapas passaram a localizar as reportagens com mais eficácia, facilitando a compreensão do contexto geográfico dos eventos.

O mapa abaixo, publicado no jornal "Folha de São Paulo" no ano de 1998, é um exemplo mais recente, de propósito similar ao anterior. Contudo, utiliza técnicas que alteram sua aparência, agora padronizada pela equipe de arte do jornal. Para discutir a função de localização deste mapa, optei por apresentá-lo associado a uma fotografia que, embora tenha forte impacto visual, é incapaz de informar o leitor sobre a localização da região do Alto Solimões. Essa região é situada em uma tríplice fronteira formada por Brasil, Colômbia e Peru e é desconhecida da maioria dos leitores, o que estimulou a presença de um mapa de localização na reportagem.

#### Mapa 16: Mapa de Localização – 1998



Fonte: Folha de São Paulo, 6/8/1998.

Por se tratar de um espaço afastado do centro-sul do país, desconhecido da maioria dos leitores do jornal, a região do Alto Solimões, seguindo o exemplo anterior, não poderia deixar de ser mapeada. Segundo Monmonier (1989), os mapas jornalísticos muitas vezes são requisitados quando não há uma foto adequada sobre a notícia. Todavia, os mapas de localização evidenciam que há casos em que nenhuma fotografia poderia substituir a representação cartográfica. Embora tenha um impacto visual muito forte, a fotografia não localiza o espaço citado no contexto nacional, papel que o mapa desempenha eficazmente com o uso de cores e a combinação de escalas diferenciadas.

Observa-se claramente que a utilização de cores facilita a diferenciação entre o Brasil e os países limítrofes. No exemplo anterior, em preto e branco, apenas uma pequena linha pontilhada separava o Brasil da Bolívia, o que poderia dificultar a localização do espaço noticiado para alguns olhares mais apressados. Além de distinguir com mais clareza os territórios Brasileiros, Colombianos e Peruanos, o mapa também utilizou uma cor de tonalidade mais clara para destacar a região do Alto Solimões e seus sete municípios, objetivo primeiro do mapa. Observa-se, assim, como a utilização de cores, por exemplo, pode acrescentar informações à representação cartográfica, mesmo quando se trata de um simples e estático mapa de localização.

O título chamativo em vermelho evidencia o motivo que levou a região a ser destacada nos jornais. Classificado como “o território da droga na fronteira”, o Alto Solimões é uma região pouco conhecida pelos brasileiros e freqüentemente associada à entrada de drogas no país. O pequeno quadro à esquerda no mapa indica como os leitores necessitam de parâmetros para estimar a extensão de uma região desconhecida. Para dar uma idéia do tamanho da região, o quadro compara sua extensão a estados mais conhecidos pelos leitores do jornal, como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraíba.

Percebe-se que este mapa, ainda que seja predominantemente de localização, já apresenta mais informações do que o mapa anterior. Na pesquisa documental da presente dissertação, foi possível observar um crescimento no uso de pequenos quadros informativos que acompanham os mapas de localização. Depois de meados da década de 1990, tornou-se muito rara a veiculação de exemplos que só localizam, sem qualificar o espaço e acrescentar nenhuma informação sobre ele, como no exemplo do mapa 15.

A utilização de cores, como já foi discutido, é um exemplo de uma nova prática que acrescentou conteúdo informativo aos mapas jornalísticos. Além de facilitar a compreensão do leitor, essa prática também aumentou a participação do mapa no que Monmonier (1989) chamou de “balanço de cores da página”. Colocado sobre uma fotografia, o mapa provavelmente teve suas cores selecionadas a partir das tonalidades predominantes na imagem. O azul escolhido para os territórios peruanos e colombianos é muito similar à cor do céu na foto, que também contém o amarelo, escolhido para identificar a região do Alto Solimões.

Utilizando cores e quadros informativos, os mapas tendem a acentuar sua participação na comunicação da notícia, mas nesse caso pode-se afirmar que a função predominante do mapa ainda é a localização de um espaço geográfico desconhecido, mesmo que ele também decore a página e suplemente a reportagem. O maior propósito do mapa foi localizar a região do Alto Solimões, o que justifica sua configuração estática e bastante simples, com a utilização de técnicas avançadas de produção e reprodução.

É importante salientar que os mapas de localização não representam apenas os espaços de fronteira. Localizando diferentes países, cidades e até pontos específicos no espaço urbano, esses mapas aparecem em vasta quantidade na imprensa e são utilizados para representar espaços diversos. As inovações tecnológicas modificaram a aparência, mas não alteraram o sentido primordial dos mapas de localização. Apesar do uso de cores, dados suplementares e bases digitais padronizadas, esses mapas permanecem tendo como função principal localizar espaços citados no texto da reportagem, que geralmente são países, regiões e cidades fora do sistema de referência dos leitores.

Geralmente, as notícias que ocorrem em espaços conhecidos pelos leitores não são acompanhadas por mapas jornalísticos, a não ser que apresentem forte conteúdo espacial. O conteúdo espacial de uma reportagem é uma informação que não raramente é mais bem comunicada a partir de um esquema gráfico que por palavras, mas esse tipo de notícia tende a estimular a construção de mapas dinâmicos e explicativos, não de localização. Na próxima seção, discuto essa outra função dos mapas, que podem representar informações ausentes no texto da reportagem a partir da representação espacial de um evento ou fenômeno.

### 5.3 – Mapas Jornalísticos Adicionando Informações às Reportagens

Além de servirem para localizar os espaços citados nas reportagens, os mapas jornalísticos também podem cumprir uma função mais explicativa, transmitindo algum dado/informação suplementar, não necessariamente contido de forma direta ou explícita no texto da reportagem (Green, 1999:144).

Essa função da cartografia na comunicação das informações geralmente ocorre em eventos que tenham um forte conteúdo espacial, comunicado mais facilmente e com maior impacto através de uma representação gráfica do que por palavras. De fato, algumas informações são dificilmente transmitidas com eficácia a partir dos símbolos verbais, pois freqüentemente encontramos dificuldades para articular todos os componentes escritos em um esquema amplo, que represente, por exemplo, a circulação das drogas passando por diferentes cidades.

Pensando a cartografia persuasiva em 1941, Speier já afirmava que os mapas nos ajudam não apenas a “localizar fatos remotos” (função desempenhada pelos mapas de localização), mas teriam também a capacidade de organizar as informações em um “todo” no qual, sem a ajuda cartográfica, “podemos nos perder devido a nossas próprias limitações”. Segundo o autor, o que justificaria a utilização freqüente da cartografia como instrumento de propaganda é que a partir dela observamos o “todo”, que não pode ser visualizado a partir de símbolos verbais.

Mais recentemente, autores ligados ao campo da semiótica, como Bhattacharya (1984 apud Neiva, 1986), discutiram com profundidade a questão da imagem como forma de representação que, diferente do texto, relaciona simultaneamente objetos distintos. Investigando as diferenças entre as palavras e as figuras, Bhattacharya (1984) escreveu um artigo<sup>2</sup> que investe no esclarecimento de como as estruturas que relacionam diferentes elementos são comunicadas mais eficazmente com a utilização de imagens. A partir da construção de um “todo”, os mapas jornalísticos podem transmitir informações que não estão presentes no texto da reportagem. Mas, como afirmou Bhattacharya (1984 apud Neiva, 1986):

---

<sup>2</sup> O artigo de Nikhil Bhattacharya (1984), publicado na revista *Semiótica*, 52 (3-4) foi discutido por muitos autores que trabalham com a questão da imagem, como Michel (1989) e Neiva (1984).

“Isso não significa que uma estrutura como esta não possa ser representada por uma seqüência de frases. Acontece que uma representação assim nos possibilita ver elementos diferentes da estrutura em relação uns com os outros. No sentido cognitivo nestas circunstâncias, podemos dizer que uma imagem vale mais que mil palavras” (p.6).

Nessa perspectiva, observa-se que os mapas jornalísticos também podem ser utilizados para adicionar ao texto da reportagem alguma informação que não seria comunicada com muita eficácia pelo uso exclusivo de palavras. Esse propósito tende a criar mapas extremamente dinâmicos e os exemplos mais claros do nosso universo documental são aqueles que representam a circulação das drogas ilícitas. Imagine se, em vez de uma representação cartográfica, as reportagens descrevessem as rotas a através de uma enumeração de cidades por onde as drogas passariam, muitas delas desconhecidas do leitor. Provavelmente este não teria a capacidade de juntar todas as informações contidas no texto e compreender minimamente as direções e os caminhos percorridos pelas drogas ilícitas. Em muitos exemplos, algumas cidades participantes da rota noticiada nem são citadas no texto, aparecendo apenas como informação adicional na representação cartográfica.

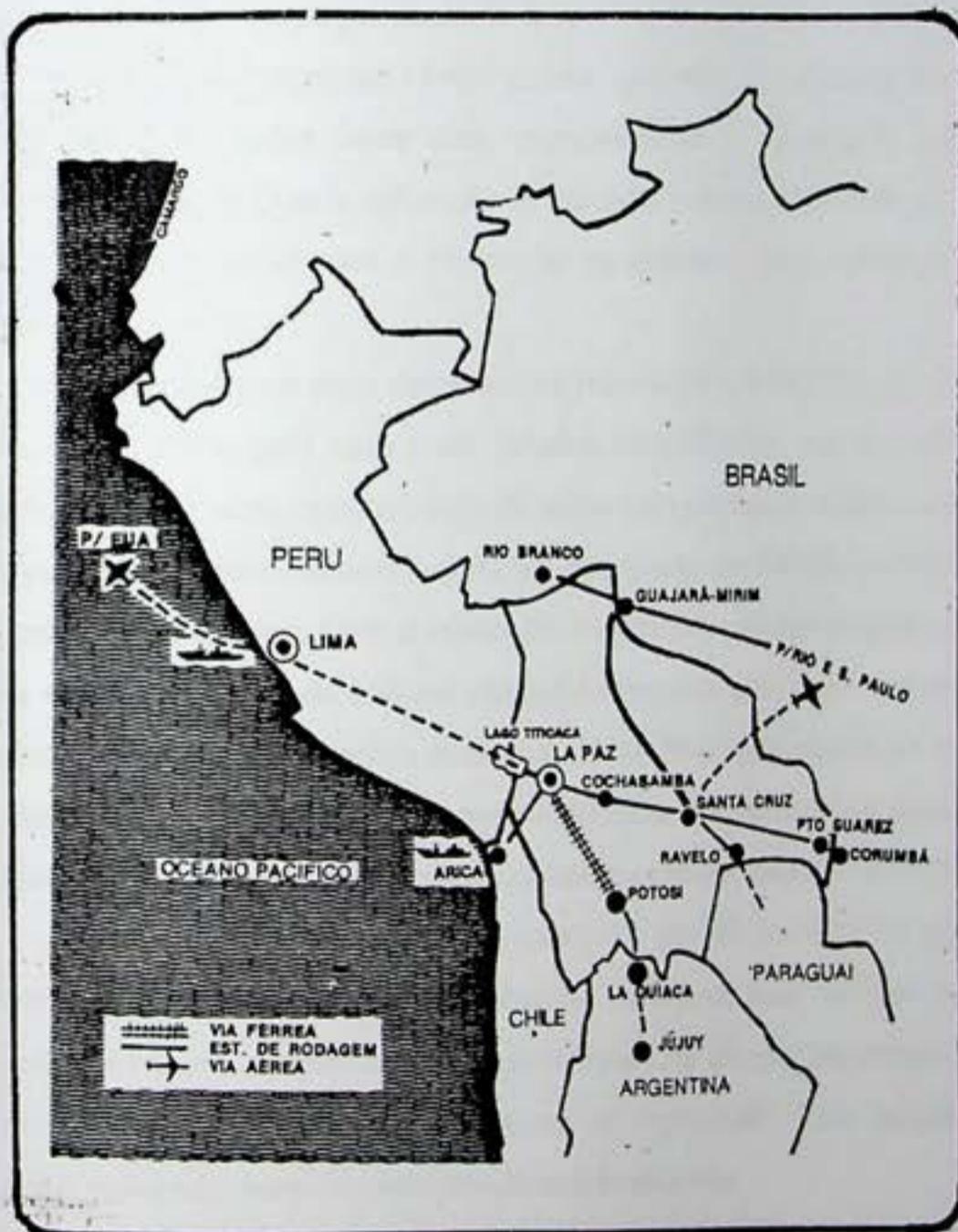
Comunicando informações complementares, em muitas de suas manifestações os mapas não representam apenas *onde* ocorreu um fenômeno, mas também *como* ocorreu, relacionando diferentes pontos do espaço através de uma cartografia dinâmica. Mesmo que esse tipo de mapa tenha se tornado muito comum nos jornais, não podemos associá-los exclusivamente à adoção de novas técnicas de produção e reprodução das imagens jornalísticas. O próprio desenvolvimento da cartografia jornalística, a partir da representação das guerras mundiais, esclarece que o grande estímulo para a veiculação de mapas dinâmicos é a existência de uma notícia com conteúdo espacial marcante. Assim como as guerras, a circulação de drogas ilícitas constitui um tema cuja representação cartográfica é eficaz.

Desde o início do período assumido aqui como recorte temporal, é possível encontrar exemplos de mapas que tinham o propósito de agregar informação às reportagens. O marcante conteúdo espacial presente em algumas notícias sobre as drogas

ilícitas estimulou a utilização das imagens cartográficas para representar relações entre diferentes pontos no espaço. Além de localizar os pontos importantes para o tráfico, esses mapas também apresentam suas conexões, facilitando a compreensão de um conteúdo espacial.

O mapa abaixo foi publicado no jornal "O Globo" em 1975 e representa o caminho das drogas ilícitas na América Latina, destacando cidades e meios de transporte que não são citados no texto da reportagem.

**Mapa 17:** Mapa Adicionando Informação – 1975



Fonte: O Globo, 9/5/1975

Fazendo uso das técnicas de produção e reprodução das imagens disponíveis na década de 1970, esse mapa apresenta os símbolos pictóricos e as formas dos países latino-americanos de forma muito simplificada. Isso não impede, contudo, que o mapa represente a circulação das drogas ilícitas pelo continente, trazendo informações que dificilmente poderiam estar presentes no texto jornalístico.

Um texto jornalístico deve ser enxuto e sintético e não pode ocupar diversos parágrafos citando todos os meios de transporte e todas as cidades possivelmente envolvidas com o tráfico internacional de drogas ilícitas. Talvez este seja um dos fatores que explicam o fato de a reportagem não relatar extensamente as rotas mapeadas, deixando a interpretação do mapa por conta do leitor.

Além de localizar vários pontos que não são citados no texto, o mapa 3 ainda estabeleceu relações entre eles, representando a circulação intermodal de drogas na América Latina. Com a utilização da legenda, o mapa diferencia as vias férreas, rodoviárias ou aéreas utilizadas para a circulação de drogas ilícitas, tendo a Bolívia como ponto de partida das rotas.

Sendo o país mais destacado na reportagem, a Bolívia tem seu território centralizado no mapa e é o país com mais cidades identificadas. Mesmo apresentando informações adicionais ao texto, a construção do mapa tem profunda relação com o conteúdo escrito da reportagem, fato evidenciado pela não nomeação do território boliviano, já muito destacado através das palavras. Com a utilização de símbolos muito simples, o mapa pretende mostrar os vários caminhos da cocaína produzida naquele país rumo aos mercados consumidores e plataformas de exportação, atravessando as fronteiras nacionais com diferentes meios de transporte. Uma análise atenta pode identificar diferentes rotas para o escoamento da droga, revelando informações com forte conteúdo espacial ausentes no texto da reportagem.

Observa-se, assim, que o mapa 17 não só localiza os pontos de produção e de trânsito inseridos no tráfico da cocaína boliviana, mas também representa e qualifica as conexões entre os pontos, explicando *como* as drogas percorrem o continente rumo aos mercados consumidores e plataformas de exportação. Essa função da cartografia vem se desenvolvendo notavelmente nos jornais brasileiros.

A recorrência de expressões como “saiba mais” e “entenda como” nos títulos dos mapas evidencia como a cartografia jornalística tem sido constantemente requisitada para



Embora trate da difusão do tráfico em todo o interior do estado, o texto da respectiva matéria dirige sua atenção especialmente para uma cidade específica, Miracema, situada na região noroeste do estado do Rio de Janeiro. Lá, os traficantes estariam comprando fazendas e corrompendo autoridades, investindo na constituição de um ponto importante para a circulação das drogas ilícitas. No entanto, ao focar sua atenção em uma cidade específica, o texto não consegue explicar nem *porque* a cidade de Miracema foi escolhida pelos traficantes, nem *como* o tráfico atua na região. O texto da reportagem simplesmente dá informações sobre o tráfico na cidade, sem destacar sua posição relativa em referência às estradas e a outras cidades. Esses dados só aparecem no mapa e no pequeno texto que o acompanha, facilitando sua interpretação.

A partir da leitura do mapa é fácil observar como a cidade de Miracema “fica numa área estratégica”, ligada a diferentes rotas de circulação das drogas. Além de estar situada entre as rotas de maconha – que seguem para o nordeste do Brasil – e de cocaína – que seguem para o sul –, a cidade ainda dá acesso a todo o interior do estado do Rio de Janeiro, como é representado pelas setas brancas que se destacam no mapa. O texto da reportagem não enfatiza as rotas de tráfico, tratando mais do seu impacto na cidade de Miracema. Já o mapa propõe as relações da cidade com as demais, representando inclusive capitais como Rio de Janeiro e Vitória.

A posição relativa, informação de forte conteúdo espacial, foi representada exclusivamente no mapa, pois o texto da reportagem encontraria menos facilidade para situar diferentes pontos e descrever suas relações. Sendo assim, cabe à imagem cartográfica responder *porque* a cidade apresenta um destaque no tráfico regional de drogas ilícitas e *como* ela é usada para facilitar a entrada de drogas no interior do estado do Rio de Janeiro.

O desenvolvimento das técnicas de produção e reprodução dos mapas jornalísticos tem estimulado a veiculação de mapas que acrescentem informação às reportagens. Combinando mapas e pequenos textos, os jornais criam quadros que apresentam informações complementares. Os municípios vizinhos a Miracema, sua proximidade com a cidade de Muriaé, em Minas Gerais, e com a estrada BR116 são informações importantes que só podem ser apreendidas no mapa.

No entanto, também existem muitas informações situadas exclusivamente no texto da reportagem. Apenas observando o mapa não se sabe nada sobre a atuação da Polícia

Federal na área, sobre as conexões pessoais que regem o tráfico na região, nem exatamente sobre de que cidade específica a reportagem trata, pois Muriaé e Miracema estão identificadas pelas mesmas etiquetas. Daí a caracterização da informação presente no mapa como complementar, pois adiciona conteúdo à reportagem sem, contudo, abarcar grande parte das informações necessárias para a compreensão do contexto mais amplo da notícia.

Esse é o ponto que diferencia os mapas com propósito de sintetizar as informações, discutidos na próxima seção. Diferenciando-se dos exemplos até aqui apresentados, estes mapas não localizam um espaço citado nem adicionam informação à reportagem. Seu objetivo é resumir o conteúdo noticiado através de um esquema gráfico complexo, capaz de informar, sozinho, os principais aspectos da reportagem ao leitor.

#### **5.4 – Mapas Jornalísticos Sintetizando o Conteúdo da Reportagem**

A evolução das técnicas de produção dos mapas vem possibilitando que os jornais veiculem com frequência esquemas gráficos muito complexos que têm o propósito de resumir o conteúdo da notícia. Combinando mapas, desenhos, fotos e pequenos textos, os jornais criam freqüentemente imagens que contêm grande parte das informações existentes no texto da reportagem.

Segundo Monmonier (1989), a forma como uma imagem é produzida e reproduzida condiciona os seus métodos de composição e, conseqüentemente, seu conteúdo informativo e visual. Certamente a introdução de novas tecnologias de produção e reprodução dos mapas jornalísticos vem influenciando a aparência e as funções desempenhadas pela cartografia na comunicação das informações. Pode-se considerar que as novas tecnologias vêm criando “um papel mais importante para o mapa nas reportagens e análises jornalísticas” (Monmonier, 1989:25). De fato, é cada vez mais comum a veiculação de mapas que representam a informação inteiramente, deixando pouca ou nenhuma informação a ser adicionada pelo texto que acompanha a representação cartográfica (Grenn, 1999).

De certa forma, não é surpreendente que os mapas e as imagens gráficas venham ganhando importância na comunicação de notícias jornalísticas. Escrevendo em 1979 o geógrafo Yi-Fu Tuan alertava para a valorização das imagens na transmissão de

informações, sustentando que “as figuras são agora usadas para ilustrar aspectos do texto, mas pode vir o tempo em que o texto sirva meramente para destacar aspectos da figura” (p.413). A julgar pelos esquemas cartográficos criados pela imprensa para representar as drogas ilícitas, a característica prevista por Tuan (1979) já está sendo desenvolvida. As imagens têm conseguido importância crescente na comunicação das mensagens veiculadas na imprensa, muitas vezes resumindo todo o conteúdo da reportagem.

No caso das drogas ilícitas, a veiculação de mapas que sintetizam o conteúdo da reportagem é muito comum para representar esquemas detalhados de comercialização e circulação, além de eventos específicos como apreensões e confrontos. A necessidade de explicar os acontecimentos mapeados no interior da própria representação gráfica levou os jornais a adotarem práticas específicas, como numerar uma sucessão cronológica de fatos ocorridos em diferentes pontos do espaço. Situando cada etapa dos acontecimentos no tempo e no espaço, a representação pode responder não apenas onde ou como ocorreu um evento, mas informar também *o que* efetivamente ocorreu, questão que tradicionalmente é respondida pelo texto da reportagem.

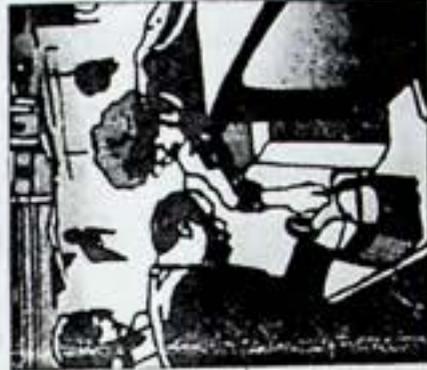
O mapa abaixo, publicado no jornal “Folha de São Paulo” em 1994, é um exemplo que sintetizou o conteúdo da reportagem, representando o esquema de comercialização, estocagem e circulação de cocaína na região do Alto Solimões. Representando cronológica e espacialmente cada etapa da atuação dos traficantes na região, a imagem gráfica tem o propósito de sintetizar e esquematizar o conteúdo da reportagem.

## COMO É FEITO O INVESTIMENTO



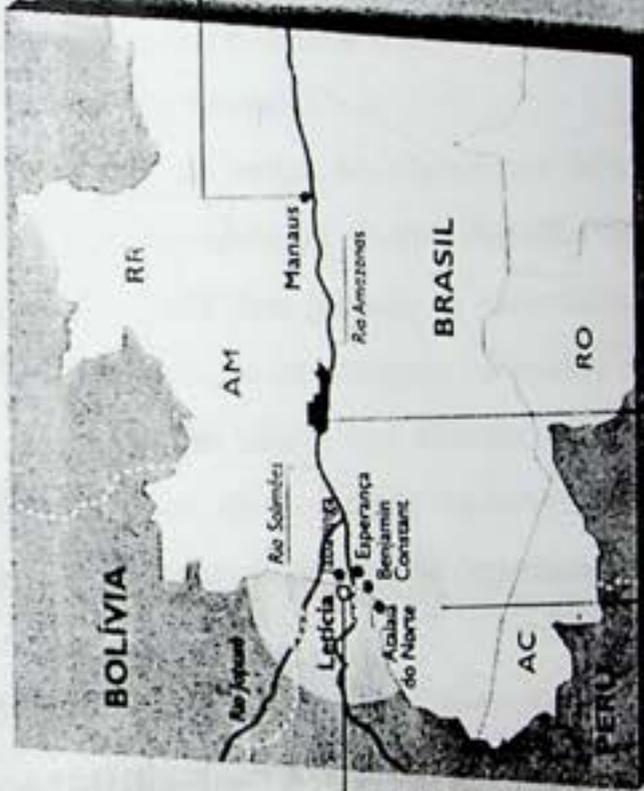
1

Um grupo de investidores brasileiros compra um carregamento de cocaína (pelo menos 5 kg) de uma família de traficantes de Leticia (Colômbia)



4

Se a cocaína não for apreendida, os acionistas terão lucros de 100%, 500% ou até de 1.000%, dependendo do destino final da droga



2

A droga fica guardada em casas de madeira à beira do rio Solimões, habitadas por pescadores pobres ou famílias desempregadas que recebem US\$ 1.500 pelo serviço



3

O grupo de investidores contrata uma "mula" (pessoa que transporta droga) ou define dois membros iniciantes para levar a droga a Manaus



5

O lucro é repartido entre os investidores. Se optarem por deixar o investimento em drogas, serão vigiados por pelo menos um ano pelos traficantes de Leticia

Fonte: Folha.de.São.Paulo,28/11/1994.

O mapa 19 localiza as atividades de traficantes brasileiros que compram drogas na Colômbia e a atravessam até Manaus através do rio Amazonas, com altas taxas de lucratividade. A comunicação dessa narrativa só é possível com a utilização de imagens gráficas e textos, que permitem ao leitor compreender grande parte do conteúdo noticiado. Contrastando com os mapas anteriores, que apenas localizavam um espaço citado ou adicionavam informações às reportagens, esta imagem acaba por sintetizar as principais informações ao simbolizar ações específicas sobre o espaço representado.

Além de localizar uma rota de entrada de drogas no Brasil e simbolizar sua circulação, o esquema gráfico representa a ação das redes pessoais sobre cada ponto identificado no mapa. Neste exemplo, o mapa não pode ser separado do esquema gráfico mais amplo, pois está conectado à construção de uma narrativa que localiza e explica todas as etapas do evento noticiado.

A produção do mapa foi claramente feita com técnicas digitais, mas este tipo de esquema gráfico geralmente é um trabalho em conjunto de alguns integrantes dos departamentos de arte dos jornais. A consolidação, nas empresas, de estruturas internas voltadas para a produção de imagens estimulou a construção deste tipo de mapa. Embora tenha se desenvolvido muito nos últimos anos, o propósito de sintetizar o conteúdo da reportagem não pode ser associado exclusivamente à adoção de tecnologias digitais, pois mesmo com técnicas manuais alguns departamentos de arte já produziam mapas com essas características.

Mesmo não estando exclusivamente vinculada à tecnologia digital, a função de sintetizar o conteúdo da reportagem foi muito influenciada pela adoção de novas técnicas de produção e reprodução dos mapas jornalísticos. Fazer um mapa assim com técnicas manuais era possível, mas demandava muito tempo (e esse sempre foi um dos principais fatores limitantes da cartografia jornalística). A tecnologia digital acentuou a frequência no uso do mapa com o propósito de sintetizar o conteúdo da reportagem, uma vez que reduziu drasticamente o tempo necessário para construir uma imagem extremamente detalhada, contendo cada vez mais conteúdos informativos.

A influência da tecnologia digital talvez possa ser mais objetivamente mensurada em mapas que sintetizam os conteúdos da reportagem, pois a queda relativa no tempo necessário para sua produção foi muito grande. Alguns esquemas gráficos veiculados

atualmente nos jornais seriam muito dificilmente produzidos com técnicas manuais, tanto pela questão do tempo como por dificuldades técnicas, já que, como se dá na construção de qualquer representação gráfica, o artista “só pode transmitir o que o seu instrumento e veículo são capazes de executar” (Gombrich, 1986:56).

O mapa abaixo, publicado no jornal “O Globo” em 1999, mostra como a adoção de novas tecnologias vem permitindo uma maior ocorrência de mapas que sintetizam o conteúdo das reportagens. A quantidade de informação presente na representação gráfica é muito grande, o que requer que o leitor observe atentamente a imagem. Além de representar “como a droga chega ao Rio”, o mapa também informa detalhadamente “como a polícia descobriu o carregamento de maconha”, questão principal da reportagem. Há ainda um quadro com outro mapa que adiciona informação sobre uma apreensão de cocaína feita pela polícia rodoviária federal. Observa-se que essa representação contém uma quantidade de informação muito elevada, que foi provavelmente construída em um tempo relativamente reduzido a partir do uso de bases digitais padronizadas.

**AS ROTAS USADAS PELOS TRAFICANTES E A AÇÃO DA POLÍCIA PARA INTERCEPTAR A DROGA**

**COMO A POLÍCIA DESCOBRIU O CARREGAMENTO DE MACONHA**

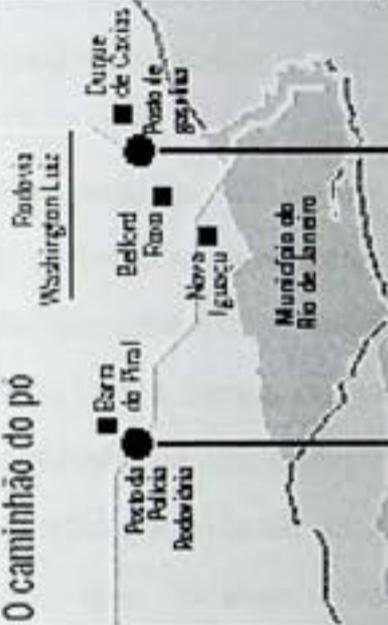


**1** Uma moradora que foi espionada de casa junto com a filha pelas traficantes pede ajuda a FMS que faz o serviço num posto policial próximo ao Conjunto Salsa e Merengue, no Complexo da Mare. Quando chegaram, os policiais são recebidos a tiros pelos bandos. Após alguns minutos de tiroteio, os traficantes fogem.



**2** Quando entram na casa, os policiais encontram o carregamento de maconha, ainda embalado. Próximo a casa usaram pelos traficantes, os FMS descobrem um pequeno cas, por onde a droga teria sido desembarcada.

**O caminhão do pó**



**ONDE A DROGA ESTAVA ESCONDIRIDA**

Os 34kg de cocaína foram escondidos num furodo tubo sob o cabote do caminhão. Os policiais usaram cães farejadores e ratadeiras localizar a droga.

**1** Por volta das 20h de ontem, os policiais rodoviários descortinaram de um caminhão Mercedes e pararam o motorista Edvaldo Silva Galante. O motorista conta que estava levando o caminhão para fazer a refil do motor em Duque de Caxias.

**2** Depois de quatro horas de detido, o motorista acabou confessando que estava trazendo um carregamento de cocaína para traficar na Favela Beta-Mar.

**3** Avisada, a Polícia Federal segue para o posto de gasolina na Washington Luiz, onde a droga se encontra. Os policiais ficaram escondidos. Por volta das 5h, o traficante Sandro Mendonça do Nascimento, o Sandrinho do Pó, chegou num Golf, acompanhado da namorada. Os dois foram presos sem trazer

**A MACONHA APREENDIDA**

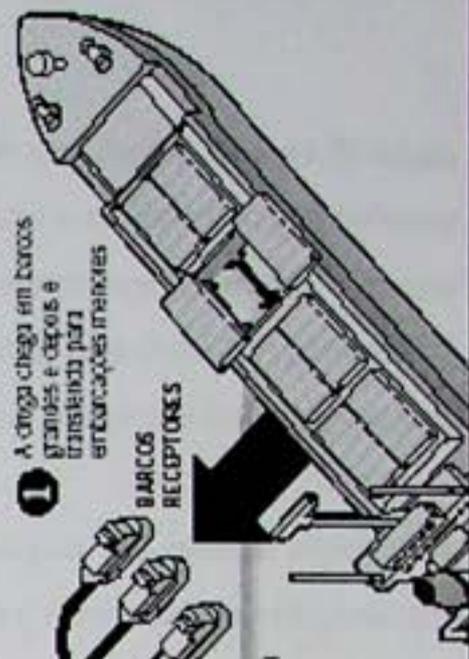
Os 817 quilos apreendidos pela polícia estavam embalados em papel colorido. Em cada pacote, a inscrição: "Produto de exportação".



**COMO A DROGA CHEGA AO RIO**

**1** Passa em frente ao 24º Batalhão de Infantaria e chega ao continente em pequenos cas. Dalí o carregamento é distribuído para outros pontos.

**2** A droga chega em barcos grandes e depois é transportada para embarcações menores.



**PRINCIPAIS PONTOS DE RECEPÇÃO DE DROGAS**

Complexo de Ramos, Complexo da Mare, Favela Beta-Mar, Barra da Tijuca, Centro.

Além de localizar e simbolizar as rotas de tráfico de drogas ilícitas, o mapa 20 relata detalhadamente as apreensões feitas pela polícia, estabelecendo uma narrativa que informa grande parte do conteúdo que estimulou a construção da representação gráfica. Apenas através da observação do esquema gráfico, praticamente todo o conteúdo da reportagem é revelado, o que não ocorre com os mapas que localizam ou adicionam informações aos textos que os acompanham.

A prática de estabelecimento de uma ordem cronológica aos eventos a partir da numeração de pequenos textos é utilizada no mapa 20 para relatar três acontecimentos diferenciados. Dois deles são representados em uma escala relativamente grande, que ilustra apenas um pequeno trecho da cidade do Rio de Janeiro, às margens da Baía de Guanabara. Já o terceiro acontecimento ocorreu em uma rodovia que dá acesso à cidade e está representado em uma escala menor, onde se observam, ainda, os municípios vizinhos ao Rio de Janeiro. Dessa forma, informações tão diferenciadas como a entrada das drogas na cidade, a descoberta de um carregamento de maconha pela polícia e uma apreensão de cocaína feita em uma rodovia são representadas com diferentes numerações em um único esquema gráfico, que localiza e explica detalhadamente os eventos noticiados na reportagem.

A construção de um esquema gráfico com tantas informações necessitaria de um tempo relativamente grande para ser produzido manualmente. No entanto, esta representação foi construída em apenas algumas horas, pois foi veiculada um dia após o acontecimento das apreensões. Poucas informações da reportagem não estão presentes na representação gráfica e até detalhes como os selos que identificavam os pacotes de maconha apreendidos são representados na imagem. Além de localizar e relacionar diferentes eventos, o esquema gráfico também consegue informar efetivamente *o que* ocorreu, incorporando mais informação à representação.

Essa facilidade na produção de esquemas gráficos complexos intensifica a participação dos mapas na comunicação das informações e pode também impulsionar a difusão de modelos explicativos específicos sobre as drogas ilícitas. Mais informativos e atraentes, os mapas podem participar de forma mais efetiva e constante na comunicação de informações, influenciando e refletindo mais intensamente as imagens mentais que a sociedade cria sobre as drogas ilícitas.

Localizando espaços específicos, adicionando informações às reportagens e finalmente resumindo todo o conteúdo de um evento, como as apreensões policiais bem sucedidas representadas no mapa 20, a cartografia pode desempenhar diferentes funções na difusão de modelos explicativos sobre as drogas ilícitas. Os exemplos apresentados até aqui evidenciaram que os jornais brasileiros constantemente reproduzem ou adaptam os modelos explicativos que circulam na imprensa internacional. A partir de omissões e destaques, as representações cartográficas veiculadas nos jornais tendem a reforçar a concepção dominante que insiste em associar uma atividade que sabidamente opera em rede transnacional ao *nome* de um lugar geográfico particular.

O desenvolvimento das funções explicativas dos mapas jornalísticos, freqüentemente responsáveis pela comunicação de uma grande quantidade de informação, vem potencializando a difusão de imagens que tendem a associar as drogas ilícitas a espaços específicos, como favelas, regiões de fronteira e países produtores de drogas orgânicas. Ao acompanhar reportagens que focam esses espaços, até os simples mapas de localização acabam corroborando com o paradigma jurídico-policial (Eschortado, 1997), que estimula uma repressão militarizada exclusiva aos mesmos atores e aos mesmos espaços geográficos de sempre.

Segundo Machado (2002), uma análise das operações efetivas constituintes da economia da droga evidencia que cada lugar é tão importante quanto qualquer outro para a organização do espaço-de-fluxos através do qual a dispersa comunidade ilegal controla o sistema. A imagem do tráfico de drogas como uma rede internacional que articula diferentes grupos sociais de diferentes países não é muito freqüente na mídia. Mesmo contando com sistemas avançados de projeção e simbolização, os mapas jornalísticos permanecem associando as drogas a grupos e espaços específicos, difundindo os mesmos modelos explicativos a partir de técnicas de produção e reprodução diferenciadas.

Alguns autores como J. B. Harley (1988) consideram que a tecnologia computacional colabora com a concentração do poder cartográfico nas mãos de poucos grupos sociais. Esses grupos específicos concentrariam as técnicas mais avançadas de produção e reprodução dos mapas, garantindo assim que seus valores sobre as drogas ilícitas fossem mais presentes nas representações cartográficas difundidas. Assim, seria fácil compreender porque mesmo com técnicas avançadas de produção e reprodução os

mapas jornalísticos permanecem difundindo os mesmos modelos explicativos sobre as drogas ilícitas.

Mas será que os jornais brasileiros veiculam exclusivamente informações que corroboram com os modelos explicativos dominantes sobre as drogas ilícitas? Será que a tecnologia computacional só facilitou a produção de mapas que representam as concepções dominantes? Ao facilitar a produção de mapas para ilustrar reportagens diferenciadas, o novo meio gráfico utilizado pelos jornais também pode ter estimulado a veiculação de representações espaciais contraditórias sobre a temática estudada?

O capítulo que segue busca explorar essas questões, pois mesmo que existam continuamente modelos explicativos sobre as drogas ilícitas na imprensa, seria um equívoco considerar uma uniformidade nas concepções difundidas pelas reportagens com o auxílio dos mapas jornalísticos. Principalmente quando se trata da dimensão geopolítica da temática, os jornais brasileiros muitas vezes apresentam representações contraditórias, utilizando práticas cartográficas que associem as drogas ilícitas a espaços e grupos que não são necessariamente estigmatizados pelas imagens mentais dominantes sobre a temática.

A análise do material levantado na pesquisa documental evidenciou essa questão. Por mais que o desenvolvimento das técnicas de produção e reprodução das imagens tenha potencializado a difusão de modelos explicativos universais a partir dos mapas jornalísticos, ele também permitiu que outras perspectivas acerca da geopolítica das drogas ilícitas chegassem à imprensa a partir das representações cartográficas. As facilidades na produção dos mapas jornalísticos permitiram que muitas reportagens sem grande destaque nos jornais também fossem ilustradas cartograficamente, o que nos impede de fazer uma associação simplista entre os mapas jornalísticos e os valores dominantes sobre as drogas ilícitas.

De fato, ao mesmo tempo em que a evolução tecnológica potencializou o uso do mapa como meio de comunicação para veicular os valores dominantes sobre as drogas ilícitas, ela também difundiu e descentralizou a produção cartográfica, que agora está presente em muitos jornais no intuito de representar informações muito diferenciadas, e, por vezes, contraditórias.

## **6 – Representações Contraditórias sobre as Drogas Ilícitas na Imprensa Brasileira**

Os exemplos apresentados nos capítulos anteriores foram eloqüentes em evidenciar que os jornais brasileiros freqüentemente partilham – reproduzindo ou adaptando - os modelos explicativos sobre as drogas ilícitas que circulam na imprensa internacional.

Contudo, ao identificar a reprodução e a adaptação de alguns modelos explicativos internacionais, não pretendo afirmar que os jornais estudados não veiculam mensagens contraditórias sobre as drogas ilícitas. De fato, como afirmou Monmonier (1989:171), “poderia ser um erro sugerir um conjunto único e simplista de valores comuns a todos os artistas jornalísticos”. Dependendo do contexto da reportagem, os mapas jornalísticos brasileiros também podem difundir mensagens contestatórias ao modelo explicativo predominante sobre as drogas ilícitas.

A evolução tecnológica, além de intensificar a quantidade de mapas na imprensa e influenciar as funções desempenhadas pela cartografia na comunicação de informações, pode expressar a existência de disputas interpretativas e discursos contraditórios sobre as drogas, que se manifestam a partir da seleção de práticas cartográficas diferenciadas para a representação das drogas ilícitas. Certamente, a maior facilidade na produção e na reprodução permite que os mapas acompanhem reportagens diferenciadas, que focam informações contraditórias sobre a geopolítica das drogas ilícitas.

Segundo Green (1999), a maioria dos trabalhos pré-computacionais faziam freqüentemente transformavam o mapeamento jornalístico em um processo limitado de “corte-e-cola”, o que dificultava muito a adoção de bases e práticas cartográficas diferenciadas nos jornais brasileiros.

O meio gráfico atual permitiu que os jornais brasileiros intensificassem a sua própria produção cartográfica, veiculando mapas exclusivos para representar notícias tanto locais como internacionais. O objetivo desse capítulo é discutir como essa produção pode intensificar a presença de informações contraditórias sobre as drogas ilícitas nos mapas jornalísticos. Ao acompanhar um maior número de reportagens, a cartografia pode participar da difusão de diferentes concepções ideológicas sobre a temática, mesmo considerando o fato de que as relações de poder na imprensa são profundamente assimétricas.

A seguir, discutirei sucintamente como a cartografia é uma forma de representação que não pode ser associada a um conjunto único e simplista de valores simbólicos. Após considerar a contribuição de alguns autores sobre essa questão na primeira seção, apresentarei, nas duas seções seguintes, alguns exemplos de mapas jornalísticos que contêm informações contraditórias sobre as drogas ilícitas.

### **6.1 – Cartografia, Imprensa e a Comunicação de Diferentes Concepções sobre as Drogas Ilícitas**

Tanto a história da cartografia quanto a história da imprensa podem revelar que os mapas jornalísticos têm sido mais freqüentemente utilizados para difundir concepções e valores dominantes na sociedade. Segundo o cartógrafo J. B. Harley (1988), a história da cartografia revela que os mapas devem ser caracterizados principalmente como linguagens de poder, não de protesto. Para o autor, o significado da produção cartográfica ainda seria freqüentemente oficial ou comercial, permanecendo largamente controlado por grupos dominantes.

Harley (1988) procurou caracterizar a cartografia como uma das formas de representação mais associadas aos valores dominantes, afirmando que “a história social dos mapas difere da literatura, arte ou música, que aparecem freqüentemente como formas de expressão dos interesses populares, alternativos ou subversivos”. De fato, no caso das drogas ilícitas, principalmente a literatura e a música foram importantes meios para a difusão de discursos críticos, que apresentam visões plurais sobre sua produção, circulação, comercialização e consumo<sup>1</sup>.

No entanto, a constatação da existência atual de imagens cartográficas com mensagens contraditórias nos jornais, de certa forma questiona o argumento veiculado por esses e outros autores que consideram os mapas como uma forma de representação muito associada aos grupos dominantes da sociedade, difundindo um leque muito limitado de valores simbólicos.

---

<sup>1</sup> Existem muitos exemplos de discursos críticos sobre as drogas ilícitas em livros e músicas. Pode-se exemplificar esse fato tanto com obras literárias (como “O Poema do Haxixe”, de Baudelaire) quanto com composições musicais (como, por exemplo, algumas músicas gravadas pelo intérprete Bezerra da Silva).

Ao reconhecer a existência de representações contraditórias sobre as drogas ilícitas nos jornais brasileiros, não tenho a pretensão de dar conta da história da imprensa brasileira ou da questão de como os grandes jornais foram inúmeras vezes utilizados para difundir valores e concepções dominantes. A idéia é apenas trazer para a discussão as ambivalências presentes no tão competitivo campo jornalístico. No contexto atual, os mapas jornalísticos não podem ser descartados enquanto meios de difusão de discursos contraditórios, pois o barateamento das tecnologias de produção vem possibilitando que diferentes jornais ilustrem reportagens variadas com auxílio da representação cartográfica.

De certa forma, considerando a profusão de meios e informações que circulam nos dias de hoje, podemos dizer que, ao focar sua análise nas relações de poder existentes no processo de produção dos mapas, J. B. Harley (1998, 1996) não discutiu muito o papel que a evolução tecnológica poderia desempenhar na relativa difusão da produção cartográfica. Principalmente a nova fase da cartografia digital pode estar afetando a relação entre o mapeamento e a sociedade em geral, pois atualmente a capacidade que o público leitor e as pequenas instituições têm de criar mapas é menos limitada (Robinson, 1993:4).

A nova tecnologia de produção cartográfica vem permitindo que qualquer jornal ilustre qualquer reportagem com um mapa, fato que vem possibilitando um uso progressivo da cartografia jornalística como forma de representação das estruturas de valor e interesse de diferentes grupos sociais.

Segundo Monmonier (1989), a difusão de computadores e impressoras laser vem possibilitando que muitos jornais não apenas adaptem os mapas existentes para o seu próprio formato, como também que criem novos mapas, dando suporte a notícias locais e exclusivas. Principalmente no início da periodização aqui definida, muitas das informações contraditórias encontradas na pesquisa documental estavam presentes em pequenas tiras do jornal, sem grande destaque e com presença raríssima de imagens gráficas. A evolução nas tecnologias de produção dos mapas facilitou sua utilização para suplementar reportagens diferenciadas. Muitas notícias com pouco destaque agora também contêm ilustrações, o que pode estar estimulando a existência de outras interpretações sobre as drogas ilícitas nos mapas jornalísticos, principalmente quando se trata da dimensão geopolítica do problema.

Ao considerar as representações contraditórias sobre as drogas ilícitas na imprensa, não procuro desconsiderar como essa é majoritariamente utilizada para difundir as concepções dominantes. Como afirmou o criminalista britânico Jack Young (1974 apud

Olmo, 1990:23), os meios de comunicação seriam “guardiões do consenso”, capazes de hierarquizar os problemas sociais e criar um “pânico moral” em torno de alguns fenômenos. A reprodução de certas representações sobre as drogas ilícitas ao longo de toda a periodização (como observamos no capítulo 4), aponta para a forma com que os jornais freqüentemente apenas reforçaram as imagens mentais dominantes sobre as drogas na sociedade, estimulando políticas públicas militarizadas em espaços geográficos específicos.

Tomando justamente as representações que a mídia (espanhola) difunde sobre a questão das drogas ilícitas, Romani (2003:35) destaca o fato de que os meios de comunicação “não costumam construir a informação/comunicação a partir de uma ótica eminentemente crítica, mas a partir de respostas a certas demandas do público, na linha daquelas imagens dominantes e de estereótipos que acabam reforçando-as”.

No entanto, a tendência que os meios de comunicação apresentam para difundir as concepções ideológicas dominantes sobre as drogas ilícitas não deve conduzir à conclusão de que sua produção cartográfica esteja exclusivamente vinculada a esses valores sociais. O simples fato de o Brasil ser um país latino-americano, onde diferentes drogas ilícitas são produzidas, consumidas e transportadas, impelem os jornais à construção, em alguns momentos, de representações espaciais não diretamente influenciadas pelos modelos explicativos internacionais, difundidos principalmente pelos norte-americanos.

Analisando as relações entre a imprensa brasileira e a norte-americana, Silva (1989:10) defende que o “jornalismo brasileiro é brasileiro”, pois sua imprensa “goza de relativa autonomia, reinterpreta o que absorve e incorpora suas próprias idéias”. Mesmo que o padrão geral da imprensa brasileira seja de apenas adaptar para a sua realidade local os modelos explicativos e estereótipos que circulam na escala internacional, contribuindo para a difusão dos valores dominantes sobre as drogas ilícitas, a sua “relativa autonomia” pode garantir a criação de representações espaciais contraditórias.

O antropólogo espanhol Oriol Romani (2003) também notou que a mídia, embora propague majoritariamente as “imagens dominantes” sobre as drogas, pode sustentar posições “críticas” sobre a temática. Embora ocasionais, outras representações das drogas ilícitas podem ser veiculadas na imprensa, fato que Romani (2003) fez questão de destacar em seu texto:

“Não gostaria de terminar este texto sem ressaltar que temos falado principalmente das imagens culturais e discursos dominantes sobre as drogas; e que nos MCS (meios de comunicação social) também aparece, ainda que de forma minoritária, outro tipo de discurso, que poderíamos chamar de crítico, em relação às drogas. Esse discurso crítico deveria ser formulado tanto pela função informação – quer dizer, grau de profissionalismo de alguns jornalistas – quanto pela função audiência, visto que parece claro existir uma audiência do tipo que se pode chamar “intelectual”, a qual, mesmo minoritária, é uma boa consumidora de MCS e aprecia ler coisas diversas dos discursos dominantes mais grosseiros e toscos” (Romani, 2003:39).

Essa possibilidade de localizar uma certa diversidade de concepções e de mapas na imprensa nos leva a indagar até que ponto o uso ideológico da cartografia na imprensa é atualmente exclusividade de algum grupo ou interesse social. Em outras palavras, mesmo que as concepções ideológicas difundidas com os mapas jornalísticos sejam recorrentemente dominantes e relacionadas a grupos sociais específicos, em alguns momentos (seja pela “função informação” ou pela “função audiência”) os discursos contraditórios eclodem na mídia e têm sido cada vez mais freqüentemente acompanhados por mapas.

Efetivamente, como já foi colocado, o uso da cartografia e da imprensa está historicamente muito vinculado aos valores dominantes, ao status quo. Mas isso não quer dizer que haja sempre uma uniformidade ideológica nos mapas jornalísticos. Tal constatação enriquece a pesquisa aqui apresentada, uma vez que nos leva adiante em relação ao pressuposto de que os mapas difundem apenas a ideologia dos grupos dominantes com seu conjunto exclusivo de valores e interesses.

Estudando justamente de que forma a ideologia poderia estar enraizada no conceito de imagem, Mitchell (1989) considerou as duas visões mais assiduamente apresentadas sobre a noção, que podem esclarecer a importância de se discutir as informações contraditórias existentes nos mapas jornalísticos sobre as drogas ilícitas. Segundo o mesmo

autor, a visão mais tradicional, “ortodoxa”, considera a ideologia como “falsa consciência”, sistema de representação simbólico que reflete uma situação de dominação por um grupo particular. Já a segunda posição considera a ideologia simplesmente como estrutura de valor e interesse. Qualquer representação da realidade seria formada a partir dessa estrutura, o que tornaria intocável a questão sobre quão falsa ou opressiva é a representação. Essa concepção argumenta que não há exterioridade à ideologia e que todos ocupam alguma posição de valor e interesse na sociedade (Mitchell, 1986).

No tocante ao objeto deste trabalho, a ideologia manifesta nos mapas jornalísticos sobre as drogas ilícitas foram aqui compreendidas como estruturas de valor e interesse. A pesquisa documental indicou que não há um único grupo dominante difundindo seu conjunto de valores nos mapas jornalísticos. Os conteúdos ideológicos existentes na cartografia jornalística sobre as drogas ilícitas não podem ser apenas considerados como expressão sistêmica de interesses unívocos (a “falsa consciência” que encobre a realidade). Informações antagônicas sobre “a verdade dos fatos”, outros discursos e interpretações alternativas também acabam encontrando algum espaço na mídia e, em alguns casos, podem vir acompanhados de representações cartográficas.

Como já foi discutido a partir dos exemplos do capítulo 3, a identificação do uso persuasivo da cartografia não passa necessariamente pela distinção entre mentira e verdade, e sim pelo reconhecimento de omissões e destaques na representação construída. Ao se estudar uma temática perpassada por tamanha escassez de informações confiáveis, como é o caso das drogas ilícitas, a questão não é buscar um maior ou menor grau de veracidade nas informações. Estas refletem apenas estruturas de valor e interesse diferenciadas, que diferenciam também as informações e práticas cartográficas selecionadas para construir os mapas jornalísticos.

Para exemplificar como a cartografia jornalística brasileira pode criar exemplos de mapas que apresentem argumentos contraditórios sobre as drogas ilícitas, apresentarei alguns mapas que tratam de drogas e espaços similares e, no entanto, utilizam diferentes práticas cartográficas para difundir argumentos variados. Dessa forma, pretendo investigar como a batalha iconográfica nos jornais se faz com base na seleção de práticas cartográficas específicas, que podem difundir visões diversas sobre o fenômeno estudado, diferentes ideologias envolvendo a geopolítica das drogas ilícitas.

O material levantado na pesquisa documental levou à conclusão de que a ocorrência de imagens contraditórias sobre as drogas se intensificou com o desenvolvimento tecnológico da cartografia jornalística. No entanto, as informações diferenciadas sobre a temática não podem ser vinculadas a nenhum trecho específico da periodização aqui definida. A política norte-americana de combate às drogas ilícitas nos países produtores, por exemplo, foi criticada desde o início a década de 1980, mesmo que muitas vezes as reportagens de conteúdo crítico ainda não fossem acompanhadas por imagens.

Os títulos de algumas reportagens podem dar uma idéia de como os discursos contraditórios sobre as drogas ilícitas com frequência aparecem nos jornais criticando, por exemplo, a imagem mental que posiciona a população norte-americana apenas como vítima da atuação de traficantes dos países produtores: "Droga: Colômbia culpa os EUA"<sup>2</sup>, "EUA não conseguiram deter tráfico"<sup>3</sup>, "Colombiano diz que CIA facilitou tráfico de drogas"<sup>4</sup>.

Com o desenvolvimento da cartografia jornalística, os discursos contraditórios sobre as drogas foram mais comumente acompanhados por imagens, já que os jornais adquiriram melhores condições para produzir rapidamente mapas que acompanham reportagens com temáticas e pontos de vista diferenciados. Mesmo que se concentrem em algumas questões, as informações contraditórias aparecem em representações cartográficas com escalas e temáticas diversificadas. Os exemplos apresentados neste capítulo buscaram introduzir a representação de espaços e drogas ainda não discutidos sistematicamente nos capítulos antecedentes.

Como os capítulos anteriores tinham o objetivo de traçar uma evolução da representação das drogas ilícitas nos jornais brasileiros, considerando os modelos explicativos mais representados e as diferentes funções dos mapas nas reportagens, a seleção dos exemplos acabou excluindo a representação em algumas escalas e de algumas drogas específicas. Até meados da década de 1980, os mapas jornalísticos eram mais requisitados para representar o tráfico de cocaína nas Américas, raramente representando as drogas ilícitas na escala internacional ou em espaços afastados do Brasil. O tráfico de heroína na Ásia, por exemplo, foi raramente representado, assim como as drogas sintéticas, cuja importância no comércio mundial tem crescido nos últimos anos.

---

<sup>2</sup> O Globo, 9/2/1988

<sup>3</sup> O Estado de São Paulo, 28/2/1993

<sup>4</sup> Folha de São Paulo, 8/4/1988

Para ilustrar os discursos contraditórios presentes nos jornais, considerarei aqui duas questões específicas mais recentemente noticiadas: a representação da circulação das drogas no mundo, considerando a ascensão das drogas sintéticas e seus impactos sobre a qualificação dos países em “produtores” e “consumidores”; e as relações entre o tráfico de drogas e as organizações “terroristas”, especificamente no caso do cultivo de papoula no Afeganistão. Partindo desses exemplos será possível compreender um pouco melhor como os mapas jornalísticos podem difundir discursos contraditórios sobre as drogas ilícitas, principalmente quando se trata da dimensão geopolítica da questão.

## **6.2 – Representações Contraditórias Sobre a Produção e a Circulação de Drogas Ilícitas na Escala Internacional**

A consolidação do modelo explicativo geopolítico sobre as drogas ilícitas no final dos anos 1980 estimulou a produção de mapas jornalísticos na escala internacional. A ênfase constante que os jornais davam ao tráfico de cocaína nas Américas no início do período aqui considerado foi atenuada a partir do final de 1980. Eventos como a convenção de Viena em 1988, que propôs a adoção de medidas similares contra o tráfico e a lavagem em 40 países de vários continentes, impulsionaram a difusão de informações sobre as drogas ilícitas em diferentes países, intensificando a representação da problemática na escala internacional.

Em suas representações na escala internacional, os mapas jornalísticos constantemente tratam da produção e da circulação de diferentes drogas ilícitas. A representação de diferentes tipos de drogas facilita a identificação de omissões e destaques seletivos nos mapas, que tendem a salientar a importância de algumas drogas e alguns espaços específicos. Ao representarem as drogas ilícitas na escala internacional, os mapas jornalísticos conferem freqüentemente um destaque especial às drogas orgânicas, localizando sua produção a partir da delimitação de grandes extensões territoriais. É comum que esses territórios estejam situados no hemisfério sul, de onde também geralmente saem as setas que representam a circulação das drogas no mundo.

A seleção dessas práticas para representar a produção e a circulação das drogas na escala internacional revela omissões e destaques que tendem a responsabilizar algumas

nações pelo tráfico internacional, dividindo o mundo em países “vítimas” e países “vitimários” (Olmo, 1990), ou países produtores e consumidores.

O mapa abaixo, publicado no jornal “Folha de São Paulo” em maio de 2000, pretende representar as “Principais rotas do narcotráfico” na escala internacional, considerando as principais regiões produtoras e as linhas gerais de circulação das drogas ilícitas no mundo. Reproduzindo um mapa de uma instituição de pesquisa francesa, o jornal veiculou uma imagem que pode reforçar as concepções dominantes sobre as drogas ilícitas, responsabilizando alguns países produtores por todo o tráfico internacional.



O mapa 21 destaca os espaços geográficos que seriam mais importantes para o tráfico internacional de drogas ilícitas. Tendo como fonte um relatório de uma instituição de pesquisa francesa, o "Observatório Geopolítico de Drogas", esse mapa provavelmente adaptou uma representação já existente para os padrões da cartografia jornalística. É a partir da identificação dos destaques, omissões e práticas cartográficas selecionadas que se pode identificar os propósitos ideológicos do mapa em questão.

A numeração de alguns espaços, sem que haja um critério claro para a seleção dos países destacados, evidencia o propósito de responsabilização de alguns países produtores pelo tráfico internacional de drogas. Retirando a Espanha, classificada como "porta de entrada para haxixe e cocaína na Europa", nenhum outro país da Europa ou da América do Norte é destacado pela da numeração presente no mapa, mesmo com a crescente importância que esses países vêm adquirindo na produção de drogas, principalmente as sintéticas.

Representando a produção de drogas a partir do destaque da extensão territorial dos países classificados como produtores, o mapa tende a salientar três regiões específicas do planeta: o "Cinturão Branco", que representa os países andinos produtores de coca e processadores de cocaína; o "Crescente Dourado", representando os países do Oriente Médio produtores de papoula e processadores de heroína; e o "Triângulo Dourado", representando os países asiáticos produtores de drogas sintéticas. Essa nomenclatura, retirada do relatório do "Observatório Geopolítico de Drogas", funciona, no contexto de ação da imagem jornalística, apenas para destacar a participação de certos países no tráfico internacional de drogas ilícitas.

Os países que compõem essas regiões produtoras são circutados com linhas brancas grossas, que claramente fazem uma referência a "carreiras" de cocaína. Já na região destacada na Europa, classificada como "Espaço Schengen" (que seria um espaço consumidor de drogas ilícitas), a linha selecionada foi diferente, apenas circulando os países europeus sem referência a nenhuma droga.

Mais uma vez as setas utilizadas para representar a circulação das drogas ilícitas tendem a estigmatizar alguns países produtores, pois as três regiões destacadas no mapa são os pontos de partida da maioria delas. A Europa e a América do Norte são os pontos de chegada, representados unicamente como espaços consumidores de drogas. Essa representação é claramente calcada em algumas omissões, já que é sabida a existência de

importantes centros de processamento de drogas sintéticas em cidades americanas e européias. Além disso, estimativas apontam os EUA como responsáveis por 34,5% da produção mundial de maconha (Rementería, 1991).

Segundo Escohotado (1997:45), os EUA foram convertidos no “primeiro produtor mundial de maconha, basicamente de interiores ou hidropônica, para abastecer um gigantesco mercado interno”. Contudo, esse fato não é representado na grande maioria dos mapas jornalísticos, mesmo nos que tratam diretamente da produção mundial da droga. Ainda segundo o autor, “lá também existem dezenas de milhares de laboratórios clandestinos e ‘cozinhas’ caseiras, que elaboram drogas de projetos dos tipos narcótico, estimulante e psicodélico”, informação que também não costuma aparecer na imprensa.

A escala internacional muitas vezes justifica essa representação seletiva, pois, como a maioria da produção de drogas nos países do hemisfério norte é voltada para o mercado interno, sua circulação não pode ser representada na escala internacional. Ao representar as “principais rotas do narcotráfico”, o mapa “não considera o tráfico regional ou local”, como nos informa a nota referente ao título situada no canto esquerdo da representação. Como afirmou Lacoste (1988:77), “a realidade aparece diferente de acordo com a escala dos mapas, de acordo com os níveis de análise”. Isso fica evidente com a representação das rotas internacionais que omitem a circulação das drogas ilícitas produzidas nos EUA e na Europa, considerando que estas circulariam apenas localmente e regionalmente.

De certa forma, a omissão da expressiva produção de drogas orgânicas e sintéticas em alguns países do hemisfério norte poderia ser justificada com a adoção de um critério que excluiu do mapa as rotas regionais e locais. Mas esse critério de seleção não foi utilizado para a África do Sul, por exemplo, que, mesmo tendo sua produção de maconha “essencialmente voltada para o mercado interno” – o que impediu a representação de setas saindo do país –, foi destacada na enumeração das localidades importantes para o tráfico de drogas internacional. Também não há justificativa para uma representação tão tímida das drogas sintéticas no mapa, pois ainda que as principais rotas articulem a Ásia e a Europa, os EUA certamente participam desse tráfico na escala internacional. Segundo as informações do mapa 21, as drogas sintéticas não circulam nas Américas.

O mapeamento dos locais de produção e dos pontos de trânsito permite a construção de imagens cartográficas variadas, pois as rotas são muito dinâmicas e sempre há um processo de seleção e inferência na informação representada. Sendo assim, as informações

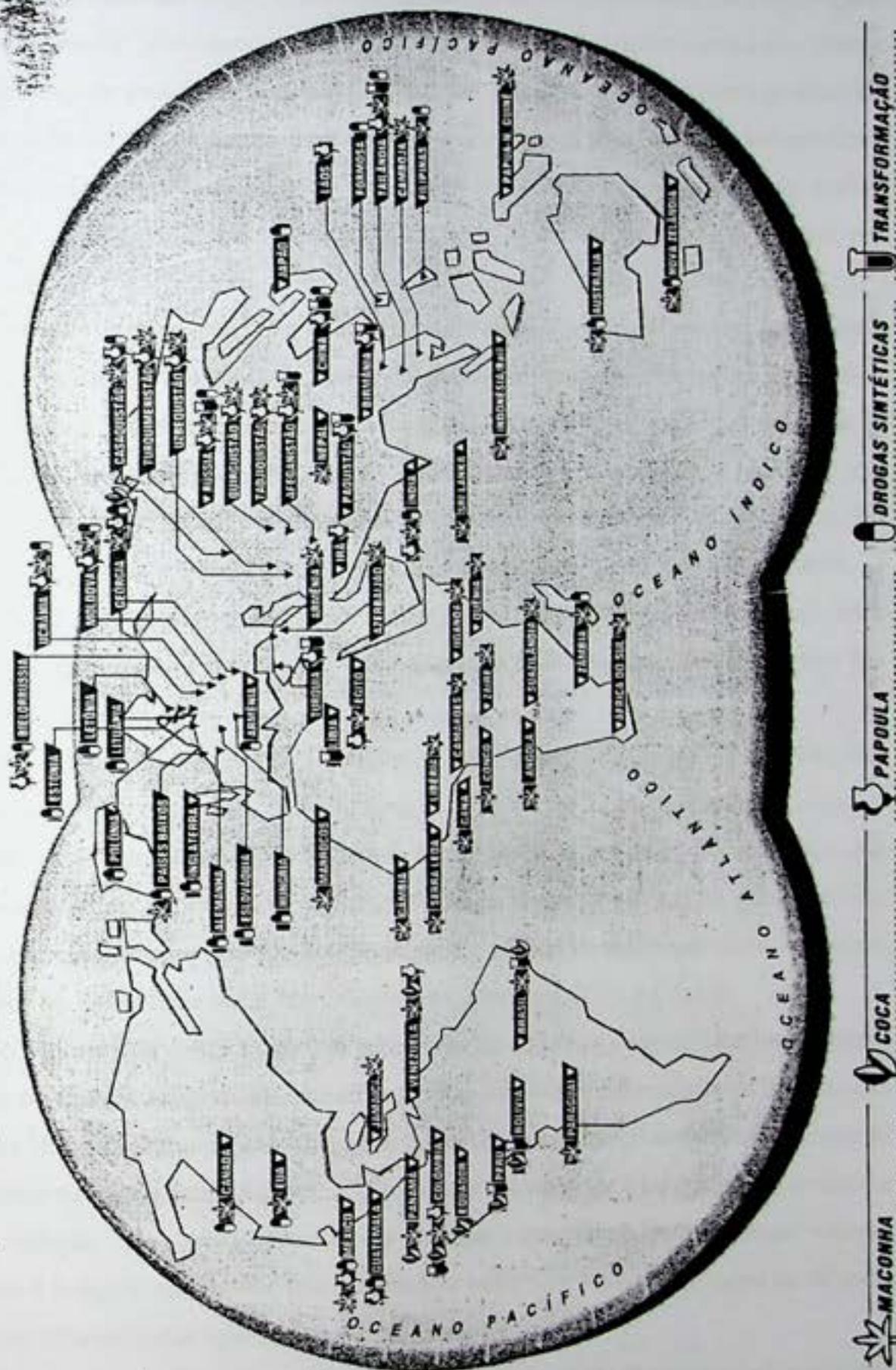
existentes no mapa 21 não são o único discurso sobre as drogas ilícitas na escala internacional que circula nos mapas jornalísticos brasileiros. Além de reproduzirem o modelo explicativo geopolítico, que criminaliza os países produtores do hemisfério sul, os jornais também podem questionar esse modelo, apresentando as drogas ilícitas na escala internacional a partir de outras práticas cartográficas.

Para exemplificar essa questão, apresentarei aqui dois mapas que contêm informações diversas das existentes no mapa 21, não responsabilizando diretamente os países produtores do hemisfério sul pelo tráfico internacional de drogas. Ao mapearem os pontos de produção de drogas ilícitas no hemisfério norte ou a circulação de drogas sintéticas, que não raramente têm o hemisfério sul como ponto de chegada, os jornais brasileiros podem difundir imagens contraditórias sobre a geopolítica das drogas ilícitas. Ainda que menos freqüentes, alguns mapas jornalísticos podem relativizar a divisão entre países produtores e países consumidores, uma classificação que tem forte impacto sobre a dimensão geopolítica da temática estudada.

O mapa abaixo, publicado no "Jornal do Brasil" em 1996 (alguns anos antes do exemplo anterior), seleciona práticas cartográficas que nos conduzem a uma outra interpretação do fenômeno das drogas na escala internacional. Com esse mapa, pretendo exemplificar como a cartografia jornalística brasileira pode reinterpretar os fatos a seu modo, produzindo exemplos que não conduzam os leitores às concepções dominantes sobre a temática.

Mapa 22: A Escala Internacional: Mundialização das Drogas Ilícitas

## Cultivo e refino nos cinco continentes



Fonte: Jornal do Brasil, 23/6/1996

O próprio título do mapa, "Cultivo e Refino nos Cinco Continentes", e a reportagem na qual ele se insere, já evidenciam o propósito do autor, que é mostrar como a produção e o processamento de drogas estão difundidos por todo o mundo, constituindo um problema a ser combatido em todos os países. Nenhum país se sobressai na representação cartográfica e a leitura do mapa não é direcionada para uma identificação dos culpados pelo tráfico internacional de drogas, e sim para uma constatação de que esse fenômeno se estende por todo o globo.

O mapa 22 apresenta uma projeção muito simplificada que apenas lembra uma projeção policônica. Mas a forma distorcida dos continentes não atrapalha seu objetivo principal, que é o estabelecimento da comunicação com o público leitor. Essa comunicação é alcançada a partir de pequenos símbolos pictóricos que representam a produção e o processamento das drogas. É curioso o fato de um mapa sem fonte apresentar informações tão detalhadas, destacando o nome de muitos países a partir do uso de etiquetas. O resultado final é uma representação com muitos pontos específicos que acabam sendo lidos como um conjunto, conduzindo a uma interpretação de como os pontos estão presentes nos "cinco continentes".

Este mapa não representa a circulação das drogas ilícitas, como o anterior, mas procura identificar os locais onde haveria a produção e o processamento. Logo, o hemisfério norte ganha grande destaque, concentrando a maioria das etiquetas que identificam os locais participantes do tráfico de drogas internacional. Muitos países do leste europeu aparecem como produtores de drogas orgânicas e sintéticas, além de países importantes do hemisfério norte, como Inglaterra, Alemanha, EUA e Canadá.

Ao representar todas as drogas com símbolos de ponto, sem destacar nem colorir territórios ou drogas específicas, este exemplo traz uma visão diferenciada da distribuição das drogas ilícitas no mundo, apresentando uma outra versão sobre a distribuição espacial do fenômeno na escala internacional. A comparação entre o mapa 21 e o mapa 22 evidencia como a seleção das informações e das práticas cartográficas pode agregar valores simbólicos à imagem construída, transformando o mapa num instrumento capaz de difundir concepções diferenciadas sobre a geopolítica das drogas ilícitas.

Além de representarem a produção e o processamento de drogas em países que são tradicionalmente caracterizados como consumidores, os mapas jornalísticos brasileiros também podem apresentar informações contraditórias ao representarem a circulação de

drogas pouco destacadas, como as drogas sintéticas. A representação da circulação das drogas sintéticas vem se tornando mais freqüente nos jornais à medida que cresce seu consumo no Brasil e no exterior.

A particularidade na representação da circulação dessas drogas é que elas invertem a tradicional divisão entre países produtores e países consumidores, pois há uma quantidade crescente de rotas que saem dos EUA ou da Europa em direção a países como o Brasil, que também aparece como país consumidor. A representação dessas rotas pode estimular a criação de imagens contraditórias sobre as drogas ilícitas nos mapas jornalísticos, pois o Brasil passa a ser o ponto de chegada das drogas produzidas no hemisfério norte.

O mapa abaixo, publicado no jornal "O Globo" em julho de 2001, evidencia como o consumo de drogas sintéticas vem se intensificando no Brasil, principalmente entre os grupos mais abastados da sociedade, traço para o qual o título da reportagem chama atenção: "Ecstasy seduz jovens de classe média no Rio". Espacializando os "caminhos da droga", o mapa é um exemplo raro de inversão do fluxo das drogas ilícitas que geralmente sai ou passa pelo Brasil, mas não tem o país como ponto de chegada.



Fonte: O Globo, 8/7/2000.

É importante salientar que quando me refiro aos discursos contraditórios sobre as drogas ilícitas estou considerando principalmente a face geopolítica da temática. Foi o modelo geopolítico que estimulou a representação espacial das drogas ilícitas na imprensa e considero aqui diferentes visões baseadas nesse modelo. No entanto, não pretendo desconsiderar a veiculação de discursos que critiquem de forma mais direta as bases do modelo vigente, questionando o proibicionismo e o "paradigma jurídico-policia" (Eschortado, 1997). Propondo políticas de redução de danos e descriminalização das drogas, esses discursos também aparecem na imprensa, mas geralmente não vêm acompanhados de mapas por não tratarem diretamente da dimensão espacial da questão.

O mapa 23 não é um exemplo contraditório à concepção jurídico-policial. As drogas continuam a ser um caso de polícia e o objetivo da reportagem é alertar a sociedade para o crescimento de um uso abusivo de novas substâncias ilícitas. Este mapa é contraditório simplesmente porque informa o leitor sobre a produção de drogas sintéticas nos EUA e na Europa, dado que foi omitido em muitas outras representações cartográficas. Sendo assim, esse mapa só é contraditório se considerarmos a face geopolítica da questão, que apresenta forte impacto sobre a construção de concepções sociais e políticas pública relativas às drogas ilícitas.

Este mapa integra um amplo esquema gráfico que buscou acrescentar informação e sintetizar o conteúdo da reportagem, criando uma representação exclusivamente ligada ao conteúdo noticiado. Observa-se que as informações sobre os danos à saúde causados pelo "Ecstasy" têm como fonte uma instituição norte-americana, a "National Institute on Drug Abuse". Todavia, o mapa não tem fonte e foi provavelmente criado pelo jornal a partir do depoimento de um delegado de polícia brasileiro, Roberto Prel (que inclusive é citado na enumeração das etapas de comercialização e circulação de drogas sintéticas). Isso revela que o mapa em questão foi construído e publicado pelo jornal "O Globo", que não adaptou nenhuma representação já veiculada na imprensa internacional, possibilitando, assim, a difusão de informações contraditórias a partir da representação cartográfica.

As tecnologias digitais facilitaram a produção de mapas nos jornais brasileiros, que, ilustrando reportagens diferenciadas, acabaram criando imagens contraditórias sobre as drogas ilícitas. No primeiro mapa apresentado neste capítulo (mapa 21), os EUA, por exemplo, eram apresentados apenas como país consumidor de drogas ilícitas e sua produção havia sido omitida na representação da escala internacional. Já no segundo mapa, muitos países do hemisfério norte são classificados como produtores, embora o mapa não represente a circulação das drogas produzidas nesses países. O terceiro mapa apresentado evidencia não só que as drogas sintéticas são produzidas nos EUA e na Europa, mas também representam sua circulação, tendo o Brasil como mercado consumidor. São informações contraditórias, selecionadas dependendo do contexto da reportagem na qual o mapa se insere.

As novas técnicas de produção e reprodução das imagens possibilitaram que muitas reportagens fossem ilustradas ou suplementadas com mapas, fato que vem incentivando a produção de imagens contraditórias sobre as drogas ilícitas nos jornais. Muitas matérias que

anteriormente não seriam acompanhadas por mapas agora o são, fato que estimula a presença de representações contraditórias, pois o mapa se insere em reportagens com contextos diferenciados.

Assim como a representação de diferentes drogas na escala internacional, a produção de papoula no Afeganistão e suas relações com os grupos terroristas atuantes na região também constituem temáticas mapeadas com maior recorrência nos últimos anos da periodização. No próximo tópico, discutirei sucintamente a representação dessa temática, que também pode exemplificar a existência de informações contraditórias sobre as drogas ilícitas na imprensa.

### **6.3 – Representações Contraditórias Sobre as Relações entre Drogas e Terrorismo**

A dimensão geopolítica é provavelmente aquela que mais estimulou a difusão de mensagens contraditórias sobre as drogas ilícitas na imprensa. Sendo um elemento importante nas relações internacionais, as drogas estiveram presentes em diferentes conflitos armados ao longo da história, que foram representados com diferentes práticas cartográficas na imprensa.

Segundo Labrousse (1997:47), “as ligações entre os conflitos armados e as drogas são tão antigas quanto a utilização, pelos homens, de substâncias que modificam os estados de consciências”. Para o autor, a guerra do ópio no século XIX teria sido o primeiro “grande confronto econômico e geopolítico que teve por móbil uma droga” (p.48), mas atualmente as drogas estariam relacionadas de diferentes formas a diferentes conflitos, muitos deles com dimensões bem localizadas.

As relações entre os lucros obtidos com o tráfico internacional de drogas, atividade estimada como a segunda maior indústria econômica do mundo (Magalhães, 1997), e grupos armados caracterizados como “terroristas”, tem sido constantemente relatada pela mídia, com forte ênfase sobre seus impactos na geopolítica dos Estados. Essas relações entre drogas e conflitos armados teriam se intensificado com o fim da guerra fria, já que após a queda do muro de Berlin muitos movimentos separatistas e nacionalistas perderam o financiamento que lhes era dado por soviéticos ou americanos, o que estimulou a procura

por outras fontes de recurso. Segundo Labrousse (1997:55), existem muitos exemplos em que a droga “financia, estimula e até mesmo gera conflitos armados”.

No entanto, mesmo sabendo da existência dessas relações, deve-se tomar cuidado para não reproduzir uma associação simplista entre o tráfico internacional de drogas e alguns grupos armados específicos, como é feito freqüentemente na imprensa. De fato, esses grupos geralmente retêm uma parcela muito pequena dos lucros obtidos com a atividade ilegal e não podem ser responsabilizados por todo o tráfico internacional.

Mesmo focando sua análise nas relações entre as drogas e pequenos grupos armados, Labrousse (1997:50) afirma que “os beligerantes se interessam primeiramente pelo nível mais elementar do tráfico de drogas”: sua produção. Segundo o autor, drogas como a heroína e a cocaína chegam a ter seu valor multiplicado em média 2.500 vezes no percurso do produtor até o consumidor, o que mostra como a grande maioria dos lucros obtidos com a atividade ilícita acaba ficando nos países consumidores.

O discurso que associa a produção de drogas ilícitas a grupos armados específicos também já foi muito utilizado como um argumento geopolítico para justificar operações militares com finalidades claramente políticas ou estratégicas. Um exemplo muito claro e famoso foi a invasão norte-americana no Panamá, em 1989. Caracterizando aquele Estado como um “narco-estado”, os americanos assumiram temporariamente o controle do país, facilitando a circulação de seus navios comerciais pelo canal de Suez, ponto estratégico na América Central que permite a ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Ao relacionarem grupos e Estados específicos ao tráfico internacional de drogas ilícitas, os principais Estados do Hemisfério Norte encontraram mais um argumento para reativar seus instrumentos geopolíticos tradicionais, como intervenções militares e pressões econômicas.

O mapa abaixo tem o propósito claro de vincular o controle das drogas ilícitas com alguns grupos armados de diferentes continentes. Veiculada no jornal “O Globo” no ano de 2002, a matéria combina fotos e textos com um mapa que simplesmente localiza os países onde atuam “os grupos ligados às drogas”. Observa-se que a informação existente no mapa busca passar justamente o discurso hegemônico que vincula de forma simplista o tráfico a grupos classificados como “terroristas”.

Mapa 24: As Drogas e os Grupos Terroristas



Fonte: O Globo, 5/7/2002

Desde que as drogas tornaram-se um fator crucial na política externa norte-americana, há uma forte associação entre traficante e terrorista. Quando G. Bush, como vice-presidente americano em 1986, lançou o primeiro grande programa de combate ao tráfico de drogas fora da fronteira dos EUA, ele justificou sua política afirmando justamente que “traficante e terrorista se ajudam mutuamente”<sup>5</sup>. Nesse momento, o terrorista identificado por Bush era proveniente de países comunistas ou de grupos subversivos específicos, principalmente de países da América Latina, o que evidencia a

<sup>5</sup> Jornal “El Universal”, Caracas, 9 de junho de 1986. Informação retirada de Olmo, 1990 p.66.

existência de interesses geopolíticos e geoestratégicos na repressão a certos grupos e espaços geográficos vinculados ao tráfico de drogas ilícitas.

O mapa 24, ligado a uma campanha norte-americana contra as drogas em 2002, evidencia que, após quase vinte anos, o discurso norte-americano se mantém, ainda buscando associar de forma simplista o tráfico a certos grupos guerrilheiros. O texto da reportagem ilustrada pelo mapa reafirma o propósito da representação a partir das colocações do presidente norte-americano G. W. Bush, que afirma que “quem renuncia às drogas ajuda a luta contra o terrorismo internacional”. Com a difusão de um mesmo discurso em diferentes contextos políticos e sociais, os EUA reafirmam que continuam utilizando as drogas ilícitas como justificativa para pôr em prática suas estratégias geopolíticas tradicionais com interesses diversos.

O mapa apresenta uma generalização muito simplista, pois se sabe que as associações entre os diferentes grupos identificados e o tráfico de drogas são variadas e complexas. Cada grupo tem uma relação diferente com as drogas e certamente nenhum deles detém o “controle total do tráfico de drogas”, como afirmam os pequenos textos existentes na representação. Atingindo a sociedade como um todo, o tráfico de drogas não seria bem sucedido se os “grupos ligados às drogas” fossem apenas os representados na reportagem. De fato, nenhum grupo tem controle total dessa atividade, mas ela certamente não funcionaria sem a participação de grupos sociais localizados nos países consumidores.

Novamente os mapas jornalísticos aplicam omissões e destaques para representar as drogas ilícitas, difundindo um argumento que busca associar diretamente as drogas a um leque limitado de grupos sociais e espaços geográficos. Segundo Olmo (1990:60), esse destaque deve ser analisado criticamente, pois “oculta-se, por razões políticas”, a participação de uma série de grupos intensamente envolvidos com o tráfico de drogas, como os cubanos exilados em Miami, os numerosos pilotos norte-americanos detidos ao buscarem cocaína em países produtores, além de grupos políticos mais estruturados nos países consumidores.

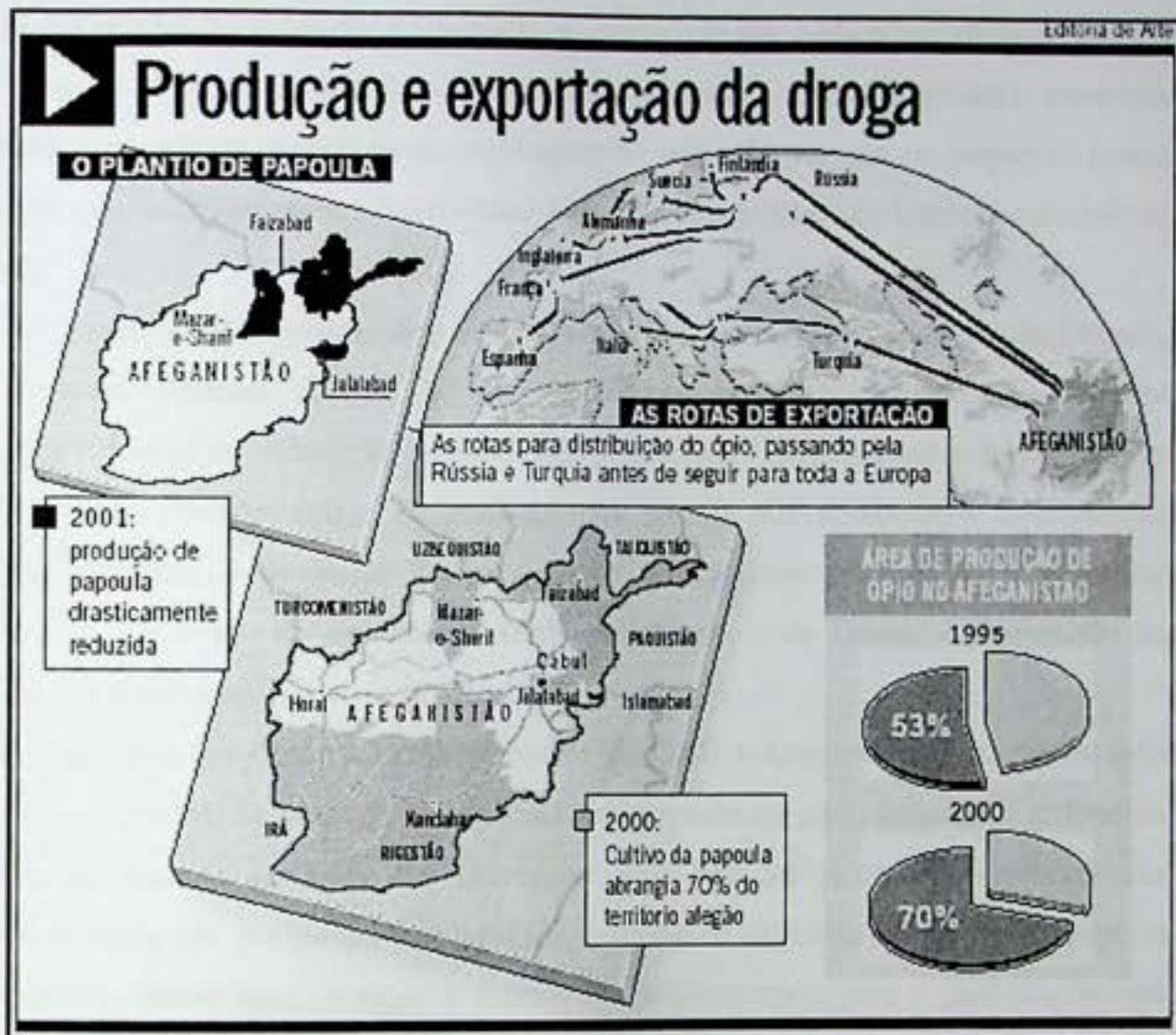
Associar o tráfico internacional unicamente aos grupos citados na reportagem é uma estratégia discursiva que encobre o impacto econômico e social que as drogas produzem nas relações internacionais de poder, ocultando seu caráter transnacional no mundo contemporâneo. De fato, alguns dos grupos identificados como “terroristas” no mapa 24 nem apresentam uma relação tão intensa com o tráfico internacional de drogas, dispondo

também de outras fontes de recurso para financiar suas atividades. O caso do Afeganistão é bastante ilustrativo, pois se sabe que, por motivos geopolíticos e religiosos, os Talibãs, grupo ligado à organização Al-Qaeda, chegaram inclusive a reprimir o cultivo de papoula no país, revelando como as relações que cada grupo estabelece com as drogas têm natureza diversificada.

No Afeganistão, o governo Talibã chegou inclusive a atuar em conjunto com a ONU no intuito de reprimir a plantação de papoula e substituí-la por outros cultivos, o que mostra como provavelmente a maioria do financiamento da organização terrorista "Al-Qaeda", muito influente no governo Talibã, não vinha do tráfico de heroína nem de ópio. Esse fato foi claramente observado com a guerra do Afeganistão em 2001, quando, após a invasão dos exércitos norte-americanos e britânicos e a expulsão do governo Talibã e de seus grupos de apoio, a papoula voltou a ser largamente cultivada pelos agricultores do país. Sem a dura repressão religiosa, os afegãos voltaram a cultivar o produto mais rentável, o que resultou em uma grande safra de papoula que inclusive abaixou o preço da heroína no mercado mundial.

Essas informações são contraditórias, uma vez que não corroboram com a associação simplista entre o tráfico internacional de drogas ilícitas e os grupos terroristas identificados no mapa 4. A influência da intervenção militar norte-americana no grande aumento da oferta de heroína no mercado mundial é uma informação que pode relativizar as associações lineares e estereótipos difundidos na sociedade. Essas informações contraditórias podem aparecer tanto nos textos jornalísticos como podem ser por representações cartográficas. Esse é o caso do mapa abaixo, publicado no jornal "O Globo" no ano de 2001, que compara a produção de papoula no Afeganistão antes e depois de uma forte repressão feita pelo governo Talibã, quando, segundo a reportagem, "o líder religioso do Afeganistão, o mulla Mohammed Omar, banuiu a plantação de papoula".

Mapa 25: Produção de Papoula no Afeganistão



Fonte: O Globo, 3/11/2001

Com a utilização de três mapas, o jornal representou a produção de papoula e a circulação do ópio, dirigindo sua atenção relativa às conseqüências da guerra de 2001 para a produção existente no Afeganistão, que, segundo a reportagem, seria responsável por 70% da heroína que circula no mundo. As rotas de exportação mostram como a droga produzida no Afeganistão cruza a Rússia e a Turquia para chegar à Europa, mas a informação mais pertinente na representação gráfica é retirada da comparação entre os dois mapas sobre a produção de papoula. Comparando a produção nos anos de 2000 e 2001, os mapas assinalam como a repressão do governo Talibã vinha dando resultado na erradicação do plantio de papoula, intensamente retomado após a invasão norte-americana.

Ao representar a drástica redução na produção de ópio Afegão durante o regime Talibã, o mapa 25 evidencia como a organização terrorista Al-Qaeda não tinha no tráfico

dessa substância a sua principal fonte de renda. Segundo o texto, “a grande maioria das rotas do comércio de ópio do Afeganistão é controlada por traficantes afegãos, nem o Talibã nem a Al-Qaeda detém o controle destas rotas”. Essa informação contrasta claramente com aquela veiculada na reportagem do mapa 24, em que os pequenos textos afirmavam que as organizações “terroristas” teriam “controle total” do tráfico internacional de drogas.

A presença de informações tão contraditórias na imprensa pode ser justificada, como afirmou Romani (2003), tanto pela “função audiência” como pela “função informação”. Jornal de circulação nacional lido pelas classes mais abastadas da população, “O Globo” não poderia deixar de publicar uma matéria que apresentasse informações diferenciadas sobre a produção de papoula no Afeganistão, apoiada no depoimento exclusivo do porta-voz da agência da ONU para Controle de Drogas e Prevenção de Crimes, Kemal Kurspahic.

O propósito da declaração do porta-voz da ONU é claramente acusar a invasão americana pela volta de uma grande produção de papoula no país, argumento defendido com base no texto e no mapa da reportagem. Esse fato indica como a representação cartográfica pode ser profundamente alterada dependendo do contexto da reportagem na qual se insere. Nesse caso, o mapa e o texto se complementam, pois o primeiro mostra claramente os resultados do trabalho que estava sendo feito pelo governo Talibã para erradicação da papoula, enquanto o segundo relata como esse trabalho foi prejudicado pela guerra em 2001: “com a guerra, todo o esforço da ONU e do governo Talibã para erradicar a produção de ópio esta indo por água a baixo”.

Os exemplos apresentados neste capítulo tiveram o objetivo de evidenciar como existem informações contraditórias sobre as drogas ilícitas na imprensa. Isso não significa que essas informações sejam esclarecedoras, facilitando uma tomada de posição mais consciente da população sobre a temática das drogas ilícitas. Além de serem pouco frequentes, elas podem criar “discursos contraditórios que contribuem para distorcer e ocultar a realidade social da droga” (Olmo, 1990:22), o que acaba contribuindo com a difusão dos modelos explicativos universais. Construindo diferentes discursos em torno das drogas ilícitas, a imprensa acaba não fornecendo uma informação que passe segurança ao leitor, o que estimula o estabelecimento de posições antagônicas e simplistas, dificilmente baseadas em reflexões mais abrangentes.

Quando apresento aqui os discursos contraditórios sobre as drogas ilícitas na imprensa, não tenho o objetivo de questionar o papel da mídia na criação de consensos em torno de valores e normas. De fato, a grande maioria dos mapas jornalística colabora para “demonizar o problema, ocultando sua verdadeira essência” (Olmo, 1990:23), mas ao trabalhar com a representação de qualquer questão nos jornais não se podem fechar as janelas para a possibilidade da difusão de dados que reforcem ou relativizem os modelos explicativos universais. Tanto no caso da representação das drogas ilícitas na escala internacional como no estabelecimento de relações entre drogas e terrorismo, observamos como os mapas trazem informações contraditórias, não difundindo um conjunto de valores único e homogêneo.

Após exemplificar o desenvolvimento da cartografia sobre as drogas ilícitas nos jornais brasileiros e discutir as diferentes funções dos mapas nas reportagens nos capítulos anteriores, este capítulo procurou fechar a apresentação do material pesquisado a partir da exemplificação de representações contraditórias sobre as drogas ilícitas na imprensa.

Aumentando sua participação nos jornais e desenvolvendo suas técnicas de comunicação com o público, a cartografia jornalística vem sendo um veículo utilizado para difundir diferentes estruturas de valor e interesse sobre a temática. O desenvolvimento tecnológico certamente também contribuiu para uma maior ocorrência dos mapas, que acompanham reportagens diversificadas, com diferentes visões sobre a temática estudada.

A seguir apresento algumas considerações finais, retornando as questões inicialmente levantadas e buscando sintetizar as conclusões retiradas das análises dos exemplos dos três últimos capítulos.

## 7 - Considerações Finais

Após o processo de popularização da cartografia jornalística durante a segunda guerra mundial, alguns autores identificaram um declínio na tendência de utilização dos mapas na imprensa (Monmonier, 1989; Gilmartin, 1985; Kent e Sanders, 1993). Segundo esses mesmos autores, essa tendência só voltaria a aumentar intensamente a partir de meados da década de 1970, quando a adoção de novas tecnologias de produção e reprodução das imagens começou a facilitar a veiculação de mapas jornalísticos.

Este estudo identificou um ponto de intercessão entre o desenvolvimento da cartografia jornalística e a crescente cobertura das drogas ilícitas na imprensa escrita, justamente a partir das últimas décadas do século XX. É nesta mesma época que se difunde, através da mídia, um modelo explicativo que internacionaliza o combate à produção de drogas orgânicas, conhecido como *modelo geopolítico*. Antes dele, os esquemas explicativos *médico-sanitário* (que considerava as drogas como problema de saúde pública) e *ético jurídico* (que vinculava as drogas aos imigrantes ilegais) não estimulavam a representação espacial da questão. Com efeito, gozando de importância crescente na geopolítica dos Estados, as drogas ilícitas passaram a ser mais freqüentemente noticiadas, estimulando a produção de mapas jornalísticos sobre o tema.

No decorrer do presente trabalho, foram apresentados exemplos com aparências variadas, evidenciando a diversidade das práticas cartográficas empregadas na representação a questão das drogas ilícitas. A identificação de omissões e destaques foi o método de análise utilizado para interpretar os significados e valores simbólicos dos exemplos considerados. Em cada mapa analisado foram discutidas as relações entre as práticas cartográficas aplicadas e as narrativas e modelos explicativos socialmente disponíveis sobre a temática.

A partir dos exemplos apresentados, chegamos as seguintes conclusões:

1) Os tradicionais símbolos de setas, pontos e áreas, utilizados para representar diferentes eventos, foram auxiliados pela introdução de cores e sistemas variados de projeção e simbolização, que contribuíram para a intensificação da produção de mapas jornalísticos sobre as drogas ilícitas.

2) Mais freqüentes e atraentes, os mapas jornalísticos tornam-se um instrumento cada vez mais utilizado, cumprindo diferentes funções na comunicação das informações jornalísticas. Nesse contexto, três funções foram identificadas: a) *localizar* um espaço citado na reportagem; b) *adicionar* informação geográfica ao texto; c) *sintetizar* o conteúdo do evento noticiado.

Sem dúvida, o desenvolvimento tecnológico, além de reiterar a constante função decorativa dos mapas, potencializou as três funções identificadas. Entretanto, a função de *sintetizar o conteúdo do evento noticiado* é a que melhor expressa os impactos das novas tecnologias. Não fossem os avanços tecnológicos, seria impossível, em um curto espaço de tempo, reunir e sintetizar diferentes informações para a construção de esquemas gráficos complexos.

3) No decorrer do período estudado, os mapas tiveram suas aparências profundamente alteradas e foram produzidos com técnicas diferenciadas. Ainda assim, o *modelo geopolítico* se impôs, sendo reproduzido ou adaptado em diferentes escalas. Isso tem impacto na reiterada associação entre as drogas ilícitas e determinados protagonistas situados em seus respectivos espaços geográficos. Nesse sentido, podemos dizer que a disseminação deste modelo explicativo através da imprensa tornou-se também um fator de estímulo e/ou justificativa para políticas públicas baseadas na repressão policial e de atuação circunscrita a espaços estigmatizados, tais como: países produtores de drogas orgânicas, regiões de fronteira e periferias e favelas das grandes cidades.

4) No entanto, seria muito simplificador dizer que o *modelo geopolítico* divulgado pela imprensa se apresenta sempre responsabilizando os mesmos protagonistas e espaços. Isso porque no campo da imprensa – com suas concorrências internas e necessidade de atendimento de audiências específicas – é inevitável divulgar certos acontecimentos. Logo, ainda que esporadicamente, surgem mapas que vinculam as drogas ilícitas a protagonistas e espaços não estigmatizados no imaginário social. De fato existem mapas que localizam a produção de drogas orgânicas ou sintéticas em países do hemisfério norte (tradicionalmente classificados como consumidores). É bem verdade que esses mapas não chegam a

questionar profundamente o modelo geopolítico que declara “guerra às drogas”, mesmo porque os discursos anti-proibicionistas (que propõem, por exemplo, estratégias de redução de danos aos usuários) não estimulam representação espacial. Contudo, as novas técnicas de produção, somadas ao próprio discurso da imprensa em torno do cânone da objetividade jornalística (Motta, 2002), garantem o crescimento do número de representações cartográficas contraditórias sobre a temática.

Portanto, embora os mapas jornalísticos sejam muito utilizados para difundir os modelos explicativos dominantes sobre as drogas (estimulando políticas limitadas de repressão policial), é relevante afirmar a impossibilidade de vinculá-los a um conjunto único de valores e práticas sociais. Nesse cenário em que se somam características da chamada imprensa moderna com as especificidades da representação de um fenômeno ilegal (as drogas ilícitas), a comparação entre os mapas veiculados nesses meios de comunicação pode suscitar questionamentos sobre os fundamentos do modelo geopolítico, e ter papel importante no debate sobre as políticas públicas atualmente desenvolvidas em torno da temática estudada.

Em resumo, estimulada tanto pela grande visibilidade que a temática das drogas ilícitas adquire nos últimos 30 anos como pelo desenvolvimento técnico que acentua a frequência dos mapas nos jornais, essa produção cartográfica peculiar cresceu muito na imprensa nacional. Os mapas jornalísticos são imagens gráficas que tiveram sua aparência, seus conteúdos e suas funções profundamente modificados pela evolução nas técnicas de produção e reprodução das imagens nos jornais. A evolução técnica potencializou o uso do mapa como um instrumento de difusão de modelos explicativos sobre as drogas ilícitas, tornando a cartografia mais recorrente nos jornais. Entretanto, a constatação de que os mapas jornalísticos tornaram-se mais frequentes e mais atraentes não garante a qualidade da informação e sua absorção homogênea pelo público leitor.

Escrevendo em 1985, Monmonier já se perguntava se o crescimento quantitativo na exploração do mapa serviria para comunicar mais informações geográficas, ou se, para a maioria da população, os mapas poderiam se tornar apenas “prazerosos ícones empregados para seduzir e entreter mais do que para informar e clarificar” (p.1).

Como foi dito na introdução deste trabalho, os questionamentos aqui propostos não incorporaram a interpretação do leitor sobre o material levantado na pesquisa documental.

Segundo Gilmartin (1986:5), uma das grandes lacunas no estudo da cartografia jornalística é que não sabemos “se ou como o público geral lê os mapas” (p.10). Existem vários trabalhos (Wright, 1942; Wood, 1993) que buscam relacionar o mapa aos interesses e valores de quem o produziu, mas é raro encontrar estudos sistemáticos que relacionam os mapas e seus leitores, o que seria muito importante para mensurar os impactos dos mapas jornalísticos na consolidação de certas imagens mentais sobre as drogas ilícitas.

Como ocorre na difusão de qualquer informação, a audiência que lê e observa as imagens “dá sentido de maneira diferente às mensagens transmitidas e opera segundo estes sentidos no contexto de sua própria situação e experiência” (Morley, 1996 apud Winocur, 1999:53). De fato, a imagem de um traficante de drogas ou de um mapa que mostre os pontos de venda no espaço urbano são exemplos de imagens percebidas de forma diferente por diversos grupos sociais. Certamente não são entendidas de maneira uniforme pelo vasto público dos jornais aqui pesquisados e sim relacionadas com as experiências empíricas de cada observador.

Enfim, mesmo constatando que os mapas jornalísticos tornaram-se mais freqüentes e mais atraentes ao longo do período analisado, não se pode fazer afirmações substanciais sobre a forma como o público leitor interpreta estas mudanças. Não há consenso nem para se afirmar sobre o grau de legitimidade dos mapas jornalísticos na sociedade. Enquanto alguns autores afirmam que as imagens gráficas são formas de representação constantemente vinculadas a uma espécie de garantia da veracidade (Zunzunegui, 2002), outros sustentam que “a maioria dos leitores associam os gráficos a mentiras” (Tufte, 1983). Interpretações contraditórias que evidenciam a dificuldade de se trabalhar com a percepção das imagens considerando um público tão vasto como o do jornalismo.

De fato, faltam evidências empíricas que explicitem o “contrato de leitura” (Neto, 1996) entre a narrativa contida nos mapas jornalísticos sobre as drogas ilícitas e os leitores brasileiros. Essa lacuna pode estimular a construção de trabalhos futuros para que sejam objetivamente compreendidos os impactos que o material aqui analisado pode causar no imaginário social sobre as drogas ilícitas.

Enfim, as questões que envolvem a produção, a divulgação e a apreensão das imagens são bastante amplas. Como foi possível observar ao longo da dissertação, é possível aliar a análise empírica de um tema específico às reflexões teóricas sobre as

relações entre *cartografia e significado*. Sem perder os horizontes de sua própria ontologia, a geografia vem introduzindo a questão do "significado" como um "termo-chave" de suas análises (Correia, 2000). Para tanto, ela deve buscar estabelecer um diálogo constante com as demais disciplinas humanísticas. Segundo Panofsky (1979:63), "é na pesquisa de significados intrínsecos ou conteúdos que as diversas disciplinas humanísticas se encontram em um plano comum".

Essa constatação deve estimular e intensificar a adoção de diferentes métodos qualitativos para se analisar as imagens, seus significados e seus impactos na formação da opinião pública sobre temáticas específicas. Sob tal perspectiva, tomando os mapas como fontes de informação sobre as diferentes concepções ideológicas dos fenômenos geográficos noticiados na imprensa, o presente trabalho pode contribuir com o desenvolvimento de uma nova agenda temática na geografia brasileira.

## 8 - Bibliografia Consultada

- ABREU, M. A. (1994): Reconstruindo uma historia esquecida: Origem e expansão das favelas do Rio de Janeiro. *Espaço e Debates*, ano VII, p.12-38.
- ASTORGA, L. A. (1995): Enfoques. Em: *Mitología del narcotraficante en México*. Ciudad Del México: Ed. Plaza y Valdes, p. 29-34.
- BARTHES, R. (1993): *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 9ª ed., (1ª edição de 1956).
- BELYEA, B. (1992): "Review Article of Denis Wood the Power of Maps and the Author's Reply". *Cartographica* .29 (3): 94-99.
- BICALHO, A. M. S. M. (1995): "A Produção de Maconha no Sertão do São Francisco". *Bol. Geogr. Teor.* 25(49-50): 289-300.
- BOARD, C. (1967): "Maps as Models". Em: R.J. CHORLEY e P. HAGGETT (eds), *Models in Geography*. Londres. Methuen. P. 671-725.
- BOAVENTURA, S. S. (1991): "Uma Cartografia Simbólica das Representações Sociais: Prolegômenos a uma Concepção Pós-Moderna do Direito". *Espaço e Debates*. 33: 63-79.
- CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (2000): Apresentação. Em: *Geografia Cultural: um século*. Rio de Janeiro. EdUERJ.
- COSGROVE, D. (1984): *Social Formation and Symbolic Landscape*. London, Croom Helm.
- COSGROVE, D. e DANIELS, S. (orgs), (1987): *The Iconography of Landscape*. Cambridge, Cambridge University Press.
- COSGROVE, D. e JACKSON, P. (2000): Novos Rumos da Geografia Cultural. In Corrêa e Rosendahl (orgs): *Geografia Cultural: Um Século (2)*. Rio de Janeiro. EdUERJ. p. 15-32.
- COSTA, W. M. (1992): *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre Território e Poder*. São Paulo Hucitec.
- CRAMPTON, J. W. (2001): "Maps as Social Constructions: Power, Communication and Visualization". *Progress in Human Geography* 25 (2): 235-252.

- DUNCAN, J. S. e DUNCAN, N. G. (1992): Ideology and Bliss: Roland Barthes and the Secret Histories of Landscape. In: BARNES, T. e DUNCAN, J. S.: Writing Worlds. Discourse, text e metaphor in the representation of landscape. London. Routledge.
- ESCOHOTADO, A. (1989): *Historia de las Drogas*. Madrid: Alianza Editorial. 3 vol., 3ª ed. 1994.
- \_\_\_\_\_ (1997): A Proibição: Princípios e Conseqüências. In M. M. RIBEIRO e S. D. SEIBEL (eds). *Drogas: Hegemonia do Cinismo*. São Paulo. Memorial. p. 29 – 46.
- FILHO, A. P. e VAZ, A. C. (1997): "O Brasil no Contexto do Narcotráfico Internacional". Ver. Brás. Polít. 40 (1):75 – 122.
- GILMARTIN, P. (1985): "The Design of Journalistic Maps/ Purposes, Parameters and Prospects." *Cartographica* 22 (4): 1-18.
- GOMBRICH, E. H. (1986): *Arte e Ilusão*. Um estudo da psicologia da representação pictórica. São Paulo. Martins Fontes. (1ª edição de 1959).
- GOTTMANN, J. (1952): *La Politique des États et leur Géographie*. Paris. Librairie Armand Colin.
- GREEN, D. R. (1999): "Journalistic Cartography: Good or Bad? A Debatable Point". *The Cartographic Journal*. 36 (2): 141-153.
- HARLEY, J. B. (1988): "Maps, Knowledge and Power". In D.E. COSGROOVE e S. DANIELS (eds.). *The Iconography of Landscape*. Cambridge. University of Cambridge Press. p.277-312.
- HARLEY, J. B. (1996): "Deconstructing the map". Em: J. AGNEW e outros (eds.). *Human geography: An essential anthology*. Oxford: Blackwell Publishers, p. 422-443
- HAUSHOFER, K. (1986): *De la Geopolitique*. Paris. Fayard.
- HERB, H. G. (1989): "Persuasive Cartography in Geopolitik and National Socialism". *Political Geography Quarterly* 8 (3): 289-303.
- KENT, R. B. e SANDERS, J. M. (1993): "Map use in Regional Newspaper in Midwestern United States 1930-1985." *Cartographica* .30 (2): 94-101.
- LABROUSSE, A. e WALLON, A. (dir.) (1993). *La Planète des Drogues*. Paris, Seuil
- \_\_\_\_\_ (1997): As Drogas e os Conflitos. In M. M. RIBEIRO e S. D. SEIBEL (eds). *Drogas: Hegemonia do Cinismo*. São Paulo. Memorial. p. 47 – 60.

- LACOSTE, Y. (1988): *A Geografia Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra*. Tradução de Maria Cecília França. Campinas, SP. Papirus.
- MACHADO, L. O. (1996): "O comércio de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?", em Castro I al. Brasil. *Questões atuais da reorganização do território, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.15-64*.
- \_\_\_\_\_ (2000): Limites e fronteiras. Da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. Em *Revista Território*, Rio de Janeiro, V (nº. 8): 7-23, jan/jun.
- MAGALHÃES, F. (1997): Prólogo. In M. M. RIBEIRO e S. D. SEIBEL (eds). *Drogas: Hegemonia do Cinismo*. São Paulo. Memorial. p. 13 – 14.
- MCALLISTER, W. (1995): "The International Nexus? Where Worlds Collide". Em B. Bagley, W. Walker (eds.) *Drug Trafficking in the Americas*. Miami: North-South Center Press.
- MISSE, M. (2003): O movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência. In: BATISTA, M., CRUZ, M. S, MATIAS, R. (eds.) *Drogas e Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro. EdUERJ. p. 147 – 156.
- MITCHELL, W. J. T. (1986): *Iconology: Image, Text, Ideology*, Chicago, University of Chicago Press.
- MONMONIER, M. (1985): *Technological Transition in Cartography*. Madison, Wis. University of Wisconsin Press.
- \_\_\_\_\_ (1989): *Maps With the News: The Development of American Journalistic Cartography*. Chicago. University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_ (1991): *How to lie with maps*. Chicago: University of Chicago Press.
- MOREL, M. e BARROS, M. M. (2003): *Palavra, Imagem e Poder: O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro. Dpa editora.
- MUSCARÀ, L. (1998): "Les mots justes de Jean Gottmann". *Cybergeog*, n.54.
- MOTTA, L. G. (2002) : *Imprensa e Poder*. Brasília. Editora Universidade de Brasília, São Paulo : Imprensa Oficial do Estado.
- NEIVA, E. J. (1986): *A Imagem*. Rio de Janeiro. Ática.

- NETO, A. F. (2002): *Telejornais e a Produção da Política: Estratégias Discursivas e as Eleições Presidenciais de 1994*. In: PORTO, S. D. *O Jornal: da Forma ao Sentido*. Brasília. Editora Universidade de Brasília
- NOVAES, A. R. (2002): "As Redes de Tráfico e de Lavagem na Amazônia Brasileira". (Monografia de encerramento de curso para submetida ao Departamento de Geografia da UFRJ).
- OLMO, R. D. (1990): *A face oculta da droga*. Tradução de Teresa Ottoni – Rio de Janeiro. Ed. Revan.
- ORTÍZ, C. P. (2004): "La Triple Fronteira Argentina/ Brasil/ Paraguai": Uma Aproximación a Lãs Representaciones Periodísticas Sobre um Espaço Sociocultural. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília.
- PANOFSKY, E. (1979): *Significado nas Artes Visuais*. São Paulo. Ed. Perspectiva, (1º edição de 1955).
- \_\_\_\_\_ (1997): *Perspective as Symbolic Form*. New York. Zone Books. (1º edição de 1925).
- PAZZINATO, A. L. e SENISE, M. H. V. (1993): *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo. Ed. Ática.
- PROENÇA J. (1994): *Domicio. O tráfico de cocaína Colômbia - EUA. Esboços de uma logística do crime*. São Paulo. Ucitec.
- RAMÍREZ MONAGAS, B. et al. (1991): *Consideraciones sobre la sociología des discurso en materia de drogas. La cuestión de las drogas en América Latina*. Caracas: Monte Ávila ed.
- \_\_\_\_\_ (1991). "Reflexiones para el analisis del problema del trafico y consume de drogas en las Américas". Em: *La cuestión de las drogas em America Latina*. Caracas: Ed Monte Ávila, p.59-93.
- RAFFESTIN, C. (1993): *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo. Ática.
- REES, R. (1980): "Historical Links between Cartography and Art". *Geographical Review* 70: 60-78.

- REMENTERÍA, I. (1991): "Production: panorama mondiale des cultures de drogue". Em G.DELBREL (org). *Geopolitique de la Droque*. Paris, Paris, La Decouverte, p.40-49.
- RISTOW, W. W. (1957): "Journalistic Cartography". *Surveying and Mapping* 17, (4): 369 – 390.
- ROBINSON, A. H. (1993): *Elements of Cartography*. New York. John Wiley and Sons.
- ROMANI, O. (2003): Informações sobre Drogas na Imprensa: Ações, Valores e Orientações. In BATISTA, M., CRUZ, M. S, MATIAS, R. (eds.) *Drogas e Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro. EdUERJ. p. 33 – 42.
- SARTRE, J. P. (1989): *Imaginação*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. (versão original de 1940).
- SILVA, C. E. L. (1989): "La Influencia Americana en el Periodismo Brasilenõ". *Dialogos de la Comuicacion*. Junho, 24; p.7-18.
- SILVA, T. S. (2000): Imaginário Espacial e Discurso: O caso das Favelas Cariocas e o Discurso dos Jornais. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado – UFRJ.
- SPEIER, H. (1941): "Magic Geography". *Social Research*, 8, p. 310-330.
- SOUZA, M. L. (1996): "As drogas e a "questão urbana" no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos". Em: Castro e outros (orgs.), *Brasil: Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_ (2000): *O Desafio Metropolitano*. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
- STEIMAN, R. (1995): O Mapa da Droga. Monografia. Departamento de Geografia. UFRJ.
- TUFTE, E. R. (1983): *The Visual Display of Quantitative Information*. New York. Graphics Press.
- TUAN, Y. F. (1979): "Sight and Pictures". *Geographical Review*, v.69: 413-422.
- WALKER, C. (1993): La política norte americana frente a la cocaína: pasado insatisfactorio, futuro incierto. In: *La coca y las economías de exportación en la America Latina*. Bogotá, Universidad Hispanoamericana Santa Maria de la Rábida.
- WINOCUR, R. (1999): "La Construcción de Credibilidad en los Medios: Algunas Claves para su Comprensión". *Dialogos de la Comuicacion*. Março, 60, p.52-65.

WOOD, D. (1992): *The power of maps*. London: Ed. Routledge.

\_\_\_\_\_ (1993a): "What Makes a Map a Map?" *Cartographica* 30 (3): 81-86.

\_\_\_\_\_ (1993b): "The Fine Line Between Mapping and Mapmaking".  
*Cartographica*. v. 30 (4): 50-60.

WRIGHT, J. K. (1942) : "Map Makers are Human : Comments on the Subjective in Maps".  
*Geographical Review* v.32: 527-544.

ZUNZUNEGUI, S. (2003): *Pensar La Imagen*. Madrid. Universidad del País Vasco.  
Cátedra. (1º edição de 1989).

## **Anexo: Reportagens Consultadas**

O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/3/1977  
O ESTADO DE SÃO PAULO, 27/10/1978  
O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/9/1980  
O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/3/1987  
O ESTADO DE SÃO PAULO, 6/5/1988  
O ESTADO DE SÃO PAULO, 8/1/1988  
O ESTADO DE SÃO PAULO, 27/9/1990  
O ESTADO DE SÃO PAULO, 30/9/1991  
O ESTADO DE SÃO PAULO, 9/8/1991  
O ESTADO DE SÃO PAULO, 2/5/1991  
O ESTADO DE SÃO PAULO, 11/11/1993  
O ESTADO DE SÃO PAULO, 3/12/2000  
O ESTADO DE SÃO PAULO, 13/4/2002  
FOLHA DE SÃO PAULO, 29/9/1976  
FOLHA DE SÃO PAULO, 6/11/1990  
FOLHA DE SÃO PAULO, 20/3/1991  
FOLHA DE SÃO PAULO, 27/9/1991  
FOLHA DE SÃO PAULO, 7/10/1991  
FOLHA DE SÃO PAULO, 6/1/1992  
FOLHA DE SÃO PAULO, 23/2/1992  
FOLHA DE SÃO PAULO, 16/2/1993  
FOLHA DE SÃO PAULO, 28/11/1994  
FOLHA DE SÃO PAULO, 14/4/1996  
FOLHA DE SÃO PAULO, 27/7/1997  
FOLHA DE SÃO PAULO, 19/7/1998  
FOLHA DE SÃO PAULO, 6/8/1998  
FOLHA DE SÃO PAULO, 7/5/2000  
O GLOBO, 9/5/1975

O GLOBO, 30/12/1978  
O GLOBO, 7/6/1983  
O GLOBO, 8/9/1985  
O GLOBO, 19/1/1986  
O GLOBO, 22/6/1986  
O GLOBO, 22/3/1987  
O GLOBO, 29/11/1987  
O GLOBO, 5/10/1987  
O GLOBO, 26/7/1987  
O GLOBO, 26/6/1988  
O GLOBO, 3/5/1988  
O GLOBO, 4/1/1988  
O GLOBO, 4/8/1988  
O GLOBO, 27/6/1989  
O GLOBO, 14/10/1989  
O GLOBO, 26/7/1989  
O GLOBO, 7/10/1989  
O GLOBO, 18/8/1989  
O GLOBO, 28/4/1990  
O GLOBO, 25/2/1990  
O GLOBO, 1/7/1990  
O GLOBO, 24/6/1990  
O GLOBO, 20/9/1990  
O GLOBO, 23/11/1994  
O GLOBO, 14/5/1995  
O GLOBO, 3/4/1999  
O GLOBO, 10/6/1999  
O GLOBO, 19/9/1999  
O GLOBO, 8/7/2000  
O GLOBO, 11/3/2001  
O GLOBO, 5/7/2002

JORNAL DO BRASIL, 20/7/1975  
JORNAL DO BRASIL, 9/10/1983  
JORNAL DO BRASIL, 20/5/1987  
JORNAL DO BRASIL, 11/2/1988  
JORNAL DO BRASIL, 30/5/1989  
JORNAL DO BRASIL, 30/8/1990  
JORNAL DO BRASIL, 22/7/1990  
JORNAL DO BRASIL, 11/11/1990  
JORNAL DO BRASIL, 7/1/1991  
JORNAL DO BRASIL, 1/3/1992  
JORNAL DO BRASIL, 20/6/1996  
JORNAL DO BRASIL, 24/8/1997  
JORNAL DO BRASIL, 25/12/2001  
JORNAL DO BRASIL, 22/9/2002  
JORNAL DO BRASIL, 12/6/1968  
JORNAL DO BRASIL, 26/6/1988  
JORNAL DO BRASIL, 20/5/1995  
REVISTA VEJA, 5/2/1992  
REVISTA ÉPOCA, 5/4/1999